

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DÉBORA COWARD FOGLIATTO

**ENTRE A DIFERENÇA E O PERTENCIMENTO:
INTERSECCIONALIDADE E A MIGRAÇÃO DE MULHERES SENEGALESAS
EM CAXIAS DO SUL/RS**

Porto Alegre

2021

DÉBORA COWARD FOGLIATTO

**ENTRE A DIFERENÇA E O PERTENCIMENTO:
INTERSECCIONALIDADE E A MIGRAÇÃO DE MULHERES SENEGALESAS
EM CAXIAS DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Fogliatto, Débora Coward
ENTRE A DIFERENÇA E O PERTENCIMENTO:
INTERSECCIONALIDADE E A MIGRAÇÃO DE MULHERES
SENEGALESAS EM CAXIAS DO SUL/RS / Débora Coward
Fogliatto. -- 2021.
130 f.
Orientadora: Luciana Garcia de Mello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Migrações. 2. Interseccionalidade. 3. Mulheres
migrantes. 4. Sociologia. I. Garcia de Mello, Luciana,
orient. II. Título.

DÉBORA COWARD FOGLIATTO

**ENTRE A DIFERENÇA E O PERTENCIMENTO:
INTERSECCIONALIDADE E A MIGRAÇÃO DE MULHERES SENEGALESAS
EM CAXIAS DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello (orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis
Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Karl Monsma
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria

Porto Alegre
2021

*Às mulheres que migram, em especial às senegalesas
que buscam, apesar de tudo, fazer do Brasil seu lar.*

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação em tempos de pandemia e isolamento social não foi uma experiência fácil. Se o trabalho acadêmico já costuma ser um ofício solitário, a tendência era que se tornasse ainda mais neste período. Mas, para minha grande sorte, pude contar com a contribuição de uma série de pessoas com quem divido esta conquista, graças às quais este trabalho se tornou realidade.

Primeiramente, agradeço às mulheres senegalesas moradoras de Caxias do Sul, que me receberam e concordaram em participar dessa pesquisa. Obrigada por terem acolhido tão bem as perguntas de uma brasileira desconhecida, que chegou com muitos questionamentos e para quem vocês abriram suas vidas com tanto carinho. Ao Billy Ndaye e à Juliana Rossa, por toda a ajuda para estabelecer os contatos. O campo foi muito mais complicado do que teria sido em tempos normais, e essa dissertação só existe devido à boa vontade de vocês todos.

À minha orientadora, professora Luciana Garcia de Mello, por me guiar nestes quase três anos, sempre de forma prestativa e paciente. Por acreditar no meu trabalho e na minha escrita. Às professoras Gláucia Assis e Maria Catarina Zanini e ao professor Karl Monsma, por terem aceitado o convite para integrar a minha banca de defesa. Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, pelos aprendizados dentro e fora de sala de aula. Aos colegas da Revista Contraponto, pelos conhecimentos compartilhados e pela experiência que muito enriqueceu minha trajetória acadêmica. Aos colegas da turma de Mestrado de 2019 e aos que construíram os Seminários Discentes de 2019 e 2020, pela parceria diante dos perrengues.

Aos amigos que o Mestrado me proporcionou: Carol, Carlos, Dani, João Pedro, Júlia, Juliano e Osmar. A amizade de vocês não apenas me inspira a ser uma pesquisadora melhor, como também fez com que as aulas, intervalos e eventos se tornassem momentos especiais. Eu cheguei de paraquedas num PPG sobre o qual não sabia nada e fui acolhida como uma velha amiga por vocês. Obrigada por me incluírem no carro na viagem pra Floripa. Por todos os barzinhos, noites no terraço, chamadas de vídeo, por todas as conversas e risadas. Ao Osmar, agradeço em especial por ser uma companhia e fonte de afeto constante, mesmo quando virtual, ao longo deste período.

Aos colegas da Assembleia Legislativa, que se tornaram parte do meu dia a dia no último ano, em especial ao Samir, por convidar uma jornalista alheia a este mundo para fazer parte

dele, e à Ingra, com seu coração gigante, por ensinarem tanto sobre política e jornalismo na prática.

Além das amizades que construí ao longo deste período, também tenho muita sorte de ter amigos que estão comigo há anos e que, em várias etapas da minha vida, contribuíram para meu crescimento. Às amigas de infância e adolescência: Jô, Rô, Gabby, Kaka e ao Leo, pela amizade de uma vida inteira. Com tudo que já crescemos e mudamos, é muito bom sempre poder contar com vocês. Obrigada por fazerem parte de quem eu sou.

Às amigas que me acompanham desde os tempos de faculdade: Carol, Júlia e Natália, por serem minha base, meus exemplos em termos pessoais e profissionais, e me inspirarem a querer evoluir sempre. É com vocês que eu sou o mais ‘eu’ que posso ser, e tudo o que eu faço tem um pouco de vocês.

À Annie, por ser aquela amiga com quem todos os assuntos são possíveis, dos mais sérios aos mais fúteis. À Vivi Tesche, pela amizade de anos que ultimamente também tem sido compartilhamento de angústias acadêmicas. Aos amigos da Grupa, pela amizade que permaneceu forte ao longo das transformações e descobertas de cada um. À Cláudia, mesmo de longe, pelo carinho e cuidado de sempre. Vocês tornaram mais leve esse processo que tinha grande potencial para ser maçante.

Ao Marcello, por todos os dias desses quase quatro anos. Sem o teu apoio e incentivo em todos os momentos, desde os estudos para a prova do Mestrado até a reta final, eu não teria chegado até aqui. Obrigada pelo amor e companheirismo diários. Por se oferecer pra me levar a Caxias duas vezes, permitindo que esse trabalho acontecesse. Por sempre me ouvir e me acalmar, por tornar qualquer assunto divertido.

À minha irmã, Alice, pela amizade que transcende os laços familiares. Por ser minha ídola e minha fã ao mesmo tempo, por me inspirar e me ensinar. Pelo companheirismo constante, especialmente durante o período de isolamento nesses últimos dois anos, quando nossas conversas, risadas e receitas foram fundamentais pra manter a minha sanidade.

Aos meus avós, Terry e Mercedes, *in memoriam*, eles próprios migrantes que fizeram do Brasil seu lar. Sei que o vô Terry, de onde ele estiver, está orgulhoso de eu me tornar Mestra. Aos meus pais, Susana e Alexandre, por serem meus maiores exemplos de vida. Sou muito grata e ciente do privilégio que é ser filha de vocês. Obrigada por não duvidarem de mim em nenhum momento e por me apoiarem em todas as minhas decisões. Eu amo vocês.

*I long, as does every human being,
to be at home wherever I find myself.*
Maya Angelou

RESUMO

A presente dissertação tem como temática central a migração senegalesa para o Rio Grande do Sul, fenômeno que vem sendo observado nos últimos dez anos, inserido no chamado *boom* de migrações Sul-Sul. Mais especificamente, é focada nas experiências das mulheres senegalesas que vivem em Caxias do Sul e as formas como estas são atravessadas, de maneira interseccional, por questões de gênero, raça e nacionalidade. Foram feitas entrevistas com sete mulheres senegalesas em Caxias do Sul, cidade que recebeu ao longo dos últimos anos um grande número de migrantes vindos do Senegal. Para compreender as experiências das interlocutoras da pesquisa, inicia-se com um breve panorama acerca das principais teorias migratórias, para em seguida ser abordada a chegada de novos grupos de migrantes ao Rio Grande do Sul no século 21. Então, aparece uma das principais questões que permeiam essa pesquisa: a discussão entre quem é considerado um “outro”, que não pode pertencer, em certa sociedade. A importância de se pensar nestes fatores de forma interseccional é então destacada. A pesquisa também busca contextualizar, de forma breve, a formação racial brasileira em termos históricos, assim como a tradição emigratória do Senegal, e as formas como estes dois acontecimentos estão relacionados à migração senegalesa para o Brasil. Além da pesquisa empírica, o trabalho também conta com um levantamento de dados a partir do Sistema de Registro Nacional Migratório – Sismigra, e do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – Sincra. Por fim, conclui-se que a intersecção entre raça, gênero e nacionalidade contribui para que elas tenham um permanente sentimento de “outridade”, mesmo que vivam há anos em Caxias do Sul.

Palavras-chave: Migrações; Interseccionalidade; Migração de mulheres; Caxias do Sul.

ABSTRACT

The main theme of this dissertation is the Senegalese migration to Rio Grande do Sul, a phenomenon that has been observed in the last ten years, as part of the so-called South-South migration boom. More specifically, it focuses on the experiences of Senegalese women living in Caxias do Sul and the ways in which their experiences are shaped, in an intersectional way, by gender, race and nationality issues. Interviews were conducted with seven Senegalese women in Caxias do Sul, a city that over the past few years has received a large number of migrants from Senegal. In order to understand the experiences of the research interlocutors, the dissertation begins with a brief overview of the main migration theories, and then addresses the arrival of new groups of migrants to Rio Grande do Sul in the 21st century. Then, one of the main issues that permeate this research is addressed: the discussion between who is considered an “other”, a person who cannot belong, in a certain society. The importance of thinking about these factors in an intersectional way is then highlighted. The research also seeks to briefly contextualizes Brazilian racial formation in historical terms, as well as Senegal's emigration tradition, and the ways in which these two events are related to Senegalese migration to Brazil. In addition to the empirical research, the work also includes a survey of data from the National Migration Registration System – Sismigra, and the National Registration System for Foreigners Registration – Sincre. Finally, it was possible to conclude that the intersection between race, gender and nationality contributes for them to have a permanent feeling of “otherness”, even if they have lived for years in Caxias do Sul.

Keywords: Migration; Interseccionalidade; Women's migration; Caxias do Sul.

RÉSUMÉ

Le thème principal de cette thèse est la migration sénégalaise vers le Rio Grande do Sul, un phénomène qui a été observé au cours des dix dernières années, dans le cadre du boom migratoire dit Sud-Sud. Plus précisément, il se concentre sur les expériences des femmes sénégalaises vivant à Caxias do Sul et les manières dont elles sont traversées, de manière intersectionnelle, par le genre, la race et la nationalité. Des entretiens ont été menés avec sept femmes sénégalaises à Caxias do Sul, une ville qui a accueilli ces dernières années un grand nombre de migrants sénégalais. Pour comprendre les expériences des interlocuteurs de la recherche, il commence par un bref aperçu des principales théories migratoires, puis aborde l'arrivée de nouveaux groupes de migrants à Rio Grande do Sul au 21^e siècle. Ensuite, l'un des principaux enjeux qui imprègnent cette recherche apparaît : la discussion entre qui est considéré comme un « autre », qui ne peut pas appartenir, à une certaine société. L'importance de penser ces facteurs de manière intersectionnelle est ensuite mise en évidence. La recherche cherche également à contextualiser brièvement la formation raciale brésilienne en termes historiques, ainsi que la tradition d'émigration du Sénégal, et les manières dont ces deux événements sont liés à la migration sénégalaise vers le Brésil. En plus de la recherche empirique, le travail comprend également une enquête sur les données du Système national d'enregistrement des migrations – Sismigra, et du Système national d'enregistrement des étrangers - Sincre. Enfin, il est conclu que l'intersection entre la race, le sexe et la nationalité contribue pour eux à avoir un sentiment permanent d'« altérité », même s'ils ont vécu pendant des années à Caxias do Sul.

Mots-clés: Migration; Intersectionnalité; Migration des femmes; Caxias do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Mulheres senegalesas no RS por idade.....	72
Gráfico 2 – Mulheres senegalesas no RS: principais ocupações.....	73
Fotografia 1 – Mariama organizando produtos para venda.....	81
Fotografia 2 – A loja de Billy, com roupas típicas africanas sendo vendidas ao lado de tênis de marca.....	83
Quadro 1 – Síntese dos perfis das entrevistadas.....	86
Fotografia 3 – Mulheres senegalesas durante o <i>Grand Magal de Touba</i>	87
Quadro 2 – As dimensões de análise e indicadores.....	88
Fotografia 4 – Arame atendendo uma cliente no salão de beleza que compartilha com o irmão.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAM – Centro de Atendimento ao Migrante

CGIL – Coordenação Geral de Imigração Laboral

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

PIB – Produto Interno Bruto

RNM – Registro Nacional de Migrante

RS – Rio Grande do Sul

SINCRE – Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA: PESQUISAR MULHERES MIGRANTES	19
1.2 TÉCNICAS DE PESQUISA E DE ENTREVISTA	23
2 MIGRAÇÕES E INTERSECCIONALIDADE: RELAÇÕES POSSÍVEIS PARA SE PENSAR A EXPERIÊNCIA DE MULHERES IMIGRANTES SENEGALESAS	27
2.1 ENTRE SAYAD E SIMMEL: O QUE É UM MIGRANTE?	27
2.2 BREVE PANORAMA DAS TEORIAS MIGRATÓRIAS	29
2.2.1 Teorias que explicam por que as migrações se mantêm no tempo e no espaço	31
2.2.2 Migrações transnacionais	31
2.2.3 Teoria das redes	35
2.3 MULHERES, NOVOS MIGRANTES E “AS OUTRAS” NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS	38
2.4 INTERSECCIONALIDADE E MIGRAÇÕES	44
3 SENEGALESSES LÁ E AQUI: MIGRAÇÕES NO BRASIL E SENEGALESSES QUE MIGRAM	51
3.1 MIGRAÇÕES PARA O BRASIL, RAÇA E PERTENCIMENTO	51
3.2 A TRADIÇÃO MIGRATÓRIA NA SOCIEDADE SENEGALESA	59
3.2.1 Projeto familiar e migrações femininas	61
3.3 GÊNERO NO SENEGAL	64
3.3.1 Trabalho e religião no Senegal	69
3.4 GÊNERO, IDADE E TRABALHO: DADOS SOBRE AS MULHERES SENEGALESAS IMIGRANTES NO RS	71
4 "ISSO É BRASIL? VOU VOLTAR PRO SENEGAL!": TRAJETÓRIAS DE MULHERES SENEGALESAS EM CAXIAS DO SUL	75
4.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	75
4.2 RELATO DE CAMPO: A PESQUISA NO CONTEXTO DA PANDEMIA	78
4.2.1 A realização das entrevistas	80
4.3 “É UMA CULTURA, O MARIDO TÁ LÁ, TU VAI LÁ”: QUESTÕES DE GÊNERO E FAMÍLIA	88

4.3.1 Questões geracionais nas migrações de mulheres senegalesas	92
4.4 “PARECIA QUE SAÍ DO MATO DIRETO PRA CÁ”: RACISMO, XENOFOBIA E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE LOCAL	95
4.4.1 Racismo e mercado de trabalho	98
4.5 “AQUI É TODO MUNDO FECHADO”: DIFERENÇAS CULTURAIS E SOLIDÃO	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1 INTRODUÇÃO

A minha pesquisa tem como temática central a migração senegalesa para o Rio Grande do Sul, fenômeno que vem sendo observado nos últimos dez anos, inserido no chamado *boom* de migrações Sul-Sul. Considerando que essa migração é majoritariamente masculina, busca-se estudar, utilizando como aporte teórico os estudos de gênero e interseccionalidade, as especificidades contidas nas trajetórias e experiências das mulheres senegalesas. A migração senegalesa tem se constituído como um fenômeno importante nos estudos migratórios no Rio Grande do Sul tanto pelo grande número de imigrantes quanto pelas suas características enquanto africanos e muçulmanos, que fazem com que eles sejam facilmente identificados enquanto “estrangeiros”.

A temática da imigração senegalesa passou a me chamar a atenção há alguns anos, a partir de visita realizada à cidade de Caxias do Sul em 2013 enquanto jornalista, para entrevistar e fazer uma reportagem sobre a comunidade. Na ocasião, conheci alguns imigrantes, assim como pesquisadores e apoiadores que estudam a temática na cidade. Foi a partir de contatos estabelecidos lá e mantidos ao longo dos anos que foi possível eleger como objeto de estudo a migração de mulheres senegalesas para a cidade de Caxias do Sul. A escolha, além dos contatos já firmados anteriormente, também leva em conta que este é o local em que a comunidade senegalesa está consolidada há mais tempo, de forma mais organizada, além de contar com o apoio do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que lida diretamente com as demandas dos migrantes que vivem na cidade, facilitando a obtenção de dados e informações.

O papel do CAM é constantemente mencionado quando se fala em migrações recentes para Caxias. Mantido por religiosas scalabrinianas¹, o CAM “foi o primeiro local de recepção e acolhida na cidade para a maioria dos senegaleses”, ao prestar assistência social, auxiliar na busca por emprego e nas questões de documentação e moradia (Oliveira, 2019, p. 45). Graças ao relevante papel do CAM, os senegaleses, que são em sua maioria muçulmanos, aproximam-se da cultura católica predominante na cidade, participando de eventos católicos e convidando também as irmãs para participar de suas próprias celebrações (Lia e Costa, 2018). O catolicismo está diretamente relacionado com a tradição migratória italiana na cidade, por isso, aproximar-

¹ Ordem religiosa missionária católica que nasceu a partir de João Carlos Scalabrini, imigrante italiano que veio para o Brasil. O trabalho das irmãs scalabrinianas é focado no acolhimento a migrantes e refugiados, assim como na assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

se do trabalho feito pelas irmãs católicas pode ser uma forma de se inserir na sociedade caxiense para os senegaleses.

Em Caxias do Sul, a população tende a confundir haitianos e senegaleses e, diante da tradição migratória italiana da região, eles não passam despercebidos. O município de 517.451 habitantes (IBGE, 2020) recebe diversos fluxos populacionais ao longo de sua história, dentre os quais se destaca a população italiana que passou a chegar a partir de 1875, com o fornecimento de lotes por parte do governo (Houli Filho, 2018, p. 14). Essa experiência é drasticamente diferente da que os senegaleses vivem na atualidade. Além de não terem recebido terras de antemão, nem terem emprego garantido quando chegam ao Brasil, muitos deles realizam uma longa rota, entrando pelo Equador, onde não há necessidade de visto, passando por Peru e Bolívia, para chegar ao Brasil pelo Acre (Houli Filho, 2018) e ainda precisar atravessar o país para alcançar o Rio Grande do Sul.

Enquanto recém-chegados, imigrantes em certas sociedades podem facilmente ser vistos como o clássico “Outro” (Penninx, 2005), aos moldes Hegelianos de quem é considerado “Eu” e quem é considerado “Outro”, passando pelo que Simmel (2005) já se referia em “O Estrangeiro” e Elias e Scotson (2000) observaram em “Os Estabelecidos e os Outsiders”. No caso das mulheres senegalesas, negras e africanas, essa “estrangeiridade”, esse sentimento de ser “a Outra” e não aquela que pertence, aparece como algo central nas suas experiências migratórias na cidade de Caxias do Sul, na qual vivem as sete migrantes entrevistadas nesta pesquisa.

Para analisar essas configurações e reconfigurações das trajetórias destas mulheres, considero oportuno o uso da teoria interseccional, que se refere às formas como “desigualdades sociais são moldadas por diferenças de gênero, assim como por outras categorias socialmente e culturalmente construídas, como raça, classe, idade, deficiência²” (Sinatti, 2014, p. 216). A interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) a partir de teorias elaboradas por mulheres norte-americanas negras e latinas, não se limita a descrever as opressões de raça, classe, gênero e outras, mas sim se propõe a analisar de forma articulada os cruzamentos e inter-relações entre essas categorias (Álvarez e Álvarez, 2015).

No caso da migração senegalesa, deve-se levar em conta também que a decisão de migrar não é uma escolha individual, mas sim elaborada dentro das famílias como uma

² No original: “social inequalities are shaped by gender differences as well as by the interaction between gender differences and other socially and culturally constructed categories such as race, class, ability, and age” (Sinatti, 2014, p. 216).

estratégia coletiva na qual, geralmente, um homem jovem acaba por deixar o Senegal para procurar emprego em outro país. Em torno de um décimo dos jovens do país migram, e é comum que pelo menos um integrante de cada família esteja no exterior (Sinatti, 2014, p. 215). Estes migrantes, em geral, permanecem intimamente ligados ao país de origem e a suas famílias, caracterizando uma migração transnacional.

Dentre a comunidade senegalesa migrante, as mulheres são a minoria. Este foi um dos motivos pelos quais elas se tornaram o foco dessa dissertação e não toda a comunidade senegalesa. Em geral, pesquisas anteriores, que trouxeram importantíssimas contribuições para o campo, incluindo de colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, como Ana Júlia Guilherme (2017), Michel Houli Filho (2018) e Fernando Diehl (2017), acabaram focando majoritariamente na experiência senegalesa masculina, por ser a predominante. Entende-se, assim, que a experiência migratória feminina na diáspora senegalesa tem suas particularidades, as quais serão aqui analisadas a partir de uma perspectiva interseccional. Ou seja, defende-se que o arcabouço de vivências pelas quais essas mulheres passam é distinto devido ao fato delas serem mulheres, o que se soma ao fato de serem negras e africanas.

Em vista do exposto, o presente trabalho é formulado a fim de compreender as experiências migratórias das mulheres senegalesas no Rio Grande do Sul, considerando os atravessamentos de gênero, raça e nacionalidade³, a partir do paradigma interseccional que leva em conta essas diversas dimensões de forma conectada. Neste trabalho, questiona-se: de que forma as experiências das mulheres senegalesas que imigram para Caxias do Sul são atravessadas e moldadas pela intersecção entre fatores de gênero, raça e nacionalidade?

O objetivo da pesquisa, assim, *é entender as possíveis formas como a intersecção entre gênero, raça e nacionalidade atua como um elemento social que atravessa e molda as experiências das mulheres senegalesas que imigram para Caxias do Sul*. A partir da pesquisa empírica com migrantes senegalesas em Caxias do Sul e do aporte teórico de questões de migrações, raça e formação étnica do Brasil, gênero e interseccionalidade, os objetivos específicos são: a) verificar se elas apresentam um sentimento de pertencimento à comunidade onde vivem, levando-se em conta o fato de serem mulheres negras africanas em um local predominantemente branco; b) analisar as estratégias adotadas no país de destino para viabilizar o projeto migratório, fazendo relação com o objetivo inicial dessas mulheres ao migrarem; c)

³ Usa-se “nacionalidade” aqui não para referir-se somente ao fato de se ter nacionalidade senegalesa, mas sim como forma de se considerar os aspectos referentes a ser uma imigrante, ser alguém não-brasileiro.

verificar se há empecilhos – relacionados à questão de gênero, raça e nacionalidade - para que essas mulheres permaneçam na sociedade de destino.

1.1 JUSTIFICATIVA: PESQUISAR MULHERES MIGRANTES

As migrações e os migrantes têm sido objeto das ciências sociais há décadas, desde o clássico *The Polish Peasant in Europe and America* (Thomas e Znaniecki, 1918-1920), estudo pioneiro nesta temática. Foram apenas algumas décadas depois, porém, que se passou a observar questões de gênero nos estudos migratórios. Kosminsky (2007) relata que, ainda antes da utilização de “gênero” como categoria analítica,

[...] os estudos migratórios, nos Estados Unidos, na década de 1980, começaram por evidenciar a presença da mulher no processo migratório, criticando as pesquisas anteriores que focalizavam como sujeito somente o masculino” (Kosminsky, 2007 p. 785).

Ela destaca os trabalhos das autoras Elizabeth Ewen e Sidney Weinberg como protagonistas deste movimento, assim como, no Brasil, essa preocupação passa a aparecer uma década depois, com os trabalhos de Célia Sakurai e de Kátia Lerner (Kosminsky, 2007, p. 786).

Ao fazer um levantamento histórico acerca da incorporação dos aspectos de gênero aos estudos migratórios, Assis (2003) também menciona estudos internacionais que, desde o final do século XX, já passaram a abordar esta interface. Segundo a autora, ao se acrescentar a categoria de gênero, “a migração deixou de ser analisada apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos, mas emerge envolvida em redes de relações sociais, como uma estratégia de grupos familiares, de amigos ou de pessoas da mesma comunidade” (Assis, 2003, p. 44). Ela coloca, assim, que a presença de mulheres nos fluxos migratórios, mesmo que em geral invisibilizada, “nos instiga a pensar nas transformações das relações de gênero no contexto da migração”, e aponta que a migração deixa, então, de ser considerada como um assunto masculino ao passar a ser analisada a partir de uma perspectiva que articule gênero, classe e etnia⁴. Para Boyd e Grieco, em artigo de 2003, analisando os estudos de migrações em uma perspectiva norte-americana, houve alguns esforços concentrados para se incorporar gênero nas teorias de migrações internacionais, a partir dos anos 1970. As autoras atestam que “compreender gênero é um ponto crítico no contexto migratório” (Boyd e Grieco, 2003). Desde

⁴Ibidem, p. 45.

a publicação do texto das autoras canadenses, pode-se inferir que houve um aumento nos estudos que incorporam esta perspectiva, embora eles ainda não sejam a maioria. Como observa Lisboa (2006):

As clássicas teorias sobre migração – concepções neoliberais e marxistas – têm focalizado prioritariamente suas causas econômicas e políticas, ou seja, vinculam a migração a oportunidades de emprego para homens – provedores de família – no modelo capitalista de desenvolvimento, ou reduzem o migrante ao proletário. Os estudos sobre migração têm ignorado as mulheres, tornando-as invisíveis ou totalmente dependentes dos homens (Lisboa, 2006, p. 152).

Diversos autores mencionam ainda o aumento da participação de mulheres nos fluxos migratórios, em um fenômeno chamado “feminização das migrações” (Machado, 2014; Ramos, 2014; Queiroz, 2015; Cazarotto; Mejia, 2017; Marinucci, 2007). Queiroz (2015), em seu estudo sobre as migrantes guianesas no norte do Brasil, observou que “os fluxos migratórios do século XXI estão mudando, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também de diferenciação de gênero” (p. 14), apontando que as mulheres representam 49% das migrantes no mundo. No âmbito da migração senegalesa para o Brasil, porém, este fenômeno não se confirma. Pelo contrário, as mulheres, como já apontado, representam menos de 2% destes migrantes. Mas, é justamente por subverter esta lógica e por se entender que um grupo proporcionalmente pequeno dentro de um fenômeno maior deve ser estudado em suas particularidades, que esta pesquisa se justifica. Como aponta Gonçalves (2019), é relevante estudar sobre estas mulheres porque analisar a imigração senegalesa sob o prisma das relações de gênero é uma das formas de se compreender “as diferenças de padrões, causas, vivências e impactos que afetam as mulheres de modo singular, assim como para trazer à luz, talvez, novos fatores que ajudem numa melhor compreensão do fluxo senegalês como um todo” (Gonçalves, 2019, p. 194). Os objetivos desta pesquisa, espera-se, vão ao encontro desta colocação.

Acrescenta-se ainda que os estudos de gênero vêm se consolidando como uma importante matéria dentro das ciências sociais em geral, inclusive desde os anos 1990 sob o paradigma da interseccionalidade, mencionado anteriormente. Ao analisar de forma interseccional as experiências de migrantes haitianas no Brasil, Ricci (2018, p. 49) observa que “essa perspectiva permite situar-nos diante das realidades experienciadas por associações marginalizadas, desvelando as múltiplas marginalizações impostas pela reprodução de um discurso colonial hegemônico – branco e masculino”.

Da mesma forma, os estudos acerca de migrações também se consolidam como um ramo importante da Sociologia e das ciências sociais em geral no Brasil cada vez mais, sendo

tema de diversos estudos. Nas duas últimas edições do Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2019 e 2021 por exemplo, pelo menos duas mesas redondas, e dois grupos de trabalho em cada, eram focados na temática, além dela ter perpassado outras discussões. No entanto, ainda são poucos os trabalhos que articulam as temáticas de gênero, raça e outras opressões ao se pensar em migrações.

Desde o momento em que escolhi o tema da minha pesquisa, questionei-me bastante sobre se eu seria a pessoa certa para fazê-la. Mesmo sendo mulher, sou branca e brasileira, o que poderia impor uma certa distância entre mim e as senegalesas, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. Como pesquisar o outro sem essencializá-lo, objetificá-lo e transformá-lo num “objeto” de pesquisa distante de si próprio? Como conduzir uma pesquisa acerca de pessoas marginalizadas e subalternizadas sem impor formas de viver? Essas perguntas ecoavam em mim desde a delimitação do “objeto” de pesquisa. É possível produzir, do centro, uma sociologia preocupada com as margens⁵?

Para buscar respostas a tais inquietações, parti para a leitura de pesquisadoras negras, tanto brasileiras quanto norte-americanas e africanas, assim como intelectuais não-ocidentais em geral. Busquei compreender, a partir de feministas que falam de diversos lugares, a forma como o “ser mulher” é algo localizado, e aprendi a tentar não romantizar nem rechaçar a maneira como este fato se constitui em lugares distantes do meu. A partir de Patricia Hill Collins, investiguei esse lugar de outro, de outsider, sempre com o questionamento de o quão insider eu mesma seria. Ao me colocar como pesquisadora preocupada com a não-essencialização e não-objetificação dos sujeitos os quais pesquiso, busquei então pensar como uma outsider, ao mesmo tempo em que, como mulher branca brasileira, encontro-me na fronteira entre os de dentro – os que sempre foram lidos/ouvidos/vistos –, e os de fora – que sempre foram silenciados.

As palavras de Gayatri Spivak (2010) de repente apareciam em minha mente ao longo do processo: “Pode a subalterna falar?”. Estaria eu, na realidade, promovendo a invisibilização das minhas próprias interlocutoras, ao tentar falar por elas? Em sua tese, Marques (2017) se questiona acerca de questões semelhantes ao estudar o Haiti, e atenta para o fato de que, do Brasil, também estamos no Sul global. Mas, ainda assim, a autora observa que “mesmo o Sul conta com uma periferia ainda mais profundamente subalternizada” e silenciada (Marques,

⁵ Referência ao título do livro “Teoria Feminista: Das margens ao centro”, de Bell Hooks (2019), no qual ela aborda a importância de um feminismo negro como ferramenta de libertação.

2017, p. 35), o que dialoga diretamente com as migrações Sul-Sul, dentre as quais a senegalesa para o Brasil. Marques conclui que existe, sim, a possibilidade de uma autora branca brasileira escrever sobre interlocutores negros desse Sul ainda mais periférico, e sugere que:

A pesquisa social poderia contribuir para a construção desse encontro fecundo, em que se ouve como quem reconhece no sujeito outro a expressão de um mundo-todo possível, em que se fala como quem compartilha saberes que emergem dos corpos enquanto vivem, atravessados pela diferença (Marques, 2017, p. 40).

Busquei, assim, fazer a pesquisa com esse cuidado em todas as suas etapas. A bibliografia é, em sua maioria, composta por mulheres, dentre as quais a maioria são ou brasileiros ou, no caso de serem estrangeiras, não brancas. Este trabalho, sendo assim, se insere dentro de um esforço que vem sendo feito por diversas acadêmicas, especialmente provenientes do Sul global, de se afastar de concepções e abordagens que coloquem a vivência Ocidental como correta e, de certa forma “avançada”, e a vivência africana e asiática como “atrasada” (PEREIRA, 2019). Desta forma, também não tem a pretensão de fazer juízos de valor sobre as supostas vantagens e desvantagens de ser mulher em cada sociedade. Nesse sentido, cabe mencionar a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e sua palestra “O perigo da história única”, na qual aborda os riscos de se pensar em sujeitos oriundos da África ou de países de terceiro mundo em geral de forma estereotipada, vendo-os como vítimas ou como pessoas cuja realidade é limitada a dificuldades. “A história única cria estereótipos, e o problema dos estereótipos não é que eles são irreais, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história existente” (Adichie, 2009, tradução nossa).

As próprias senegalesas, interlocutoras dessa pesquisa, tornaram fácil a tarefa de não estereotipar suas histórias. Naturalmente, há semelhanças dentre as trajetórias que fizeram com que mulheres jovens oriundas do Senegal tenham migrado para Caxias do Sul. Para fins analíticos, suas experiências são agrupadas no capítulo de análise, mas ao conhecê-las, conheci mulheres determinadas, corajosas, independentes, que tomam suas próprias decisões e ganham seu próprio dinheiro. São sete entrevistadas cujas histórias eu pude conhecer brevemente, muito menos do que eu gostaria, mas que já foram o suficiente para me fazer ter certeza que suas histórias não são uma única, mas sim muitas.

1.2 TÉCNICAS DE PESQUISA E DE ENTREVISTA

Como mencionado, para realizar a pesquisa foram entrevistadas sete mulheres senegalesas moradoras em Caxias do Sul. A partir daí, foi feita uma esquematização dos dados, com o propósito de compreender a forma como a interseccionalidade entre gênero e outros marcadores sociais influencia a experiência migratória das sujeitas enquanto migrantes. As entrevistas foram realizadas a partir do critério de mulheres senegalesas imigrantes que morem em Caxias do Sul e que aceitaram participar da pesquisa.

A pesquisa tem caráter qualitativo, como não podia deixar de ser, levando-se em conta que esta forma de se fazer pesquisa

[...] trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 22).

Por mais que se traga aqui os dados quantitativos coletados na seção anterior, não se pretende analisá-los de forma isolada, mas sim utilizá-los como complemento, assim como a fundamentação teórica, para compreender os fenômenos estudados, buscando se aprofundar “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2002, p. 22).

Esta pesquisa qualitativa, então, tem como principal método de coleta de dados a realização de entrevistas. Parte-se da definição de entrevista proposta por Quivy e Campenhoudt (2008), que a considera uma “verdadeira troca”,

[...] durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade (Quivy e Campenhoudt 2008, p. 192).

Os autores destacam que, em casos em que a pesquisa é feita de forma mais aprofundada, são utilizados menos interlocutores, como se dá neste estudo, no qual se dialoga de forma mais completa com um número reduzido de entrevistadas. Na definição de Bauer (2004, p. 65), a entrevista permite “a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados” e é um “processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca” (Bauer, 2004, p. 73). Atenta-se, ainda, como destaca Minayo

(2002, p. 57), que se trata de uma conversa que “se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

As entrevistas são semiestruturadas, ou seja, seguem perguntas previamente definidas, mas também acabaram por conter questões que aparecem ao longo da conversa. Considerou-se este o tipo de entrevista mais adequada, levando-se em conta que, na entrevista semiestruturada, “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (Boni e Quaresma, 2005). Assim, partiu-se de questionamentos iniciais, formulados a partir dos objetivos da pesquisa, mas sem poder ou ignorar o que estava sendo dito pelas entrevistadas, mesmo quando saía do que era inicialmente planejado. De forma que, na entrevista semiestruturada, cada sujeita da pesquisa, “seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (Triviños, 1987, p. 146).

Todas as entrevistas foram feitas de forma individual. Embora a possibilidade de realizar entrevistas em grupo tenha sido cogitada, as mulheres possivelmente poderiam se sentir inibidas pelas outras, tanto em termos de comparação entre os níveis de português quanto pelas especificidades de cada trajetória. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, por se acreditar que, ao se escutar novamente as falas das entrevistadas, novos elementos aparecem que não haviam sido considerados importantes anteriormente. Entende-se que o gravador pode, por vezes, inibir os entrevistados, mas isso em geral é contornado ao se explicar que não será utilizada a gravação inteira e que ela não aparecerá em lugar nenhum, mas sim que o instrumento serve para facilitar o trabalho posterior do pesquisador. Ainda, é possível a partir da gravação perceber melhor as entonações e pausas feitas pelas entrevistadas, o que se perde ao somente anotar as respostas dadas. Inclusive, como português não é a língua materna delas, houve momentos em que durante a entrevista eu não entendi tão bem a resposta, mas quando transcrevi e ouvi novamente, foi possível compreender melhor.

Tendo como objetivo incorporar questões de gênero nas teorias migratórias, Boyd e Grieco (2003) estabelecem dimensões a serem analisadas para se elaborar um quadro teórico geral que pense nas formas como gênero está envolvido neste processo, a partir de características do que denominam de fases migratórias. As autoras propõem uma divisão entre a fase pré-migratória – composta do planejamento e da saída do país de origem – e pós-migratória – que se inicia na chegada ao país de destino. Nesta pesquisa, o foco está na fase

pós-migratória, mas são utilizados elementos da fase pré-migratória como comparativo para se pensar nos objetivos e expectativas traçados por elas antes de chegarem ao Brasil, assim como nas questões de planejamento familiar em torno das migrações.

Na fase pré-migratória, Boyd e Grieco (2003) colocam que se encontra o que é denominado de “probabilidade migratória”, ou seja, os fatores que determinam a decisão de migrar, tornando a migração mais ou menos possível para as mulheres. Elas observam que hierarquias de raça, local de nascimento e gênero que existam no país de destino influenciam a incorporação no mercado de trabalho e pode, inclusive, alterar as dinâmicas entre homens e mulheres no casamento e dentro a comunidade oriunda do mesmo país. Essa segunda questão, que inicialmente eu havia planejado que seria um dos pontos de destaque na dissertação, acabou não aparecendo de forma concreta nas entrevistas e, diante da dificuldade imposta pela pandemia do coronavírus ao trabalho de campo, também se tornou complicado me inserir de forma mais profunda nas rotinas familiares dos migrantes senegaleses. Como irei descrever de forma mais aprofundada no capítulo de análise, as entrevistas acabaram ocorrendo com as migrantes fora de seu ambiente doméstico.

Para investigar os objetivos propostos, o primeiro capítulo desta dissertação se inicia com um breve panorama das principais teorias sobre fenômenos migratórios, começando por Sayad (1998) e com destaque para as teorias transnacional e das redes. Em seguida, é abordada a questão dos novos migrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul no século 21 e, em um paralelo com as migrações femininas, a questão de quem é visto como “outro” nas sociedades receptoras. Por fim, relaciono com as questões levantadas anteriormente a interseccionalidade, levando em conta, como apontado por Magliano (2015), as formas como a intersecção entre fatores como gênero, raça e etnia podem influenciar na vida cotidiana das mulheres migrantes.

No segundo capítulo, é feita uma breve contextualização sobre a formação racial do Brasil a partir das migrações, com menção às políticas que foram aplicadas pelos governos brasileiros ao longo dos anos. A partir daí, é colocada a questão da migração senegalesa para o país, assim como é discutida a tradição emigratória do Senegal e os significados da migração para a população e a cultura do país africano. A forma como o papel das mulheres vem sendo ressignificado no país também é abordada, bem como questões pertinentes à cultura senegalesa, como trabalho e religião. Por fim, neste capítulo também é colocado o levantamento de dados, feito a partir das bases de dados do Sistema de Registro Nacional Migratório – Sismigra (a partir de 2018) - e do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – Sincre

(até 2017) -, que contêm detalhes sobre os imigrantes que obtiveram vistos de residência, permanência ou temporários no Brasil.

No quarto capítulo, realizo a análise das entrevistas feitas com sete mulheres senegalesas migrantes que vivem em Caxias do Sul. A partir dos aportes teóricos descritos anteriormente, parto de categorias elaboradas a partir das próprias entrevistas para buscar compreender as experiências delas e as formas como são perpassadas por questões de raça, gênero e nacionalidade. A questão das trajetórias de trabalho e as características religiosas dos senegaleses também são abordadas enquanto indicadores para se pensar nas vivências das migrantes.

2 MIGRAÇÕES E INTERSECCIONALIDADE: RELAÇÕES POSSÍVEIS PARA SE PENSAR A EXPERIÊNCIA DE MULHERES IMIGRANTES SENEGALESAS

Para iniciar a discussão proposta nesta pesquisa, neste capítulo será abordado, inicialmente, a definição de imigrante a partir de Sayad (1998), por entender-se a importância deste autor no marco teórico acerca da temática. Em seguida, serão trazidas as principais teorias que buscam explicar os fenômenos migratórios, para compor um estado da arte da temática. Será dado destaque para a temática de famílias transnacionais, levando-se em conta que os senegaleses no Rio Grande do Sul, que são o tema principal desta dissertação, vivem vidas transnacionais em diversos aspectos. As questões de gênero referentes a esta migração também são permeadas por essa transnacionalização: de modo frequente, casais estão geograficamente distantes, ou mulheres senegalesas se casam com homens que já estão no Brasil e vêm ao país apenas posteriormente, quando eles já estão estabelecidos. Após, será colocada a discussão acerca da forma como estes imigrantes são vistos e recebidos pela sociedade receptora, para em seguida se abordar a questão da interseccionalidade e sua relação com a temática migratória.

2.1 ENTRE SAYAD E SIMMEL: O QUE É UM MIGRANTE?

É fato que a migração é uma constante na história humana desde seus primórdios. A mudança de local de moradia, seja temporária ou permanente, aconteceu ao longo da História por motivos diversos: esgotamento daquele ambiente específico, fuga de conflitos, busca por melhores solos, exploração de recursos de certa região, melhores condições de vida no geral, perseguições, entre outros. Na modernidade, como define Sayad (1998), a migração em geral tem como principal motivação a busca por trabalho, e da mesma forma o imigrante é visto pela sociedade receptora como uma força de trabalho. Assim, ele migra em busca de trabalho, e se constitui essencialmente como um trabalhador que migrou, aos olhos das sociedades de origem e de destino. E, por isso, sua estadia é sempre considerada provisória, mesmo quando é permanente.

Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que imigrante e trabalhador são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada

a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser (Sayad, 1998, p. 54-55).

O autor franco-argelino, referência nos estudos de migração, define a imigração como “em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico”, mas também em “um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (Sayad, 1998, p. 15). Ou seja, ao migrar, não se muda apenas de país, estado ou região, mas também se descobre novos costumes e realidades. Mesmo escrevendo acerca das migrações africanas para a França – mais especificamente a argelina – no período pós-colonial, as reflexões de Sayad são até hoje um importante ponto de partida para os estudos migratórios.

Herédia e Gonçalves (2017, p. 212) utilizam o autor para falar da imigração senegalesa para o sul do Brasil, apontando que ele “afirma que o imigrante só pode ser concebido indissociavelmente ao trabalho, pois é a partir da inscrição neste lugar que é reconhecido perante os nativos e perante os familiares que permaneceram no país de origem”, o que, como será abordado ao longo desta dissertação, vai ao encontro da forma como ocorre a imigração senegalesa. De forma semelhante, Mocellin (2017, p. 340) também se apoia em Sayad para abordar esta migração, partindo da perspectiva de que “o fenômeno migratório se confunde com a própria história de nosso sistema econômico e inscreve-se numa lógica governada tanto pelos determinismos econômicos como também pelas categorias de nosso entendimento político”, o qual sempre é também social, econômico, cultural e moral.

Em “A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade”, Sayad destaca que a posição que o imigrante ocupa na sociedade de destino, em especial quando ele se difere por suas características étnicas ou raciais, sempre será inferior na hierarquia social, tendo por efeito “lembrar a todos, ao imigrante e à sociedade de imigração, sua origem nacional ou comunitária” (Sayad, 1998, p. 268), apontando ainda que a maioria das migrações se dá de países menos para mais abastados e privilegiados na ordem mundial. É por isso que aquele que migra, segundo o autor, vive uma vida “dupla” ao não pertencer nem ao país de origem e nem ao país de destino, por sua condição de emigrante no primeiro e imigrante no segundo. Esse sentimento de pertencimento está diretamente ligado à noção de nacionalidade, da qual o imigrante costuma ser excluído. Sayad (1998, p. 284), citando a situação de migrantes que saíram de seu país de origem há décadas, que inclusive tiveram filhos no país de destino e lá construíram todas as suas relações atuais, mas seguem sendo considerados estrangeiros, questiona: “quem pertence

à nação e quem não lhe pertence? Quem pode pertencer-lhe e quem não pode? Usando de que meios e em que condições se pode pertencer-lhe e em que condições ela aceita essa pertinência ‘adquirida’?”.

Neste mesmo sentido de não-pertencimento, Simmel (2005) coloca o estrangeiro, objeto de sua obra, como alguém que é:

[...] visto e sentido, então, de um lado, como alguém absolutamente móvel. Como um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e, entretanto, singularmente, não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, nomeadamente, em relação aos estabelecidos parentais, locais e profissionais (Simmel, 2005, p. 267).

O autor menciona também um parâmetro de “distanciamento objetivo” pelo qual os estrangeiros passam, sendo sempre considerados como pessoas de fora dos grupos sociais pelos quais circulam, ou seja, “não pertencentes” (Simmel, 2005, p. 271). Na definição de Simmel, como menciona Delgado (2009, p. 16), o imigrante se torna o estrangeiro quando chega ao “nosso” país, ou seja, é a partir da chegada no país de destino que ele adquire o que o autor se refere como “a virtude do estrangeiro”: *“alguien que está dentro, pero que no pertenece al adentro; que sintetiza lo que es al mismo tiempo remoto y próximo”* (Delgado, 2009, p. 16). Delgado complementa que o migrante é alguém que, de certa forma, não partiu totalmente, mas também não chegou, permanecendo num estado permanente de limbo.

2.2 BREVE PANORAMA DAS TEORIAS MIGRATÓRIAS

Assis e Sasaki (2000), ao elaborar um quadro geral das principais teorias migratórias ao longo dos anos, citam as formas como os clássicos abordaram o assunto. Naturalmente, essa não era a temática principal com a qual lidaram Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, mas as autoras observam que, de certa forma, chegaram a abordá-la. Para os autores, a migração “era analisada como consequência do desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, dá-se através da industrialização, urbanização e mobilidade populacional. Assim, a migração é uma preocupação secundária para estes autores, naquele contexto” (Assis e Sasaki, 2000, p. 3).

Foram os sociólogos norte-americanos que, no início do século XX, passaram a ver a migração como um problema teórico e prático, devido ao aumento exponencial da mobilidade populacional da Europa para as Américas. O estudo pioneiro a focar nas migrações em si foi *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas & Znaniecki (1918), que influenciou

não apenas os estudos posteriores sobre a temática, como também teve um papel na criação da sociologia urbana e da sociologia do desvio, assim como a Escola de Chicago (Assis e Sasaki, 2000, p. 4). As autoras apontam que, na época, o foco das análises feitas sobre migrações era “os processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana”, ou seja, encarava-se o migrante como alguém que deveria ser completamente assimilado na sociedade de destino.

Fusaro *et al.* (2017) traçam um panorama das teorias migratórias a partir de uma análise das produções brasileiras sobre a temática entre 2010 e 2015. Os autores, tendo como base o trabalho de Massey *et al.* (1993), colocam que as teorias de migração internacional podem ser divididas em dois grupos: “um que busca explicar a natureza do processo migratório, de modo a entender por que as pessoas migram; e outro grupo que explica por que o processo migratório se perpetua no tempo” (Fusaro *et al.*, 2017, p. 7).

Dentre as primeiras, há diversas dessas teorias que ao longo dos anos utilizaram a questão econômica e laboral para explicar a migração, ou pelo menos a colocaram como fator principal. É o caso das teorias Clássica, Neoclássica e, mais recentemente, algumas que entrelaçam questões de economia, trabalho e outros aspectos, como a Nova Economia da Migração Laboral, que avança ao conectar a questão econômica com a familiar, ao apontar que a decisão de migrar “não é concebida no âmbito individual, mas sim no coletivo”, inserindo a família e a comunidade como fatores relevantes na tomada de decisão (Fusaro *et al.*, 2017, p. 7). Também avançando em relação às teorias puramente econômicas há ainda a Teoria do Mercado de Trabalho Dual, ou Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, “que define a demanda permanente por mão de obra nos países receptores como o motor para a migração”⁶. A última das teorias que buscam explicar porque as pessoas migram, a partir do texto dos autores, é a Teoria do Sistema-Mundo, que coloca a migração como uma parte da dinâmica interna de um sistema que funciona a partir da dominação exercida pelos países centrais sobre os periféricos. Os autores apontam que essa teoria, embora forneça novos aspectos para se pensar a migração, falha ao considerar os migrantes como “agentes passivos no jogo das grandes potências e processos globais” (Fusaro *et al.*, 2017, p. 7).

⁶ Ibidem, p. 7.

2.2.1 TEORIAS QUE EXPLICAM POR QUE AS MIGRAÇÕES SE MANTÊM NO TEMPO E NO ESPAÇO

Dentre as teorias que explicam por que as migrações se mantêm no tempo e no espaço abordadas por Fusaro *et al.* (2017), algumas serão aprofundadas neste capítulo por se entender que são as mais apropriadas para se compreender o fenômeno migratório senegalês, que será objeto desse estudo. Sabe-se que esses migrantes têm como principal motivação, se colocada de forma simples e direta, a busca por emprego. Mas apenas essa explicação não seria suficiente para justificar porque, por exemplo, eles seguem chegando ao Brasil apesar da crise econômica que atinge o país, assim como abordar a migração apenas por este aspecto não é suficiente para se entender as relações entre os senegaleses, seu país de origem e seu país de destino.

A primeira destas teorias abordadas por Fusaro *et al.* (2017, p. 8) é a Teoria Institucional, que analisa a institucionalização do processo migratório, ou seja, o surgimento de empreendimentos que buscam “ofertar e favorecer o deslocamento de pessoas”, assim como instituições que auxiliam estes migrantes. Os autores, porém, não encontraram artigos entre os anos analisados que utilizassem essa teoria como aporte teórico. As outras duas teorias colocadas por eles serão aprofundadas a seguir: a teoria das Migrações Transnacionais e a Teoria das Redes.

2.2.2 MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

A teoria das Migrações Transnacionais tem como principal contribuição o combate à ideia de que os migrantes necessariamente rompem os laços com seu país de origem ao migrarem. Nessa perspectiva, leva-se em conta que “os indivíduos podem vivenciar a migração simultaneamente nos locais de destino e origem” (Fusaro *et al.*, 2017, p. 9). As autoras que lançaram essa perspectiva e que até hoje são citadas como principais referência de informações a respeito da transnacionalidade são as professoras norte-americanas Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton Blanc, em publicações feitas nos anos 1990. Conforme resumem Assis e Sasaki (2000), a partir das três autoras supracitadas, os migrantes passam a ser chamados de transmigrantes quando “desenvolvem e mantêm múltiplas relações - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que ampliam as fronteiras colocando em interrelação o global e o local” (Assis e Sasaki, 2000, p. 13).

Com a noção de migrações transnacionais, a dualidade de pertencimento ao país de origem e ao país de destino é percebida na forma como, a partir da globalização e da tecnologia, os imigrantes se mantêm em contato constante com as suas famílias no país de origem, chegando inclusive a realizar casamentos intercontinentais por chamadas de vídeo. Conforme define Cruz (2019), essas famílias estão separadas geograficamente, mas socialmente permanecem próximas, e assim “*formulan, mantienen y gestionan sus estrategias de cuidado a través de la circulación de conocimientos, informaciones, derechos, dinero, bienes, afectividades y emociones*” (Cruz, 2019, p. 109). O autor complementa que, embora permaneçam geograficamente longe, estas famílias permanecem unidas “*y crean una sensación de bienestar y de unidad colectiva, más allá de las fronteras nacionales*” (Cruz, 2019, p. 109). Kleidermacher (2016) resgata o definido por Portes *et al.* (2003) acerca dos migrantes transnacionais, colocando-os como aqueles que vivem vidas duplas: “*hablan dos idiomas, tienen hogares en ambos países y poseen un contacto continuo y habitual a través de las fronteras nacionales, importando cada vez menos las distancias físicas*” (Kleidermacher, 2016, p. 185). Ela também destaca o papel das remessas, visto que são, na maioria das vezes, as motivações para estas migrações.

Em sua pesquisa sobre imigrantes filipinos nos Estados Unidos, a professora Yen Li Espiritu (2003) também constatou o caráter transnacional destas migrações, descrevendo que a partida para o outro país, em geral, era uma decisão que colaborava para melhorias na vida dos familiares que permaneciam nas Filipinas, mais do que um status social para aqueles que partiam. A partir das obrigações que tinham com as suas famílias transnacionais, os imigrantes entrevistados por ela tentavam cumprir “a missão quase impossível de ‘ir embora de casa, mas permanecer lá⁷’” (Espiritu, 2003, p. 90). Essas relações transnacionais são perceptíveis nas formas como os imigrantes se relacionam, a partir de conexões tanto afetivas quanto financeiras, que permanecem entre o indivíduo que migra e suas famílias no país de origem (Almeida, 2013). A partir de Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc (1994), Almeida (2013, p. 35), ao estudar imigrantes latino-americanas em São Paulo, destaca que a ideia de transnacionalidade pode ser definida como “as distintas formas cotidianas elaboradas pelos imigrantes para manter conexões para além das fronteiras nacionais que entrelaçam as sociedades de origem e destino, ultrapassando a ideia de identidade conectada a um único Estado-nação”, que ocorrem de diversas formas, dentre as quais se destaca a via econômica – a

⁷ No original: “*the near-impossible task of ‘leaving home but staying there’*” (Espiritu, 2003, p. 90).

partir do envio de remessas e objetos – e a afetiva, caracterizada pela manutenção de vínculos por telefonemas e viagens.

Assim, os migrantes transnacionais são aqueles cujas vidas ocorrem em mais de um país, de forma simultânea e interconectada, sendo influenciadas e influenciando acontecimentos tanto no país de destino quanto no de origem (Basch *et al.*, 1994). Desta forma, não apenas aqueles que migram vivem de forma transnacional, mas também os familiares que ficam no país de origem, ao manter contato permanente com aqueles que foram e, em muitos casos, construir seus planos de vida, expectativas e sonhos a partir de experiências que ocorrem neste outro lugar, para o qual migraram seus maridos, filhos ou irmãos. Como definem Cazarotto e Mejía (2017), a respeito das famílias transnacionais haitianas no Brasil:

Além do envio mensal de remessas, mantêm laços de comunicação permanentes por telefones ou pela internet com familiares no Haiti, ações que visam a reproduzir o elo da família transnacional. Perante a ausência de interação diária entre membros da mesma família, os laços afetivos alimentados pelo fluxo de informações e de dinheiro tornam-se princípios reguladores de configurações de famílias transnacionais (Cazarotto e Mejía, 2017, p. 9-10).

As autoras observam que essas interações mediadas pelas tecnologias atualmente existentes tornam possível que os laços afetivos dos imigrantes se mantenham principalmente com pessoas que permanecem no Haiti, enquanto no Brasil as relações que tecem são mediadas pelo trabalho, motivo principal da migração (Cazarotto e Mejía, 2017). Tanto no caso das e dos haitianos referidos pelas autoras quanto dos senegaleses e senegalesas aqui abordados, é comum que suas vidas sejam fortemente ligadas às suas famílias, mesmo com a distância física. Da mesma forma, as obrigações sociais e familiares também são cumpridas por aqueles no exterior, a partir de envio de remessas e, quando possível, visitas periódicas. Kleidermacher (2016) menciona esses dois aspectos ao abordar a migração transnacional de senegaleses para a Argentina: a comunicação e visita às famílias, por um lado, e as redes econômicas formadas pelo envio de remessas, por outro. Ainda, em seu trabalho de campo, a autora observou a forte presença de celulares com internet por parte destes imigrantes, que estão constantemente conectados e em contato com seus familiares, utilizando-se principalmente de chamadas por Skype.

A perspectiva transnacional permitiu, ainda, que ocorra o que Cruz (2019) destaca como um deslocamento na maneira como o ato de migrar é definido:

en lugar de ser descrito como un proceso lineal, del país de origen al de destino, se reconoce la existencia de formas plurales de movilidad, que pueden caracterizarse por la pertenencia simultánea a más de un lugar (Levitt, 2018, p. 4, apud Cruz, 2019, p. 96). Por consiguiente, la migración es entendida como un proceso complejo, multidireccional; y el migrante, como un sujeto activo, que no reduce ni a la noción de commodity ni a la de homo economicus (Cruz, 2019, p. 96).

Há ainda de se considerar, ao falar de migrações transnacionais, a questão racial e a forma como ela se manifesta em cada um dos países envolvidos no processo, ou seja, de que forma o migrante é lido pela sociedade onde vive. Não é incomum que, ao chegarem ao país de destino, os migrantes passem a ser racializados e percebam que, mesmo ao obter estabilidade econômica, eles sofrem discriminações no seu dia-a-dia (Basch *et al.*, 1994). Dentre as premissas referentes às migrações transnacionais descritas por Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc (1994), está o fato de que, ao viverem suas vidas de forma simultânea em dois países, os migrantes transnacionais têm suas identidades e práticas configuradas por categorias como raça e etnia em ambos os locais. Esse processo de identificação étnica emerge, conforme apontam as autoras, de práticas diárias, culturais e até mesmo familiares, as quais estabelecem hierarquia e diversidade, sendo assim parte da construção da identidade de cada país.

Levando-se isso em conta, devido a preconceitos da sociedade de destino, o sentimento de que o seu “verdadeiro lar” é a sociedade de origem pode permanecer de forma ainda mais acentuada, o que colabora para o que Espiritu (2003, p. 214) define como o aspecto simbólico da vida transnacional, o qual se faz presente também no sentido da imaginação, memória coletiva e criação de tradições. Falando sobre os filipinos nos Estados Unidos, a autora constata que muitos deles, em resposta à sensação de “falta de lar” nos EUA, “criaram um senso de lar ao memorizar a sua terra natal, inventando tradições e fortificando laços familiares e locais⁸” (Espiritu, 2003, p. 214, tradução nossa).

De forma semelhante, Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc (1994) apontam que a tecnologia que permite a manutenção das conexões transnacionais não é a causa desse tipo de migração, mas sim, ao permitir que sejam mantidos os laços com o país de origem, é o que as facilita. Na realidade, é justamente a falta de sensação de pertencimento à sociedade de destino que produz as vidas transnacionais. E é também por isso, apontam as autoras, que estes imigrantes muitas vezes fazem grandes esforços para manter suas tradições, assim como sua relação política e histórica com as sociedades de onde vêm (Basch *et al.*, 1994). No caso dos

⁸ No original: “have created a sense of home by memorializing the homeland, inventing traditions, and fortifying familial and hometown bounds” (Espiritu, 2003, p. 214).

senegaleses em diáspora, é bastante comum que eles mantenham suas tradições religiosas, buscando mesquitas islâmicas nas cidades onde vivem, e que realizem anualmente a festa *Grand Magal de Touba*, maior celebração de sua fé, a qual será abordada em mais detalhes no capítulo 3.

Para Zanini *et al* (2017, p. 86), a imigração senegalesa é “uma migração transnacional em muitos pontos de vista, especialmente nos vínculos que se mantêm ativos na terra de origem e na terra hospedeira”. A autora chama a atenção para a experiência compartilhada do projeto migratório dos senegaleses, tendo em vista o importante papel da família em todas as suas fases, desde a opção por migrar até o envio de remessas e o contato constante com aqueles que estão no país de origem. Já Kleidermacher (2016, p. 190) também define a imigração senegalesa como transnacional e relaciona essa migração também com dois tipos de redes: a de comunicação e de visita às suas famílias e as econômicas, ambas as quais são características das migrações transnacionais.

2.2.3 TEORIA DAS REDES

Os migrantes senegaleses, assim como outras populações que migram – tais como os haitianos – o fazem a partir de um projeto familiar e, como explicitado anteriormente, vivem de forma interconectada entre o país de origem e o de destino. Neste mesmo sentido, a teoria das redes também pode auxiliar a compreender as formas como se dão esses projetos migratórios, ao focar nas conexões entre aqueles já instalados nos países receptores e os que pretendem migrar. Assim, trata-se do processo através do qual “muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores” (Truzzi, 2008, p. 203). Antes do advento das tecnologias atualmente existentes, essas informações eram dadas através de cartas ou visitas, enquanto na atualidade essa comunicação ocorre de maneira ainda mais simples e instantânea, por comunicação via celular e/ou redes sociais. É assim que grandes grupos de imigrantes de um mesmo país acabam indo morar em uma mesma cidade ou região no país de destino. “Informações sobre oportunidades ou sobre dificuldades fluem, autorregulando o sistema. Assim, cada informação sobre um indivíduo em sua trajetória influencia o sistema como um todo” (Truzzi, 2008, p. 206).

Como explica Diehl (2017, p. 63), utiliza-se a teoria das redes para se pensar as trajetórias migratórias de forma a analisar não apenas os indivíduos em si, mas “as relações que eles estabelecem com um grupo de indivíduos, focando a interação de forma processual”. Estas

redes, portanto, são a forma “na qual as migrações desenvolvem-se em um fluxo de forma contínua” (Diehl, 2017, p. 34), ao passo que permitem que os futuros imigrantes colem informações sobre os possíveis destinos. Truzzi (2008, p. 208) resume que as redes servem como referência para aquele que deseja migrar, “tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos”. É a partir das redes que a imigração “vai deixando de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo para ser encarada como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança nos quais as mulheres se inserem ativamente” (Assis, 2003 p. 36).

Em geral, pode-se constatar que os indivíduos migram para certas cidades ao saberem de amigos, conhecidos ou familiares que lá se instalaram e conseguiram emprego. No caso dos senegaleses, Herédia e Gonçalves (2017, p. 224) atentam para a rede de apoio criada na cidade de Caxias do Sul, composta por imigrantes já consolidados no município, a qual funciona como uma “referência para a inserção no mercado de trabalho” daqueles que chegam posteriormente. As autoras constataam a solidariedade dos senegaleses uns com os outros:

[...] a associação dos Senegaleses tem colaborado de várias maneiras com aqueles que chegam à cidade, seja por meio de informações, seja por meio de recomendações ou mesmo com ajuda aos recém-chegados” (Herédia e Gonçalves, 2017, p. 224).

A “associação” a qual as autoras se referem ocorre tanto de forma subjetiva quanto objetivamente, ou seja, os senegaleses tendem a criar associações formais nas cidades onde vivem. Em Porto Alegre e Caxias do Sul, estas entidades já estão bastante consolidadas, contando com uma estrutura formal na qual elegem presidente, vice-presidente e conselheiros, realizando eventos e ações referentes a sua cultura e vivências, além de contribuir para que os recém-chegados encontrem trabalho e hospedagem. Zanini *et al.* (2017, p. 88-89) mencionam essas associações como “importantes formas de construção da agência migrante”, na medida em que se articulam entre si e com as demais comunidades do estado, permitindo que os senegaleses mantenham “vínculos de solidariedade tradicionais à estrutura murid encontrada no Senegal”. Mocellin (2017) também atenta para esse aspecto da imigração senegalesa, apontando que a cultura do país valoriza tanto estratégias individuais quanto comunitárias, a depender da situação. No caso dos imigrantes, o conjunto fica em destaque em detrimento do individual: “a solidariedade senegalesa faz parte de um estilo de vida com raízes culturais

profundas e propõe valores e modos para realizá-lo, como é o muridismo⁹” (Mocellin, 2017, p. 349).

O trabalho, que no caso de muitos senegaleses é constituído pela venda informal de objetos, também é um aspecto cultural observado por diversos pesquisadores, relacionado à solidariedade e à cultura muride. Falando da relação entre migração e trabalho, Zanini *et al.* (2017, p. 86) destacam que “a emigração senegalesa é majoritariamente projetada como um empreendimento coletivo em termos de família e nacionalidade”, o que se reflete no fato de grande parte desses migrantes trabalharem como vendedores ambulantes, o que os aproxima da realidade de seu país e os permite manter redes de contato com senegaleses em outros locais do Brasil, “além de [ser] mais próxima da realidade de baixa qualificação no Senegal” (Zanini *et al.*, 2017, p. 86). Assim, os autores mencionam a interface entre religião e trabalho, ambos aspectos fundamentais para os senegaleses tanto vivendo em seu país quanto na diáspora. Sobre esta conexão e a importância do trabalho ambulante para os senegaleses, Mocellin (2017) resume:

[...] Em meio à esfera mercantil, os senegaleses estabelecem relações que extrapolam a troca nessa esfera, como são as relações de amizade, trabalho e convívio diário na rua. [...] Em meio à esfera mercantil trabalham, trocam informações, conhecem pessoas, se deslocam por diferentes cidades do Brasil e de países vizinhos, como é o caso da Argentina. Enfim, se inserem em uma rede de trocas baseada em valores de reciprocidade. Os deslocamentos que o comércio ambulante lhes proporciona estão diretamente ligados ao que buscam no projeto migratório: sustentar a si e às suas famílias, viajar e conhecer lugares e pessoas, adquirir experiências de vida que os tornem homens de maior prestígio nos seus países de origem (Mocellin, 2017 p. 350).

Essa passagem é bastante ilustrativa do porquê não se pode considerar o aspecto econômico e laboral como um elemento isolado na vida dos migrantes. Esses dois aspectos, que de fato têm grande importância para os senegaleses que migram, estão inseridos dentro de um projeto que, para ser compreendido, deve levar em conta os fatores transnacionais e as redes nas quais este grupo está inserido.

⁹ Conforme explicado de forma mais detalhada no próximo capítulo, o muridismo é a ordem religiosa à qual pertence a maior parte da população senegalesa. Trata-se de uma vertente do Islamismo própria do país fundada por Cheikh Ahmadou Bamba no final do século XIX, cuja estrutura “está centrada numa ideologia que enaltece o trabalho duro e os sacrifícios, reforçando, nos processos de migração, entre os seus membros, a importância de seguir os ensinamentos de seu líder” (Mocellin, 2017, p. 348).

2.3 MULHERES, NOVOS MIGRANTES E “AS OUTRAS” NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Sabe-se que a chegada dos imigrantes oriundos de países africanos e caribenhos desde o início do século, já abordada aqui, modifica a forma como as migrações são estudadas e acrescenta complexidade a este campo de estudo. Isso porque estes novos migrantes destoam da lógica das migrações históricas que promoveram, no século XVIII e XIX, a chegada de europeus, sendo majoritariamente negros. Assim, Diehl (2017) descreve, em sua análise da população de Lajeado diante da chegada dos haitianos, que estes novos migrantes são vistos pelos habitantes locais como os “estrangeiros”, no sentido proposto por Simmel. A situação, descreve o autor, gera desconforto na população local, “justamente por ser uma presença que rompe com um ‘roteiro’ estabelecido do que até então era o modo de se viver daquela cidade, que até então havia uma presença cultural de herança imigratória alemã e italiana na região” (Diehl, 2017, p. 15).

Na mesma perspectiva, abordando a relação dos habitantes locais do interior de Santa Catarina com os imigrantes haitianos, Soares e Andreola (2017) utilizam o conceito de estabelecidos e *outsiders* de Norbert Elias. Os autores indagam, a partir daí, como os corpos negros dos haitianos são interpretados em um contexto “formado majoritariamente por brancos e constituído por meio da hegemonia da branquitude” (Soares e Andreola, 2017, p. 88). Da mesma forma, Cazarotto e Mejía (2017) também utilizam Elias para apontar as diferenças de cor e de origem étnica como “marcadores de fronteiras” entre os estabelecidos e os *outsiders*. Ainda, destaca-se que, ao chegarem ao Sul do Brasil, a partir de 2010, os haitianos foram “arbitrariamente considerados grupos ‘invasores’ e associados à cólera e outras doenças infectocontagiosas”, conforme descreve Macedo (2017), ao passo em que os senegaleses eram acusados de serem “comerciantes ilegais que comercializariam mercadorias falsificadas e [...] cooptados por redes criminosas internacionais” (Macedo, 2017, p. 187). Entende-se que os senegaleses foram recebidos de forma semelhante aos haitianos no Sul do Brasil, levando-se em conta, inclusive, que as próprias populações locais muitas vezes não sabem diferenciar entre os dois grupos, referindo-se aos senegaleses como haitianos.

Em um levantamento de mais de 40 matérias e reportagens de jornais publicadas em veículos de grande circulação no país e no Estado, Brignol (2015) analisou as formas como os senegaleses foram representados pela mídia durante o ano de 2014. Dentre as notícias, diversas abordam uma suposta conexão entre estes imigrantes e o vírus Ebola, o que a autora considera

discriminatório, levando-se em conta ainda que posteriormente essa relação se mostrou falsa. Ela reflete acerca de uma das matérias com tom positivo, focada no caso de dois senegaleses que ajudaram uma vítima de assalto em Caxias do Sul, a qual interpreta como um “indicativo desse sentido de excepcionalidade diante da honestidade vinda de quem a comunidade local ainda se relaciona através da desconfiança e do medo” (Brignol, 2015, p. 80). Embora sejam o foco das reportagens, os migrantes aparecem como fonte das informações em apenas quatro das 40 matérias encontradas, conforme relata a autora, destacando que a representação das migrações enfatiza o viés econômico e chama atenção para as diferenças. “Em alguns momentos, essas diferenças são acionadas como aspecto positivo, como ganho em termos de diversidade cultural, mas parecem restritas, em outros momentos, ao caráter pitoresco ou inusitado do Outro migrante” (Brignol, 2015, p. 80).

Essa imagem negativa que foi imposta aos imigrantes negros logo que chegaram ao país é a que Grada Kilomba (2012) se refere quando menciona as redes associativas que perpassam o debate acerca da identidade nacional, mencionando que os “Outros”, definidos como os imigrantes, são automaticamente vistos como imigrantes ilegais, e assim, como “foras da lei”. “Se eles quebram a lei, são criminosos; se eles são criminosos, são perigosos; se eles são perigosos, eles são temidos; se alguém os teme, alguém tem o direito de ser hostil ou até mesmo de eliminá-los” (Kilomba, 2012, p. 75-76). É assim, destaca a autora, que se forma a corrente de equivalências que justifica o racismo contra os imigrantes. De forma semelhante, Macedo (2017) considera que as migrações são atravessadas “por processos de racializações e racismos evocando os efeitos dos processos de colonização que segundo Aimé Césaire (2010) correspondem à ‘coisificação’”, traçando um paralelo entre o colonialismo e as migrações atuais.

[...] Não apenas os colonialismos saqueadores e imperialismos exploradores de outrora ou atualizados sob inúmeras formas podem ser responsabilizados pelas desigualdades sociais entre nações ou populações, mas as atuais invisibilizações, fronteiras, leis de segurança nacional, barreiras à imigração, confinamentos, contenções e gerações inteiras vivendo em campos de refugiados, como demonstra Agier (2016). Mobilidade e imobilidade são portanto políticas de estado que atuam sobre os sujeitos e seus corpos, visando controlar e separar migrantes ‘desejáveis’ daqueles considerados ‘não desejáveis’ pelos discursos do poder (Macedo, 2017, p. 198).

Diversos grupos já foram considerados estrangeiros ou *outsiders* em diferentes contextos. Para fins desta pesquisa, faz-se útil traçar um breve paralelo entre estes conceitos e explicar acerca dos diversos “Outros” produzidos historicamente em estudos e discursos,

compreendendo as formas como este referencial será utilizado. Simone de Beauvoir (2009), no clássico feminista “O Segundo Sexo”, lançado em 1949, teoriza acerca de a mulher ser considerada o “Outro” do homem, sendo ela nunca o sujeito e sim sempre o objeto. Em “Pode o subalterno falar?”, lançado originalmente em 1985, Gayatri Spivak (2010) descreve os não-europeus como os “Outros” a partir da perspectiva eurocentrada, de forma semelhante ao que já havia feito Edward Said (1996) ao falar de Orientalismo, publicado em 1978.

Em 1986, ainda antes de ser cunhado o termo interseccionalidade para designar a proposta de se estudar os sujeitos e as opressões que os atravessam de forma articulada e complementar, Patricia Hill Collins já mencionava as formas como raça e gênero não podiam ser analisadas separadamente. Em seu já clássico ensaio para os estudos de gênero e raça “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, a professora norte-americana traça um paralelo entre as empregadas domésticas e as acadêmicas negras, ambas as posições colocadas como de *outsiders within*, ou seja, “forasteiras” que, mesmo estando dentro das estruturas de poder, nunca serão considerados como pertencentes a este lugar.

Inicialmente, a autora evoca os conceitos de estrangeiro de Simmel (2005) e Mannheim (1954) para falar dessa posição de *outsider within*. Para ela, há certas vantagens em se localizar nesse espaço de margem e centro ao mesmo tempo:

Alguns dos benefícios do status de *outsider within* incluem: 1. a definição de Simmel de “objetividade” como “uma peculiar composição de proximidade e distância, preocupação e indiferença”; 2. a tendência das pessoas de se abrirem para “estranhos” de maneiras que nunca fariam umas com as outras; e 3. a habilidade do “estrangeiro” em ver padrões que dificilmente podem ser percebidos por aqueles imersos nas situações (Collins, 2016, p. 100).

A situação de ser o “outro” diante da norma de comportamento masculino branco torna as mulheres negras pessoas objetificadas e desumanizadas, aponta a autora. Esses “outros” são tratados pelas ideologias racistas e sexistas como “objetos aos quais faltam plena subjetividade humana” (Collins, 2016, p. 106), aponta Collins, usando o exemplo das mulheres brancas sendo vistas como o cachorro do homem branco e as mulheres negras como a mula do homem branco, conforme definido por Nancy White. Nessa perspectiva, nenhuma das duas é plenamente humana diante do homem branco e, portanto, tornam-se passíveis a sofrerem violências de raça e/ou gênero. Por isso, ela destaca também a importância das mulheres negras se autodefinirem e autoavaliarem. “Homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo

branco masculino” (Collins, 2016, p. 105). Por estarem à margem das relações de poder e, portanto, não poderem desafiar essas definições, as mulheres negras são constantemente descritas por imagens de controle invariavelmente negativas, aponta a autora.

É justamente para buscar romper com esses estereótipos que Collins fala na autodefinição, que consiste em “desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana”, assim como na autoavaliação, a qual enfatiza o conteúdo específico formulado por mulheres negras, “substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras” (Collins, 2016, p. 102). Sendo assim, a autora afirma que é a partir da autodefinição e autoavaliação que as mulheres negras se validam enquanto “sujeitos humanos” (Collins, 2016, p. 104) e desafiam o conteúdo das imagens controladoras externamente definidas. “Quando mulheres negras definem a si próprias, rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições”¹⁰. Ou seja, no momento em que as mulheres negras se recusam a aceitar serem definidas como o “outro” e passam a criar sua própria imagem de si mesmas, elas já estão contestando a dominação que recai sobre elas por excelência.

Indo além dos pensamentos de Beauvoir, Spivak e Collins, Kilomba (2019) elabora acerca das relações entre negros e brancos, colocando a mulher negra como “o Outro do Outro”, referindo-se às mulheres brancas e aos homens negros como o Outro do homem branco hegemônico. Reflete, ainda, sobre quem tem voz e quem é ouvido nesta equação. “Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles que são ouvidos são também aqueles que ‘pertencem’. E aqueles que não são ouvidos, tornam-se aqueles que ‘não pertencem’” (Kilomba, 2019, p. 42-43). Para a autora, assim, raça e gênero não podem ser interpretados como dois elementos separados, mas sim devem ser pensados em conjunto, pois “construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção da ‘raça’ e na experiência do racismo” (Kilomba, 2019, p. 94). A autora cita como exemplo as construções racistas estereotipadas acerca de mulheres negras como “descartáveis”, das mulheres muçulmanas vistas como oprimidas e os homens muçulmanos como agressivos, assim como o mito das mulheres brancas emancipadas e os homens brancos liberais (Kilomba, 2019, p. 94).

¹⁰ Ibidem.

A perspectiva de gênero relacionada aos estudos migratórios, embora já explorada desde, pelo menos, a década de 1970 em locais como América do Norte e Europa, foi inserida na década de 2000 no Brasil, conforme aponta Kosminsky (2007), acrescentando que, apesar dos trabalhos pioneiros de Heleieth Saffiotti e de Eva Blay, os núcleos de estudos de gênero no país foram estabelecidos apenas nos anos 1980. Segundo a autora, parte importante dos estudos que trabalham a perspectiva de gênero nos estudos migratórios no Brasil trata acerca das brasileiras emigrantes nos Estados Unidos e, acrescenta-se aqui, em Portugal.

Gláucia Assis (2007, p. 764), uma das autoras brasileiras com maior produção acerca de mulheres e migrações, observa que “o aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais [...] tem colocado questões significativas para as teorias sobre migrações”, dentre as quais ela menciona as trajetórias laborais destas mulheres, as quais em geral “inserem-se no setor de serviços domésticos e utilizam-se de redes sociais informais, os chamados enclaves étnicos de imigrantes, trabalhando como donas-de-casa ou empregadas domésticas”¹¹. Neste mesmo sentido, a autora destaca ainda que, até então, o termo “migrante” em si carregava uma conotação masculina, como se sempre se referisse ao sexo masculino. Ou seja, o homem era o migrante e a mulher, quando retratada, era vista apenas como sua acompanhante (Assis, 2007, p. 748). Em seu artigo acerca das mulheres brasileiras de Criciúma que emigraram, Assis (2003) traça um panorama histórico da forma como as migrações femininas passaram a ser incorporadas nos estudos migratórios internacionais.

Nas duas últimas décadas do século XX, vários estudos (Gabaccia, 1992; Boyd 1989; Morokvasic, 1984; Hodagenu-Sotelo, 1994; Pessar 1999) passaram a criticar a forma como as mulheres eram analisadas nos estudos de migração e buscaram, a partir de diferentes perspectivas teóricas, abordar a experiência migratória como atravessada por relações de gênero. Esses estudos demonstraram a importância de se questionar a perspectiva que enfatiza o trabalhador migrante como sendo essencialmente homem (Assis, 2003 p. 34).

Já em 2007, Assis e Kosminsky chamavam atenção ainda para as formas como as vivências de mulheres migrantes, até então, eram vistas apenas como experiências genéricas de migrações, sem se pensar nas especificidades femininas. “De fato, até recentemente, a migração internacional era majoritariamente tratada como um fenômeno que envolvia particularmente os homens” (Assis e Kominsky, 2007, p. 695). As autoras destacam, a partir daí, que estudos começavam a ser elaborados na época como formas de questionar essa invisibilidade das

¹¹ Ibidem.

mulheres enquanto sujeitos migratórios, a fim de compreender as interfaces entre gênero e migração. Para elas, “não se trata de reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição econômica e social nos processos de migração e adaptação, mas de considerar como os discursos e as identidades de gênero se redefinem nesses processos” (Assis e Kominsky, 2007, p. 696).

Dessa forma, com o aumento do destaque dado às experiências femininas nas migrações, diversos trabalhos começam a aparecer no Brasil, especialmente a partir do século XXI, acerca destas especificidades. Interpretando o relatório *Global Migration Indicators* (IOM, 2018), Rosa *et al.* (2019) apontam que havia, em 2017, 258 milhões de pessoas residindo em países que não eram o seu de nascimento em todo o mundo, das quais 48% eram mulheres. “Além das razões que costumam motivar o deslocamento de pessoas pelo mundo, as mulheres fazem parte de um grupo vulnerável a circunstâncias específicas de opressão, perseguição e violência por questões de gênero” (Rosa *et al.*, 2019, p. 143). Os autores apontam, ainda, a dupla exclusão que sofrem as mulheres migrantes, por serem “vítimas das mesmas desigualdades e discriminações que incidem sobre as mulheres locais, somadas às opressões por ocupar a condição de sujeito migrante”¹², e atentam para a importância de se pensar os outros grupos identitários nos quais estas mulheres estão incluídas, estando condicionadas a serem afetadas por preconceitos de classe, religioso, raciais, identidade de gênero e/ou sexualidade.

Em artigo acerca das mulheres brasileiras vivendo na Espanha, Miriam Adelman (2012, p. 34) alerta para a importância de se “escutar com muita atenção as vozes e testemunhos de mulheres ao redor do globo” para se desmistificar preconceitos e, assim, “re-construir nosso olhar sobre as condições sociais e culturais que forjam as relações de gênero conforme se desenvolvem em tempos/espacos particulares”. Neste sentido, a autora compreende que, ao migrarem, há elementos que as mulheres apreendem destes novos lugares que habitam ou frequentam, ao se depararem com “sociedades ou ‘culturas’ que frequentemente se caracterizam por uma história de gênero que aloja diferenças significativas – em termos de arranjos materiais, de códigos e de representações – quando comparadas com a cultura de origem” (Adelman, 2012, p. 34).

Ao se referir às formas como estas diferenças afetam as experiências de imigrantes, Grieco e Boyd (2003) apontam que hierarquias de raça, local de nascimento e gênero influenciam na incorporação de homens e mulheres ao mercado de trabalho e à sociedade para

¹² Ibidem.

a qual se deslocam. Elas acrescentam que a mudança de país pode ainda alterar as relações entre casais. “Novos papéis econômicos e novas responsabilidades afetam as relações, em alguns casos levando a negociações e resistências à mudança por parte tanto de homens quanto mulheres¹³” (Boyd e Grieco, 2003, n.p, tradução nossa). Em complemento, Petrozziello (2013) afirma que gênero afeta “todos os aspectos da experiência migratória tanto de homens quanto de mulheres”, o que inclui os motivos e as decisões dentro das famílias de quem irá migrar, as redes sociais que são utilizadas nessa mudança, a inserção laboral no país de destino e a relação com o país de origem, além do envio de dinheiro para a família que permaneceu lá (Petrozziello, 2013, p. 22).

2.4 INTERSECCIONALIDADE E MIGRAÇÕES

Analisando as experiências de migrantes brasileiras no exterior, Piscitelli (2008, p. 272) aponta a importância de se “pensar nas articulações entre gênero, sexualidade, raça e etnicidade/nacionalidade”. Para a autora, a interseção dessas categorias dota de significado as experiências das migrantes, o que também argumentamos aqui. Como observado anteriormente, as imigrantes senegalesas se encaixam de diversas formas dentre aqueles que são considerados ‘outros’ na sociedade brasileira, especialmente gaúcha. Nos últimos anos, diversas autoras e autores articulam a importância de se estudar migrações a partir de uma perspectiva interseccional. Uma das principais a fazer isso na América Latina é a professora argentina Maria José Magliano, que observa que a perspectiva interseccional tem sido colocada no centro das teorias sobre gênero e migrações, chamando cada vez mais atenção de pesquisadores. A autora aponta que a perspectiva interseccional se coloca como uma possibilidade para se realizar uma análise complexa da “*realidad vivida por los sujetos, mujeres y varones mediante el abordaje de las diferentes posicionalidades y clasificaciones sociales, históricamente situadas*” (Magliano, 2015, p. 692). A professora menciona, ainda, a maneira como as migrações são um campo frutífero para se estudar a partir de uma perspectiva interseccional:

Los procesos migratorios, al estar conformados por diversos ejes de desigualdades, resultan un campo relevante para el análisis teórico y empírico de la interseccionalidad. En las migraciones internacionales, las clasificaciones de género,

¹³ No original: “*New economic roles and new responsibilities affect spousal relationships, in some instances leading to considerable negotiations and resistance to change by both men and women*” (Boyd e Grieco, 2003, n.p.).

clase, origen nacional, raza, etnicidad, edad, condición migratoria y religión pueden incidir directamente en la vida cotidiana de mujeres y varones e influir de manera determinante en su acceso a derechos y oportunidades, así como en las situaciones de privilegio o de exclusión que de ellas se derivan (Magliano, 2015, p. 700).

Uma das dimensões em que isso pode ser observado, segundo a autora, é o trabalho. Ao se analisar esse aspecto a partir da interseccionalidade, é possível colocar no centro dessa discussão a hierarquização dos mercados de trabalho entre nativos e migrantes, assim como entre os próprios grupos de migrantes – neste caso, a partir de outros marcadores como raça, gênero, classe social e condição migratória (o que inclui ser um migrante em condição regular ou irregular). Ao estudar migrantes trabalhadoras domésticas, essa dimensão deve ser destacada: *“Los estudios sobre migraciones y trabajo, en particular, tienen por delante la tarea de explicar en profundidad cómo la intersección de clasificaciones sociales produce y reproduce formas de explotación laboral que se traducen en desigualdades sociales”* (Magliano, 2015, p. 707). Rosário (2019, p. 18) também aborda as formas como os diversos marcadores identitários “dificultam seus acessos a bens de serviços, reforçando essa suscetibilidade às situações de exploração de sua mão de obra” e, assim, gerando situações de precarização e exploração destas mulheres.

Ricci (2018, p. 11), também ao estudar mulheres haitianas em Porto Alegre, observou que “as barreiras à imigração se interseccionam com o contexto de racismo, que está enraizado na dinâmica da população brasileira”. Conforme a autora observa, o Brasil, um país formado pela colonização europeia e escravização de populações africanas, foi constituído de forma a hierarquizar raças e gêneros, o que inevitavelmente se reflete nas formas como os imigrantes negros de países marginalizados são recebidos atualmente, sofrendo preconceito e enfrentando barreiras que não necessariamente precisariam ser enfrentadas por migrantes brancos.

Diferentemente de descobrir no Brasil um cenário econômico propício aos seus projetos e uma política de migração facilitadora, os haitianos têm se deparado com um contexto de discriminação que cria barreiras a sua inserção econômica e social. Para as mulheres haitianas, a realidade da imigração tem conformado uma experiência ainda mais complexa. Isso porque, além da predisposição ao enfrentamento das discriminações racial e cultural, elas encontram-se, ainda, sujeitas à desigualdade de gênero enraizada no coletivo nacional (Ricci, 2018, p. 12-13).

A autora percebeu, ao longo da sua pesquisa, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres haitianas em Porto Alegre, oriundas tanto do racismo e sexismo quanto das barreiras culturais e linguísticas, as quais culminam na “manutenção de uma condição socioeconômica precária, dada a dificuldade de inserção laboral e de integração na sociedade brasileira” (Ricci, 2018, p.

127). É justamente por se entender as complexidades causadas pela história brasileira, que faz com que o país tenha uma estrutura racista e sexista, que iniciaremos o próximo capítulo com um levantamento histórico a respeito das migrações no país.

Elaborado por feministas negras norte-americanas, a teoria da interseccionalidade foi nomeada e difundida com o pensamento da jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989), a partir de diversas contribuições do movimento negro norte-americano, dentre as quais se destaca o coletivo *Combahee River Collective*. Utilizar o termo, conforme explica a pesquisadora baiana Carla Akotirene (2019), significa “articular as clivagens identitárias” (Akotirene, 2019, p. 45) que atravessam os corpos e as vidas dos sujeitos. Sobre a interseccionalidade, define:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (Akotirene, 2019, p. 44).

No Brasil, embora o termo “interseccionalidade” tenha chegado com as traduções de autores norte-americanas, intelectuais como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez já abordavam a temática de forma a falar das vivências das mulheres negras. Esta primeira, em seu texto “Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, descreve que a “violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas”, a qual causou a miscigenação, “está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências” (Carneiro, 2003, n.p.). Desta forma, a autora avalia que, ao se falar de mulheres negras, é fundamental considerar “o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades”¹⁴.

No Brasil, então, intelectuais negras há décadas apontam as articulações entre racismo e sexismo na sociedade, chamando a atenção para a composição escravocrata do país. Essa questão faz-se relevante aqui por se entender que, ao chegarem ao país, as mulheres senegalesas irão se deparar com a mesma realidade que atinge as mulheres negras brasileiras, com o agravante de ainda serem muçulmanas e estrangeiras. Em um texto já clássico sobre a temática,

¹⁴ Ibidem.

“Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez (1984) explica de forma didática as engrenagens de opressões que movem o país.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzalez, 1984, p. 224).

A autora segue elaborando acerca dos estereótipos que perpassam as pessoas negras, como o de “irresponsável, malandro, ladrão, que não gosta de trabalho”, os quais, no imaginário brasileiro, justificariam a intersecção entre raça e classe, que gera a associação de pessoas negras como sendo pobres, ou como coloca Lélia, “favelados” (Gonzalez, 1984, p. 225-226). Na mesma linha, Luiza Bairros questiona o que poderia haver em comum entre mulheres de diferentes raças e classes sociais, considerando o racismo e o sexismo que permeiam a sociedade brasileira (Bairros, 1995).

Levando em conta os ensinamentos de Carneiro, Gonzalez e outras feministas negras brasileiras e internacionais, defende-se aqui a necessidade de se fazer pesquisa com imigrantes senegalesas a partir deste paradigma da interseccionalidade (Crenshaw, 1989, 1991; Collins, 2016; Akotirene, 2019), o qual tem como proposta pensar os sujeitos a partir de suas diversas características, analisando de forma conjunta as opressões de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outras características. Conforme resume Hirata (2014, p. 62), a elaboração de Crenshaw é focada nas intersecções de raça e gênero, por vezes incorporando classe e sexualidade, levando em conta as múltiplas fontes de identidade que constituem de forma interdependente as relações de poder (Hirata, 2014 p. 62).

Uma das principais pensadoras do marco teórico interseccional, Patricia Hill Collins, em obra conjunta com a professora norte-americana Silma Bilge, lançou em 2016 a obra “*Intersectionality*”, onde as autoras definem o conceito, trazem estudos de caso e refletem acerca das formas como a interseccionalidade vem sendo usada em pesquisas nestes últimos 20 anos, desde que o termo foi cunhado. Elas explicam que utilizar a teoria interseccional como uma ferramenta analítica auxilia a se entender as desigualdades globais de uma forma geral. “A interseccionalidade fornece uma estrutura pela qual se pode explicar como divisões sociais de raça, gênero, idade e status de cidadania, entre outros, posicionam as pessoas de formas

diferentes no mundo, em especial em relação à desigualdade social global¹⁵” (Collins e Bilge, 2016, p. 15, tradução nossa).

As autoras norte-americanas citam pensadoras do Brasil - aqui mencionadas - e utilizam a formação da sociedade brasileira como um exemplo útil para se pensar na interseccionalidade. Elas explanam que, ao longo da história, as mulheres negras brasileiras percebiam que não eram prioridade nem no movimento negro, composto principalmente por homens, nem nas organizações que lutavam pelos direitos das mulheres, formadas em sua maioria por mulheres brancas. Ao mesmo tempo, com a ilusão da democracia racial e as tentativas de branquear a população (que serão melhor abordadas no capítulo 3), tornava-se mais difícil, durante o século XX, para a população negra em geral, e as mulheres negras em específico, se auto-reconhecer e entender como um coletivo em certos aspectos. Foi a partir da segunda metade do século que as mulheres negras brasileiras passaram a perceber que faziam, de certa forma, parte de um grupo que partilhava certas experiências. Elas eram aquelas que desproporcionalmente mais faziam trabalhos domésticos, que mais sofriam imagens estereotipadas na cultura popular, que eram – e seguem sendo – os maiores alvos de violência doméstica, que corriam os riscos de ter seus filhos mortos pela polícia ou em conflitos de tráfico. Porém, sem essa identificação com algum desses dois grupos, elas passaram a se organizar de forma independente, tanto em termos de ativismo quanto de teoria, pensando nas questões específicas de mulheres negras (Collins e Bilge, 2016, p. 24-25). A interseccionalidade, como explicam Collins e Bilge (2016, p. 26), acrescenta camadas de complexidade ao estudo das desigualdades sociais.

Usar interseccionalidade como uma ferramenta analítica nos encoraja a ir além de ver a desigualdade social através de uma lente apenas de raça ou apenas de classe. Ao invés disso, a interseccionalidade nos encoraja a entender a desigualdade social baseada em interações entre várias categorias¹⁶ (Collins e Bilge, 2016, p. 26, tradução nossa).

A interseccionalidade, assim, permite perceber as formas como racismo, opressão de classe, sexismo, nacionalismo e heterossexismo operam na sociedade e, para além disso, funcionam de forma conjunta para moldá-la (Collins e Bilge, 2016, p. 29). Sociologicamente, o surgimento do conceito de interseccionalidade torna possível operacionalizar áreas do

¹⁵ No original: “*intersectionality provides a framework for explaining how social divisions of race, gender, age, and citizenship status, among others, positions people differently in the world, especially in relation to global social inequality*” (Collins e Bilge, 2016, p. 15).

¹⁶ No original: “*Using intersectionality as an analytic tool encourages us to move beyond seeing social inequality through race-only or class-only lenses. Instead, intersectionality encourages understandings of social inequality based on interactions among various categories*” (Collins e Bilge, 2016, p. 26).

conhecimento que até então não trabalhavam conjuntamente. Como explicam as autoras, sem levar em conta essa articulação, os estudos de classe e estratificação enfatizam principalmente questões relacionadas a trabalho, em geral de forma a pensar nas experiências dos homens e, no máximo, unindo ou questões de gênero ou questões de raça a essas problemáticas; enquanto os estudos de raça e etnicidade focam em história e cultura; e os estudos de gênero são dominados por mulheres brancas que abordam a questão do mercado de trabalho, da diferença entre homens e mulheres e da família. “De forma geral, uma abordagem não-interseccional de cada área limita sua habilidade de considerar as formas como cada área pode moldar as questões específicas de outras¹⁷” (Collins e Bilge, 2016, p. 100, tradução nossa).

Collins e Bilge ainda abordam as formas como a interseccionalidade é útil para os estudos migratórios, apontando inclusive que o seu uso para estudos de migrações focados no macro pode ajudar a entender o crescimento de estados neoliberais e do capitalismo global. Elas se referem à “segurização” da migração, ou seja, criminalização daqueles que migram e que buscam refúgio, que são considerados como problemáticos para os governos e para a população local. Esses grupos, por chegarem de forma independente, são associados com “ilegalidade, desordem e fraude”, apontam as autoras (Collins e Bilge, 2016, p. 156). Essas questões são semelhantes às que foram apontadas anteriormente neste capítulo em relação aos imigrantes serem vistos como “outros” nas sociedades receptoras.

As autoras também observam que, muitas vezes, intelectuais do Sul global têm trazido teorias semelhantes a essa sem usar o termo, como foi referido aqui acerca de Carneiro e Gonzalez. Ademais, na mesma época em que o conceito de interseccionalidade começa a ser utilizado, em outros lugares do mundo, iniciativas semelhantes, que buscavam articular questões de gênero com outros marcadores e opressões, começaram a ser elaboradas. No provocativo ensaio “*White women listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood*”, Hazel Carby (1982) criticava as feministas brancas por enfatizar apenas o patriarcado, sem pensar suas articulações com outras opressões. A autora sugere, assim, tornar o feminismo um conceito mais complexo, apontando o fato de que mulheres negras estão sujeitas simultaneamente a opressões patriarcais, de classe e raça. Ela destaca, ainda, que devido ao racismo, homens negros não têm a mesma relação com as hierarquias patriarcais e com o capitalismo que homens brancos têm, ou seja, eles não ocupam o mesmo local de poder na

¹⁷ No original: “Overall, the non-intersectional approach of each area limited its ability to consider the ways in which other areas might shape its distinctive concerns” (Collins e Bilge, 2016, p. 100).

sociedade. Enquanto as feministas brancas citavam os homens como seus principais opressores e a impossibilidade de trabalhar como uma de suas pautas, as mulheres negras passavam por questões diferentes. “Precisamos reconhecer que em períodos de escravidão, colonialismo e sob regimes autoritários, a família negra tem sido um local de resistência cultural e política ao racismo¹⁸” (Carby, 1982, p. 112, tradução nossa).

São diversas as iniciativas que, buscando romper com a perpetuação da lógica de epistemologias dominadas pelo Norte global, surgem na América Latina, África e Ásia de teorias terceiro-mundistas, que questionam o eurocentrismo e o colonialismo acadêmico (Ballestrin, 2020). Outro nome que se destaca é o da professora argentina María Lugones, pioneira nos estudos do feminismo decolonial, que aponta que “o sistema de gênero é não só hierárquica, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (Lugones, 2014, p. 942). A autora argumenta que, nos contextos de colonização, as mulheres de etnias subalternizadas não eram vistas como humanas, e sim “animalizadas” pelos colonizadores. Aprofundando este pensamento, coloca gênero como uma imposição colonial, argumentando que as definições de gênero modernas foram impostas às populações nativas dos países de terceiro mundo à época da colonização. A partir daí, Lugones avança ainda mais em relação às teorias que articulam gênero e raça ao propor uma “forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (Lugones, 2014, p. 940).

O próximo capítulo abordará, de forma mais detalhada, a maneira como a formação racial do Brasil historicamente contribuiu para essa diferenciação que produz as noções de “nós” e “Outros” quando nos referimos a imigrantes africanas. Consideramos que, como aponta Pereira (2019, p. 35), as “características raciais da forma como são elaboradas no Brasil” fazem com que as refugiadas e migrantes negras sejam tidas enquanto inassimiláveis. Em equivalência à experiência das mulheres negras brasileiras, elas sempre serão uma “alter-existência alheia à categoria ontológica da nacional brasileira”, que, por excelência, é necessariamente branca.

¹⁸ No original: “We need to recognize that during slavery, periods of colonialism, and under the present authoritarian state, the black family has been a site of political and cultural resistance to racism” (Carby, 1982, p. 112).

3 SENEGALESES LÁ E AQUI: MIGRAÇÕES NO BRASIL E SENEGALESES QUE MIGRAM

De forma a contextualizar as questões históricas de raça e gênero no Brasil, que foram introduzidas no capítulo anterior, nesta seção será feita uma breve recapitulação histórica das migrações no país, com atenção para as questões de raça e etnia, e serão apresentados mais detalhes a respeito das migrações atuais e, especificamente, da senegalesa para o Rio Grande do Sul.

Em seguida, será feita uma breve análise a respeito da tradição migratória do Senegal e será abordada, de forma relacionada, o papel das mulheres na sociedade do país africano e nessa cultura migratória. A questão laboral, muito presente na migração e cultura senegalesa, também será abordada para auxiliar na compreensão do problema colocado na pesquisa. Por último, o levantamento de dados sobre mulheres senegalesas no Rio Grande do Sul, com destaque para os aspectos de trabalho e idade, será apresentado.

3.1 MIGRAÇÕES PARA O BRASIL, RAÇA E PERTENCIMENTO

O Brasil é um país constituído a partir de dois acontecimentos em termos populacionais: as migrações de colonos europeus e a escravização de negros africanos. As primeiras migrações foram de portugueses no contexto da colonização, os quais, com o objetivo de explorar a terra e implantar a grande lavoura de exportação, passaram a trazer africanos escravizados para o país, movimento que perdurou por três séculos e “cunhou a sociedade escravocrata que marca a sociedade brasileira, deixando profundos e importantes traços em sua cultura posterior à Abolição, em 1888” (Fernandes e Patarra, 2011, p. 68).

A colonização portuguesa no Brasil - e espanhola no restante da América do Sul - produziu, nestes países, características específicas da região não encontradas em outros lugares do mundo, conforme aponta Moya (2018), o que se reflete na realidade linguística da região: “Apesar da existência de sotaques regionais, o espanhol e o português na América Latina não desenvolveram línguas crioulas semelhantes aos *créoles* de base francesa do Haiti, Guiana ou Nova Caledônia” (Moya, 2018, p. 31). O autor menciona arquitetura, direito e religião, além da língua, como algumas das formas como se pode perceber a amplitude na qual a cultura europeia moldou o que atualmente se conhece como a cultura da América Latina em si. “No nível mais básico, o colonialismo ibérico transformou a ecologia física das Américas em um grau nunca

visto na história do colonialismo europeu no mundo afro-asiático, ou menos ainda, do colonialismo árabe no norte da África”, compara o autor (Moya, 2018, p. 30).

No Brasil, logo após a abolição da escravidão, a partir do século XIX, iniciou-se um processo de tentar tornar-se um país de imigração, já distanciado do escravismo (Seyferth, 2002), com vias de atrair um grande número de colonos europeus. Nesta época, as elites do país idealizaram o Brasil como um país de mestiçagem, tendo como objetivo “assimilar” as populações negras e indígenas à sociedade branca, de forma conjunta à intensificação da imigração europeia para o país. Munanga (2008, p. 85) descreve que o objetivo desse movimento era chegar a uma “sociedade unirracial e unicultural”, o que resultaria num “genocídio e etnocídio de todas as diferenças”. “Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais” (Munanga, 2008, p. 85). Maria Aparecida Bento (2002) complementa que a mestiçagem era vista como uma fase inicial em direção ao branqueamento da sociedade brasileira. “Havia uma expectativa de o Brasil tornar-se um país branco, como consequência do cruzamento de raças” (Bento, 2002 p. 21). Essa miscigenação, que na lógica freyriana representa a democracia racial brasileira, é criticada pelos autores supracitados e por outros, tais como Carneiro (2003), que atribui sua origem à “violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas”, remetendo sua origem ainda à época da escravidão e destacando que a miscigenação daí resultante “está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências” (Carneiro, 2003, n.p.).

Enquanto tentavam miscigenar, com fins de branquear, a sociedade brasileira, as autoridades da época não queriam que houvesse uma imigração africana de trabalhadores livres para o país. Conforme observa Seyferth (2002, p. 125), “Recorrer a trabalhadores africanos equivalia para essa elite ao restabelecimento do tráfico, com aumento da ‘africanização’ da sociedade e da cultura”; os trabalhadores africanos “não podiam receber a categorização de imigrantes”. Segundo Fernandes e Patarra (2011), estimativas indicam que 4 milhões de pessoas tenham migrado da Europa para as Américas entre os anos 1870 e 1930. Moya (2018, p. 47), complementa que essa migração de europeus desde meados do século XIX até a depressão mundial de 1930 representa “o maior influxo populacional na história do subcontinente” e foi responsável por sete décimos de “todas as pessoas que já vieram para a América Latina e por

um quarto de todos os europeus que deixaram seu continente nativo durante o período” (Moya, 2018, p. 48).

No Rio Grande do Sul, a migração europeia não-portuguesa se acelerou em 1875, com a chegada de italianos à região serrana. Zanini e Santos (2009) observam que, em termos raciais, foi ao chegarem ao Brasil que os imigrantes passaram a se identificar com a categoria “italiano”, em oposição aos brasileiros, os quais consideravam “negri” (negros), independentemente da cor da pele.

Em finais do século XIX, pode-se dizer que os italianos eram considerados imigrantes ideais, pois eram brancos, católicos e considerados dóceis. Além disso, de acordo com Colbari, eles foram integrados num projeto de gestão de população que envolvia o “adensamento, o branqueamento e a evolução civilizatória dos habitantes do país” (Zanini e Santos, 2009, p. 181).

É a partir desta colonização europeia, especialmente de italianos e alemães, que se constitui a identidade cultural vigente no Rio Grande do Sul, a qual contrasta com a de outras regiões brasileiras. Ao comparar as formas como estas construções operam no Rio Grande do Sul e na Bahia, Mello (2010) aponta que, enquanto o “baiano”, habitante típico do estado nordestino, é em geral ligado à identidade negra, a imagem do “gaúcho” é branca, estabelecida sem levar em conta a influência da população negra da região. Assim, cria-se a ideia do habitante típico gaúcho como branco, fato que decorre da grande imigração europeia no final do século XIX para este estado (Mello, 2010, p. 21). Conforme destaca Moya (2018), inicialmente o Brasil e os outros países da América Latina eram percebidos como “mais modernos e avançados do que a maioria dos países remetentes. Os filhos de imigrantes, muitas vezes, sentiam-se envergonhados de suas origens e desejavam identificar-se com o novo país” (Moya, 2018, p. 57), mas logo os imigrantes europeus se sentiram em casa no país receptor e, cada vez mais, “os negros substituíram os imigrantes como a representação da pobreza, das patologias sociais e do perigo” (Moya, 2018, p. 59). Ele destaca especificamente a situação do sul do Brasil e leste da Argentina, onde as categorias raciais se desenvolveram de forma mais segregada que no restante do país e onde “os ‘negros’ tornaram-se cada vez mais uma espécie de ‘outro permanente’ para os descendentes de imigrantes europeus” (Moya, 2018, p. 60).

É com a crise na economia mundial a partir de 1930 que são determinadas as primeiras medidas restritivas a imigrações no Brasil, que culminam na fixação de quotas na Constituição de 1934 e 1937, as quais, combinadas com o período de guerras entre os países europeus, fizeram com que o fluxo migratório para as Américas em geral fosse interrompido (Fernandes

e Patarra, 2011, p. 162). Neste período, o projeto de criação de um povo brasileiro miscigenado se viu prejudicado, assim como o ideal do branqueamento populacional, como descreve Andrews (2007), o que ocorreu também como resultado da onda do fascismo que estava em ascensão na Europa. A partir de 1942, com o antagonismo da Segunda Guerra Mundial e a imagem negativa da Itália e da Alemanha devido ao fascismo e nazismo, passam a ocorrer medidas repressoras aos imigrantes destes países no Brasil.

Comerciantes sofreram danos, bens foram confiscados, prisões foram efetuadas, o que levou a que, de formas diversas, os sentimentos conflituos do momento de guerra soassem nos convívios entre os descendentes e os nacionais” (Zanini e Santos, 2009, p. 187-188).

Assim, de 1940 em diante, a população afro-brasileira cresceu mais rapidamente do que a população branca, como consequência da diminuição na imigração europeia e do maior índice de crescimento populacional entre os não-brancos (Andrews, 2007, p. 188).

É nesta esteira que, na segunda metade do século XX, o Brasil começa a apresentar uma grande emigração, momento em que os brasileiros se mudavam para os Estados Unidos e Europa em busca de melhores oportunidades de vida (Guilherme, 2017). Foi neste período, durante o Regime Militar, que foi estabelecido o Estatuto do Estrangeiro, lei relacionada às migrações que estava em vigência até 2017, a qual classificava o imigrante como uma ameaça à “estabilidade e à coesão social” do país, a partir de uma perspectiva de segurança nacional que visava manter fora das fronteiras aqueles que “pretendiam vir causar desordem em nossas plagas” (Brasil, 1980). Essa legislação, que colocava o imigrante nomeadamente como um “estrangeiro”, dificultava de forma simbólica e objetiva a vida dos imigrantes. Como aponta Ricci (2018, p. 45), a “distinção do sujeito nacional ante a categorização do indivíduo como estrangeiro estabelece, tacitamente, uma conotação antagônica e cria um distanciamento entre o nacional e o imigrante”.

Este cenário apenas começou a mudar após a virada do século, quando, “em razão de acordos diplomáticos, crescimento econômico, maior visibilidade do país em razão da Copa do Mundo, dentre outras questões” (Tedesco, 2017, p. 178), o Brasil entrou na rota das migrações Sul-Sul, que consistem no deslocamento de um país em desenvolvimento para outro em situação semelhante, mas em geral um pouco mais próspera. Outro fator que contribuiu para que estas migrações passassem a ter mais espaço foi, a partir de 2007, a crise econômica que afetou os Estados Unidos e a Europa, que fez com que os potenciais imigrantes passassem a procurar outros destinos (Macedo, 2017). Neste período, o Brasil passou a atrair grandes

contingentes de imigrantes, em especial das Américas Central, do Sul e do Caribe, assim como africanos, e a lei se mostrou ultrapassada, principalmente por não prever uma regularização que os permitisse permanecer no país de maneira legal. Segundo coloca Uebel (2017, p. 187), o cenário atual foi acentuado a partir de 2010, quando a imigração para o Brasil deixou de ser majoritariamente da América Latina – além das migrações históricas de europeus, japoneses e chineses – e passou a abranger principalmente os chamados “novos grupos” de imigrantes, que consolidaram a rede do “boom migratório”, majoritariamente composto por haitianos e africanos.

A partir daí, tornou-se evidente a urgência de se criar uma nova legislação, e diversas iniciativas passaram a acontecer no sentido de formulá-la, as quais resultaram na sanção, em 24 de maio de 2017, da Lei n. 13.445/2017, que representa grandes avanços em relação à legislação anterior, em especial por agora enfatizar a garantia dos direitos das pessoas migrantes. As mudanças na legislação também foram elementos facilitadores para resolver alguns impasses que permaneciam a partir da chegada de imigrantes vindos majoritariamente do Haiti, Gana e Senegal. Em geral, são imigrantes que vêm ao Brasil em busca de trabalho, e entram no país pedindo refúgio, porém, em sua maioria, não se encaixam na definição de refugiados pela lei brasileira e internacional. No caso específico do Senegal, não há desastres naturais, conflitos ou perseguições, portanto, os migrantes oriundos do país não podem ser considerados refugiados. Mesmo assim, eles entram no país com pedido de refúgio, o que os permite obter emprego legalmente, mas não os autoriza a ficar por tempo indeterminado no território nacional. Como apontam Jung, Assis e Cechinel (2019, p. 101), “não só senegaleses, mas ganeses e outros imigrantes da África e do Oriente Médio chegaram ao país, somando-se às correntes migratórias de haitianos, iniciadas em meados de 2010. Dessa forma, a entrada como solicitante de refúgio tornou-se estratégia de migração”. Jung (2019, p. 56) cita que, no total, “7.206 solicitações de refúgio foram feitas por senegaleses entre 2010 e 2015 (Brasil, 2016). As 251 solicitações de 2016 indicam uma redução significativa (Brasil, 2017)”.

Inicialmente, as “autoridades brasileiras, assim como, outros países, os classificam de migrantes econômicos e somente os haitianos receberam um visto por razões humanitárias” (Corrêa *et al.*, 2015, p. 224). A partir do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Nova Lei de Migrações, tornou-se mais fácil regularizar a situação dos senegaleses e outros imigrantes africanos, tendo sido criada a categoria de visto de Residência, por parte de ação da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL), do Ministério da Justiça

e Segurança Pública (MJSP), para abranger os senegaleses que já viviam e trabalhavam no país, inclusive os que aguardavam resposta ao pedido de refúgio (Cavalcanti *et al.*, 2018).

De acordo com o Relatório Anual do Observatório de Migrações de 2019, entre 2011 e 2018 foram concedidas 59.729 autorizações de residência a imigrantes pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), das quais 60,8% foram concedidas com base na Resolução Normativa 27, a qual dispõe sobre os “casos omissos”, embora o número tenha diminuído entre 2017 e 2018, com a mudança na legislação que permitiu a regularização dos imigrantes a partir do decreto previamente citado. Observa-se, no relatório, que até 2015 os haitianos eram a primeira nacionalidade em número de autorizações, tendo recebido 34.773 naquele ano. Em 2016, os ganeses tornam-se os que mais recebem concessões, enquanto, a partir de 2017, este posto é assumido pelos senegaleses, com 2.285 permissões concedidas naquele ano e 1.365 em 2018. No total, de 2011 a 2018 foram concedidas 4.622 autorizações aos senegaleses. Ainda após a data abrangida pelo relatório, em dezembro de 2019 o governo federal anunciou, a partir do MJSP, a promulgação de uma nova portaria (10/2019) que permitiu a regularização de 5.995 senegaleses que ainda aguardavam resposta de seus pedidos de refúgio.

De forma mais acentuada do que outras que compõem o atual *boom* migratório, a imigração senegalesa tem caráter especialmente laboral. “A economia senegalesa não atende à demanda da mão de obra do país”, o que faz com que os homens jovens migrem para conseguir emprego e ajudar no sustento da família que permaneceu lá (Herédia e Gonçalves, 2017, p. 210). Essa principal motivação pode ser constatada em diversas pesquisas anteriores (Herédia e Gonçalves, 2017; Jung, 2019; Uebel, 2017), assim como em conversas com os próprios imigrantes. “Senegal é bom, mas falta trabalho – é uma expressão utilizada frequentemente pelos imigrantes. Mesmo com emprego, há os que decidem emigrar para melhorar as condições de vida” (Jung, 2019, p. 60). A partir daí, percebe-se também a principal diferença entre a imigração senegalesa e a haitiana, ambas as quais constituem o principal fluxo migratório moderno para o Rio Grande do Sul: o perfil dos imigrantes. Enquanto os haitianos costumam migrar em família, ou vir para o país com o objetivo de trazer suas famílias, os senegaleses frequentemente não têm essa ambição. Uebel (2017, p. 200) resume esta diferença de perfil: “haitianos imigram – principalmente após a segunda geração de imigração – com seus familiares, e senegaleses imigram sozinhos – quando no máximo com alguns amigos de mesma faixa etária”.

A rota que estes imigrantes percorrem para chegar ao sul do Brasil muitas vezes é longa. Especialmente dentre os primeiros a chegar, entre 2010 e 2015, era costume ir inicialmente para

o Equador, e de lá entrar no Brasil, pois o país vizinho não exigia visto de entrada. “Por intermédio de ‘coiotes’, a rota estipulada previa atravessar a fronteira do Equador/Peru e, após, a entrada no Brasil pelo Estado do Acre, no Município de Brasileia” (Herédia e Gonçalves, 2017, p. 220). Ao chegar ao Brasil, inicialmente os senegaleses pediam refúgio, como citado anteriormente, para poderem permanecer no país, e em seguida conseguiam regularizar sua situação ao obter documentos como carteira de trabalho e cadastro da pessoa física (CPF). O Brasil entrou na rota migratória dos senegaleses depois da Argentina, que já recebia os imigrantes desde os anos 1990. Em 2008, segundo Zanini, Barbosa e Cesário (2017, p. 87), a partir de dados da *Dirección Nacional de Migraciones*, os senegaleses representaram 16,9% dos solicitantes de refúgio no país.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o Fórum de Mobilidade Humana, até 2018 havia 50 mil migrantes, dos quais 8,5 mil eram haitianos e 4,2 mil senegaleses. Já segundo o levantamento do Observatório das Migrações de São Paulo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹⁹, entre 2000 e 2020, obtiveram o Registro Nacional de Migrante (RNM) 8.912 senegaleses no Brasil, dentre os quais 4,4% são mulheres; e 3.548 destes estão no Rio Grande do Sul, dos quais 3,5% (124) são mulheres. Observa-se que a diferença dentre os dados apontados pelo Fórum e pela Unicamp deve-se ao fato de que a segunda levantou as informações daqueles que obtiveram vistos, sejam eles de residente, permanente ou temporário, sem estimar os números de imigrantes não regularizados.

Uebel (2017, p. 195), baseando-se em dados conjuntos da Polícia Federal e de órgãos municipais, afirma que as regiões de Caxias do Sul e Passo Fundo concentram cerca de 54% de toda a população de senegaleses no Rio Grande do Sul. No relatório de 2018 acerca da inserção de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, o OBMigra constatou que, das 1.236 admissões de trabalhadores senegaleses no ano de 2017, 88,18% ocorreram na Região Sul do país (Cavalcanti *et al.*, 2018). Ainda no relatório, consta que o estado do Rio Grande do Sul obteve os maiores índices de contratações (68,20%), e também de demissões (88,19%), dentre as quais a maioria ocorreu nas cidades de Porto Alegre (15,61%), Caxias do Sul (12,14%), Passo Fundo (5,42%) e Rio Grande (4,53%).

O perfil desses senegaleses pode ser definido como: são homens, com idades entre 20 e 35 anos, que vêm sozinhos em busca de trabalho e enviam dinheiro para suas famílias em seus

¹⁹ Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

países de origem (Uebel, 2016; Herédia; Gonçalves, 2017). As principais regiões onde se concentram os senegaleses, após entrarem no país, são a Sul e Sudeste, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (Jung, 2019). As regiões de Caxias do Sul e Passo Fundo, no primeiro estado, destacam-se como grandes polos destes imigrantes, que seguem a mesma tendência dos haitianos de se mudarem para locais onde há indústrias moveleiras, metalúrgicas e automotivas (Uebel, 2017), além de frigoríficos. Macedo (2017) aponta ainda que a imigração específica de senegaleses para o Brasil também tem como fator a busca de mão-de-obra muçulmana para trabalhar em empresas que exportem para os países de maioria islâmica, tais como as que lidam com o abate *halal*, sobre o qual falaremos mais a seguir. A mobilidade destes imigrantes, por isso, é muitas vezes dependente da necessidade das empresas, e sendo assim há concentrações maiores de senegaleses nas cidades onde há frigoríficos de indústrias produtoras de frango (Mejía e Arend, 2018). Ao contrário dos haitianos, porém, os senegaleses tendem a trabalhar também no comércio informal de produtos como relógios, óculos de sol, bijuterias e até mesmo roupas.

Entre 2010 e 2014, o Rio Grande do Sul foi um estado que apresentou aumento de postos de trabalho, um dos motivos pelos quais tantos senegaleses, assim como haitianos, procuraram o estado neste período. Havia crescimento econômico, possibilidades de emprego na indústria, no comércio, em frigoríficos, como mencionado, além de empresas de construção civil e de asfalto, indústrias metalmeccânicas, restaurantes, entre outros (Guilherme, 2017, p. 52). Em sua pesquisa com senegaleses em Passo Fundo, Tedesco e Grzybovski (2013) encontraram diversos imigrantes que se mudaram de São Paulo para a região após conterrâneos lhes falarem de empregos em uma indústria de abate de aves em Nova Araçá, pequeno município no noroeste do estado. “A partir daí, iniciou-se intenso fluxo (i)migratório de senegaleses, fato que se somou à possibilidade imediata de empregos em frigoríficos e empresas” (Tedesco e Grzybovski, 2013, p. 319).

Muitos dos senegaleses que vivem no Rio Grande do Sul também moraram antes na Argentina, país que, como já mencionado, recebeu estes imigrantes ainda antes do Brasil. As redes de contatos, explicadas no capítulo anterior, servem como uma espécie de guia para os senegaleses migrarem para locais onde outros imigrantes do mesmo país relatam ter oportunidades de emprego ou alguma outra vantagem. Como colocam Tedesco e Grzybovski (2013):

Quanto ao mercado de trabalho, os imigrantes buscam as melhores oportunidades e, quando as encontram, simplesmente migram pela região. Juntos, eles exploram os benefícios econômicos e financeiros (salário, moradia, alimentação, transporte, outros) de uma proposta de trabalho e migram de uma para outra empresa com facilidade (Tedesco e Grzybovski, 2013, p. 320).

Os autores reiteram, como observado anteriormente, que a escolha da cidade onde se vai morar em geral passa tanto pelas redes quanto pelas questões de oportunidades de trabalho, aspectos que fizeram o Rio Grande do Sul se destacar como destino para a comunidade senegalesa. Como observam Mejía e Scapin (2019, p. 141), porém, em sua pesquisa com senegaleses em Lajeado:

na cidade os migrantes senegaleses *murids* encontram condições para construir seus projetos migratórios, mas enfrentam práticas discriminatórias sustentadas numa ideologia racista e xenofóbica da maior parte da população, que evoca uma identidade europeia (Mejía e Scapin, 2019, p. 141).

Estas dificuldades, muito relacionadas com a formação racial do Brasil e do estado, como colocado no item anterior, também foram observadas durante nossa pesquisa de campo, que será aprofundada no capítulo 4.

Em um país em que historicamente os migrantes africanos foram considerados “indesejáveis” e que buscou branquear a sua população, os senegaleses, assim como outros migrantes africanos e haitianos, passam por experiências migratórias diversas daquelas de imigrantes europeus ou até mesmo asiáticos. Questões de raça, gênero e religião “podem atuar como facilitadores para alguns grupos ou indivíduos e ao mesmo tempo impor sucessivas fronteiras a outros” (Macedo, 2017, p. 186), fazendo com que os senegaleses que chegam ao Brasil sejam automaticamente considerados “estrangeiros”, mesmo décadas após o fim da legislação que carregava este nome.

3.2 A TRADIÇÃO MIGRATÓRIA NA SOCIEDADE SENEGALESA

Historicamente, o Senegal é um país emigratório e, como tal, seus cidadãos têm sido objeto de estudos no âmbito das migrações, especialmente em países que já recebem essa população há mais tempo. Estas migrações ocorrem por diversos motivos, dentre os quais está a tradição de um jovem senegalês imigrar para enviar dinheiro para sua família no país de origem. Macedo (2017) aponta que o número de emigrantes senegaleses “varia entre 500.000 e 2.500.000 pessoas, de uma população total de quase 16 milhões de habitantes” e que as

remessas enviadas pelos emigrantes correspondem a aproximadamente 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Senegal, segundo o Banco Mundial (Macedo, 2017 p. 191). A partir de dados do Banco Central dos Estados da África Ocidental, Cissé e Roberts (2014) apontam que Senegal é o país da região que mais recebe remessas de migrantes, representando cerca de 47% de todas as remessas do Oeste Africano. Esses envios de dinheiro, além de contribuírem para a economia geral do país, “contribuem para a melhoria de condições de vida e/ou para uma significativa redução da pobreza no nível familiar²⁰” (Cissé e Roberts, 2014, p. 69, tradução nossa). Estudo do Ministério da Economia e Finanças do Senegal, de 2008, aponta que 76% das famílias urbanas e 70% do total têm pelo menos um membro que vive no exterior (Ndiaye, 2014, p. 42).

O Senegal, ou o território onde ele fica localizado no Oeste africano, foi colonizado pela França desde o século XIX até a independência em 1960, sendo vítima da aplicação de políticas importadas do exterior, como aponta Kleidermacher (2013), que priorizaram o desenvolvimento das cidades ao invés do campo, produzindo “*una masiva migración del campo a la ciudad, con el consecuente aumento de la miseria urbana e importantes migraciones hacia la ex metrópolis y otras zonas del continente*” (Kleidermacher, 2013, p. 111). O movimento emigratório no país, então, não é uma novidade, mas sim algo que vem ocorrendo desde a independência, inicialmente tendo como destino principal a própria França, até a década de 1990, conforme apontam Ceschi e Mezzetti (2014), que também citam outros países africanos como um destino comum. Ainda na época da Segunda Guerra Mundial, antes da independência senegalesa, os países europeus sofriam escassez de mão de obra, o que atraía trabalhadores de outros lugares do mundo. “Nos anos 1970, com políticas de ajuste do governo senegalês, as estruturas agrícolas sofreram mudanças drásticas e um êxodo rural passa a existir, mudando, dessa forma, as relações de trabalho” (Guilherme, 2019, p. 46).

Durante algumas décadas da colonização francesa, senegaleses conseguiam migrar para a França com facilidade, pois o país era considerado um território francês. Na época, a lógica geopolítica determinava que as ex-colônias francesas apresentavam um grande fluxo migratório para a França, o que começou a mudar quando o país fechou as fronteiras para os migrantes internacionais em busca de trabalho na década de 1970 (Ifekwunigwe, 2014). A partir da metade dos anos 1980, como consequência de diversas crises, dentre as quais secas, altas no preço do

²⁰ No original: “*contributes to the improvement of living conditions and/or to a significant reduction of poverty at the family level*” (Cissé e Roberts, 2014).

amendoim e crescimento populacional, “os fluxos migratórios experienciaram uma extensão e diversificação: novas áreas, grupos e classes sociais foram fortemente afetadas por partidas internacionais, especialmente Wolof²¹ de áreas centrais rurais²²” (Ceschi e Mezzetti, 2014, p. 14, tradução nossa). Com essa mudança, entraram na rota dos senegaleses países como a Espanha, a Itália e os Estados Unidos. A migração Sul-Sul, para os senegaleses, se dá principalmente para outros países africanos, mas desde a primeira metade dos anos 2000, também se intensificou um fluxo para a América do Sul e a Ásia, em especial a China - para os empresários - e o Brasil e a Argentina - para homens jovens (Christiansen e Manente, 2014, p. 80).

A migração, colocam Ceschi e Mezzetti (2014), atualmente está presente em todos os estratos da população senegalesa, abrangendo todos os grupos étnicos, com diferentes idades, nível de educação, classe e gênero. “O impacto social, econômico, simbólico e cultural das migrações internacionais é altamente visível no contexto senegalês, tanto nas áreas urbanas quanto rurais²³” (Ceschi e Mezzetti, 2014, p. 14, tradução nossa). De forma complementar, Fall (2014, p. 23) coloca que o Senegal é plenamente reconhecido como um país de emigração desde os anos 1980, e aponta que cerca de $\frac{3}{4}$ da população afirma que gostaria de sair do país dentro dos próximos cinco anos.

3.2.1 PROJETO FAMILIAR E MIGRAÇÕES FEMININAS

Em sua pesquisa sobre este imaginário da migração que está presente no cotidiano da sociedade senegalesa, Fall apresenta dados que apontam que, embora a grande maioria dos senegaleses que efetivamente migram são homens, a vontade de migrar é compartilhada entre homens e mulheres. “A migração é vista como um momento da vida que oferece oportunidades de se melhorar as condições de vida daqueles que permanecerem no país de origem, e/ou uma oportunidade de se ter um futuro melhor quando se retorna²⁴” (Fall, 2014, p. 23, tradução

²¹ *Wolof* é o nome da maior etnia senegalesa, assim como da língua falada pelos integrantes dessa etnia.

²² No original: “*migratory flows experienced an extension and diversification: new areas, groups and social classes were strongly affected by international departures, particularly Wolof of the rural central regions*” (Ceschi e Mezzetti, 2014, p. 14).

²³ No original: “*International migrations’ social, economic, symbolic and cultural impact are highly visible in the Senegalese context, in urban as well as in rural areas*” (Ceschi e Mezzetti, 2014, p. 14).

²⁴ No original: “*migration is fundamentally seen as a time in life that offers opportunities to enhance the living conditions of those staying in the home country, and/or an opportunity to ensure a better future to the returning migrants*” (Fall, 2014, p. 23).

nossa). Ainda em termos de gênero daqueles que migram, Ifekwunigwe (2014, p. 36) aponta que, quando a França fechou as fronteiras para novos trabalhadores, a migração senegalesa para o país passou a ser de reunião familiar, fazendo com que, em 2013, 46% dos senegaleses na França fossem mulheres, número que desce para 16% na Espanha e 13% na Itália. No Brasil, onde o fluxo é mais recente, a porcentagem é ainda menor, conforme já citado.

Jung (2019) cita dados da *Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie*, a qual aponta que 82,9% dos 164.901 emigrantes que partiram do Senegal entre 2010-2015 eram homens (Jung, 2019, p. 58). Ao escrever sobre as senegalesas imigrantes no Sul do Brasil, Gonçalves (2019, p. 197) relata as mudanças que vêm ocorrendo nos papéis tradicionalmente desempenhados pelas mulheres no Senegal, no contexto das quais “a participação nos fluxos migratórios tem desempenhado importante papel no processo de maior participação das mulheres na esfera pública, mas também no ambiente familiar privado”. Ao migrarem, sozinhas ou com a família, a autora considera que essas mulheres “romperam com os limites traçados pelo local” (Gonçalves, 2019, p. 197), e passam a negociar sua posição tradicional no seio da família e da comunidade, em um processo que está integrado a diversas dinâmicas, dentre as quais as familiares, laborais e religiosas.

Como mencionado, os senegaleses em geral atribuem sua migração à necessidade de encontrar trabalho, explicando que no Senegal não há emprego suficiente ou que não é possível sustentar a família com o que se recebe lá. Isso não significa, porém, que a decisão de migrar é tomada de forma individual e baseada numa vontade pessoal de se conseguir uma vida melhor. Pelo contrário, como aponta Kleidermacher (2013, p. 114), as famílias auxiliam de formas financeiras e afetivas para o projeto migratório, seja “*consiguiendo documentos, contactando conocidos en los lugares de destino, o bien mediante ayudas materiales para la compra del pasaje*”. É esperado, portanto, que a ajuda seja retribuída quando a pessoa chega no local de destino, com o envio de remessas e fornecendo informações para os próximos jovens que estejam a caminho do mesmo lugar. A autora define a migração como uma “estratégia de mobilidade”, a qual em geral tem caráter masculino e transcontinental, culminando em um aporte econômico importante dado pela família para os gastos iniciais do jovem que efetivamente migra (Kleidermacher, 2013, p. 114).

Tedesco e Grzybovski (2013, p. 321) também destacam o papel da família na migração senegalesa, apontando que “os vínculos familiares vão se reconstituindo em espaços diferenciados”. Assim, os projetos migratórios não se referem apenas a aqueles que efetivamente migram, como também aos que permanecem: “há projetos e sonhos de ambos e,

por isso, a ação torna-se familiar, afetiva e econômica”²⁵. Já Fall (2014) menciona que a migração é vista como uma oportunidade de melhorar a vida daqueles que permaneceram no país de origem, assim como de fornecer melhores condições de garantir um futuro melhor quando retornar. Ndiaye (2014) destaca que, para uma mãe, ter um filho que migrou para a Europa é uma forma de autovalidação, representa seu sucesso enquanto mãe e, conseqüentemente, sucesso e *status* para a família. O papel do pai e da mãe na cultura senegalesa é de extrema importância e, mesmo quando os filhos migram e não estão mais próximos deles fisicamente, seguem em contato constante e enviam dinheiro para os pais. Segundo os próprios senegaleses, muitos deles compram casas no Senegal para suas mães com o dinheiro que conseguem no exterior²⁶.

Mocellin (2017, p. 355) coloca que estes imigrantes, em geral, não têm como objetivo permanecer no Brasil, mas sim pretendem apenas morar aqui “o necessário para sustentar e manter suas famílias no Senegal, bem como para acumular algum recurso para melhorar de vida no país de origem”. Como o projeto migratório é de toda a família, os jovens migrantes precisam prover para seus familiares. Em muitos casos, inclusive, os casais vêm para o Brasil e deixam filhos no Senegal com seus pais ou irmãos, o que aumenta ainda mais essa obrigação. Dentre as nossas entrevistadas, encontramos casos de três mulheres que deixaram seus filhos no país de origem, pelo menos por um período após migrarem. As famílias, então, cumprem um papel importante na migração, tanto antes, quanto durante. Como já mencionado, as mulheres são minoria dentre os migrantes, mas isso não diminui seu papel neste processo. Como afirmam Jung, Assis e Cechinel (2019):

[...] apesar de não participarem do movimento, as mulheres estão longe de ter papel meramente passivo no processo, uma vez que o projeto migratório é coletivo e afeta todos que participam da rede de sociabilidade afetiva de quem migra. Os projetos migratórios, portanto, nunca são simplesmente individuais. Além disso, nas redes de famílias transnacionais, as mulheres muitas vezes são responsáveis por cuidar dos que ficam, sejam filhos ou outros membros da família, e por gerir o dinheiro que os companheiros enviam nas remessas mensais (Jung *et al.*, 2019, p. 103).

Mejía e Scapin (2019) também apontam para o papel importante cumprido pelas mulheres senegalesas que permanecem no país de origem enquanto seus parceiros ou parentes migram, atuação que costuma ser ignorada pelos estudos de migração. Analisando a

²⁵ Ibidem.

²⁶ Isso foi observado em conversas com os senegaleses, tanto homens quanto mulheres, desde a primeira ida a Caxias do Sul, em 2013.

comunidade senegalesa em Lajeado, interior do Rio Grande do Sul, as autoras constataram a existência de relações transnacionais, percebendo que na maior parte das vezes, as mulheres cumprem papéis relacionados à migração permanecendo no país de origem. “No Senegal, elas tomam conta dos filhos e idosos, das casas e dos empreendimentos econômicos da família deixados pelos migrantes” (Mejía e Scapin, 2019, p. 148).

3.3 GÊNERO NO SENEGAL

Se os estudos sobre migrações de senegaleses em geral concordam acerca dos motivos que levam esta população a migrar, os trabalhos acerca das relações de gênero do país trazem perspectivas diversas sobre as estruturas da sociedade. Enquanto alguns autores retratam relações de poder rígidas, nas quais o homem é considerado o provedor e às mulheres cabe o papel de mãe e esposa, outros destacam avanços recentes e as igualdades de oportunidades para homens e mulheres no país. Busca-se aqui fazer um breve apanhado desses diferentes pontos de vista, mantendo-se em mente que a complexidade da sociedade de um país não deve ser analisada por prismas redutores, universalizantes ou “únicos”, em acordo com o que defende Adichie (2009).

Em seu trabalho que investiga as relações de gênero entre imigrantes senegaleses em Tenerife, na Espanha, a pesquisadora Eva Evers Rosander nota que, segundo as normas da sociedade senegalesa, mulheres casadas não devem trabalhar fora de casa, nem viajar sem seus maridos, ao passo que as solteiras ou divorciadas devem sair de casa apenas quando acompanhadas de um parente do sexo masculino (Rosander, 2010). “As mulheres que vivem sem um marido em Tenerife estão, portanto, quebrando as normas estabelecidas de comportamento feminino²⁷” (Rosander, 2010, p. 91-92, tradução nossa), observou ela, ao entrevistar senegalesas que trabalhavam no comércio e como cabeleireiras. As mulheres que exercem esta última profissão – a qual aparece constantemente nos estudos acerca de mulheres senegalesas migrantes – são também o foco do artigo do historiador senegalês Cheikh Anta Babou. Ao analisar as trajetórias das senegalesas cabeleireiras nos Estados Unidos, o autor argumenta que “o poder econômico e os valores sociais mutáveis entre imigrantes estão gradualmente minando as bases ‘tradicionais’ dos papéis de gênero e hierarquias sociais, tanto

²⁷ No original: “*Women who live without a husband in Tenerife are thus breaking with the established female norms of behaviour*” (Rosander, 2010, p. 91-92).

no exterior quanto em casa [no Senegal]²⁸” (Babou, 2008, p. 3, tradução nossa). O autor aponta que, no Senegal, as noções de gênero e de status social foram historicamente formadas pela cultura islâmica local e pelas categorias sociais que colocavam homens e mulheres de diferentes etnias e famílias em posições diferentes na sociedade, mas argumenta que estas categorias estão mudando, influenciadas, também, pelos jovens que migram (Babou, 2008, p. 4). De forma semelhante, Herédia e Gonçalves (2017) relatam que, hoje, “devido às mudanças sociais na divisão do trabalho, a mão de obra feminina assume espaços de trabalho fundamentais” (Herédia e Gonçalves, 2017, p. 9).

Porém, outros estudos apontam que, dentro das estruturas familiares, as mulheres ainda são vistas como subordinadas aos homens, assim como em muitas outras culturas. Falando das relações de gênero a partir da literatura senegalesa, Djiby Mané (2017) destaca que a comunidade africana é estruturada em torno da “superioridade masculina”, apontando a segregação dos gêneros desde a infância, quando começa, para as meninas, sua “iniciação através de suas mães com tarefas domésticas, e a educação dos meninos, pelos pais, através de atividades como concertar carros, trabalhar na lavoura etc” (Mané, 2017, p. 147).

Nos séculos XIII e XIV, durante o reino de Jolof, onde atualmente fica o Senegal, as mulheres tinham certo destaque na sociedade, o que era demonstrado pela existência de conselhos de juízas em todos os reinos da região, para cuidar dos casos que envolviam mulheres (Wenczenovicz, 2016) e pela importância da rainha-mãe, que possuía fazendas e aldeias subordinadas diretamente a ela, que também influenciava a política do rei, seu filho. A partir do século XVII, nações europeias passaram a explorar e colonizar grande parte dos países africanos, inclusive com a introdução do tráfico de pessoas em larga escala. O Senegal foi um dos locais que mais sofreu com essa exploração, até que, devido a disputas territoriais, as potências decidiram estabelecer regras da partilha do continente africano na Conferência de Berlin, em 1884, dividindo geograficamente as regiões sem levar em consideração as peculiaridades sócio-políticas locais (Diallo, 2011, p. 35). Foi esse processo que estabeleceu a criação do que hoje é conhecido como Senegal, localizado em uma planície semiárida, coberta por savana e irrigada por três grandes rios: Senegal, Gâmbia e Casamance.

Na sociedade senegalesa, a mãe tem também um papel de conselheira, que é muito valorizado pelos filhos e respeitado socialmente (Herédia e Gonçalves, 2017, p. 10). As autoras

²⁸ No original: “*economic power and changing societal values among immigrants are gradually undermining ‘traditional’ bases of gender roles and social hierarchies abroad and at home*” (Babou, 2008, p. 3).

apontam ainda que a estrutura da família é constituída por pais, avós, tios, esposas e filhos. “Devido ao casamento poligâmico, os homens podem ter diversas mulheres, desde que possam mantê-las. A mulher sempre será mantida pelo marido e essa obrigação tem relevância nas leis religiosas dos senegaleses” (Herédia; Gonçalves, 2017, p. 7).

A realidade religiosa do país é muito forte na cultura local e, em geral, é preservada nas diásporas. Para a maioria dos senegaleses, sejam homens ou mulheres, a religião cumpre um papel importante em suas vidas. A maior parte dos senegaleses segue uma ordem religiosa muçulmana própria do país, chamada Muridismo, da qual daremos mais detalhes na próxima seção do capítulo. Rosander (2011) observa que uma figura importante para o Muridismo é a mãe de seu fundador, Mame Diarra Bouso, que seria o modelo de mulher que deve ser seguido pelas senegalesas para alcançarem o paraíso. Examinando as relações de gênero tanto no Senegal quanto na diáspora, Rosander aponta:

Assim como a mame Diarra, uma boa esposa deve permanecer em casa, onde ela deve acomodar seu marido de todas as formas. No entanto, atualmente a sobrevivência da família inteira muitas vezes depende da habilidade das mulheres de tomar iniciativa e buscar trabalho. O desemprego entre os homens é alto e a agricultura gera poucos ganhos devido às secas, degradação do solo, o curto ciclo de cultivo da terra e a falta de tecnologias modernas. Assim, os homens conseguem apenas contribuir com as necessidades básicas do lar, e o restante depende da renda da mulher. É por isso que essas mulheres também migram²⁹ (Rosander, 2011, p. 10-11, tradução nossa).

Creevey (1991) relata que, ao contrário do retratado em estereótipos acerca de países muçulmanos, as mulheres senegalesas nem sempre cobrem as cabeças ou os rostos, não ficam isoladas dentro de casa, mas sim caminham livremente nas ruas, usando roupas coloridas, tanto durante o dia quanto à noite. “As mulheres vendem bens nos mercados a céu aberto e nas ruas. Em grupos universitários e em empresas as mulheres estão presentes, e expressam suas opiniões abertamente” (Creevey, 1991, p. 348). Ademais, o Senegal aprovou em 2010 uma lei que estabelece paridade de gêneros no Parlamento, fazendo o país ter 42,7% de representantes mulheres, o que o posiciona como sétimo colocado mundialmente em termos de representatividade feminina Legislativa, de acordo com a organização *West Africa Brief*. Já há algumas décadas, conforme apontam diversas autoras, as mulheres senegalesas trabalham e podem administrar seu próprio dinheiro. Elas são consideradas essenciais para as famílias que

²⁹ No original: “*Like mame Diarra, a good wife is supposed to remain at home, where she should accommodate her husband in every way. However, the survival of the whole family nowadays often depends upon her ability to take initiative and find work outside the home. Unemployment among men is high and agriculture yields little because of droughts, soil degradation, the shortage of cultivable land and lack of modern technology. Men can usually only contribute to the basic household needs, such as with rice and millet, while everything else depends on the woman’s income. This is why women are so keen to migrate*” (Rosander, 2011, p. 10-11).

vivem nos campos, atuando inclusive no cultivo de nozes, a lavoura que mais gera renda no país (Creevey, 1991). Ainda, autoras relatam que, desde o século XX, movimentos feministas no Senegal vêm ativamente exigindo e conseguido importantes avanços em relação aos aspectos mais conservadores da sociedade local (Creevey, 1991; Sow, 2019).

Desfazer o mito da mulher africana que necessita da emancipação trazida pela colonização europeia, aponta Sow (2019), é a primeira missão de “todas as mulheres envolvidas em qualquer reflexão e ação” sobre o papel da mulher nas sociedades africanas. A professora senegalesa elabora acerca dos desafios e caminhos possíveis encontrados pelos estudos feministas africanos, citando pesquisadores que destacam antigas sociedades matriarcais em povos do continente, ou relatam a existência de sistemas de poder não relacionados a gênero (Sow, 2019). Ela questiona, ainda, as possíveis formas de se manter as tradições enquanto, ao mesmo tempo, conseguir avanços sociais.

Desconstruir instituições africanas patriarcais reforçadas por cultura e religião, e apoiadas pela política ou religião, tem sido e permanece sendo um desafio, levando-se em conta que estamos lidando com questões de identidade muito enraizadas, as quais as mulheres acham difícil questionar por medo de perder sua identidade. [Se não fosse assim,] poderíamos ter redefinido a poligamia, os casamentos arranjados, o uso do véu muçulmano, etc³⁰ (Sow, 2019, p. 7, tradução nossa).

Autoras oriundas de diversos países de terceiro mundo ou emergentes vêm criticando a forma como as mulheres africanas, asiáticas e indígenas são estereotipadas em estudos feitos no Ocidente. Dentre elas, destaca-se a professora indiana Avtar Brah, que em seu ensaio “Diferença, Diversidade, Diferenciação” (2006) defende que a categoria “mulher” não é unitária em todo o mundo, ou seja, que “nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder” (Brah, 2006, p. 341). Neste sentido, já há diversos estudos que defendem uma mudança de paradigma ao se falar de mulheres vindas de países do “Oriente” ou do Sul global, apontando-se a necessidade de não as considerar como vítimas que precisam ser salvas pelas mulheres ocidentais. Aprofundando ainda mais esta problematização, a professora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí reflete acerca da forma como pesquisadoras feministas usam o gênero como “modelo explicativo para

³⁰ No original: “*Deconstructing African patriarchal institutions strengthened by culture and religion, and endorsed by politics or religion, has been and remains a challenge, as we are grappling with deep-seated identity issues which women find difficult to question for fear of losing their identity. We could have redefined polygamy, the dowry, the wearing of the Muslim veil, handshaking, etc*” (Sow, 2019, p. 7).

compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo”, assumindo a categoria “mulher” como universal. A partir daí, ela questiona:

Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar. Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas. Porque gênero é socialmente construído, a categoria social "mulher" não é universal, e outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade, questões adicionais devem ser feitas: Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? (Oyěwùmí, 2004, p. 2-3).

A autora atenta, assim, para a forma como as próprias categorias de gênero não são fixas, podendo inclusive variar em algumas sociedades tradicionais africanas. Por isso, defende que se estudem as realidades de cada local a partir de seus próprios pressupostos e não as enxergando com as mesmas características daquelas do Ocidente e do Norte global, sob o risco de ocorrerem “distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais” (Oyěwùmí, 2004, p. 8). Na mesma esteira, a intelectual indiana Chandra Mohanty, em seu ensaio *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses* (1984) critica o fato de estudos feitos por pesquisadoras ocidentais ou oriundas do Norte global frequentemente retratarem as mulheres de terceiro mundo de forma estereotipada, as colocando como religiosas, tradicionais, sem consciência de seus direitos, não educadas, donas de casa e, algumas vezes, revolucionárias (no caso, as colocando como “lutadoras” que vivem em países com sistemas opressores). “É assim que a diferença terceiro-mundista é produzida”, constata (Mohanty, 1984, p. 352).

Durante a pesquisa de campo, como veremos nos próximos capítulos, foi possível perceber a independência das mulheres senegalesas em relação aos seus maridos. Dentre as entrevistadas, mesmo as que vieram para o Brasil com eles, ou depois deles, não correspondem ao estereótipo de esposa submissa, e todas - assim como os homens - atribuem como principal objetivo aqui trabalhar para enviar dinheiro para suas famílias. O fato de serem mulheres não as alivia dessa obrigação e não as coloca em uma posição de precisarem cuidar apenas da casa e dos filhos.

3.3.1 TRABALHO E RELIGIÃO NO SENEGAL

O Muridismo é a principal ordem religiosa senegalesa, sendo uma vertente islâmica própria do país que tem grande influência na cultura local. Fundado por Cheikh Amadou Bamba, líder religioso e intelectual nascido no século XIX, o muridismo é seguido principalmente pelo povo *wolof*, a maior etnia senegalesa, e conta com suas próprias características em relação a outros tipos de Islamismo. Mas, mesmo antes de Bamba, o Senegal já era uma região muçulmana, com os primeiros relatos da religião no país datando do século XI e, a partir do século XVI, de forma mais consolidada com a expansão nos círculos de poder da sociedade local (Rossa, 2018). Os senegaleses ligados à confraria muride, como ressalta Rossa (2018, p. 29), também “têm operado por meio de uma mobilidade relacionada aos mitos fundadores de suas crenças, que liga trabalho e religião”.

Duas das principais ocupações realizadas pelos senegaleses que migram para o Brasil estão de certa forma relacionadas com a religião: o trabalho em frigoríferos, especialmente na produção de frango *halal*³¹, que é exportado para os países árabes, e o comércio, tradicionalmente uma das maiores ocupações dentre os mourides (Guilherme, 2017, p. 83). Para a carne ser *halal*, existe uma série de práticas islâmicas que devem ser observadas no momento do abate, as quais já são conhecidas pelos senegaleses, o que facilitou a sua contratação por esta indústria. Como mencionado, o grande número de frigoríferos, especialmente no norte do estado, foi um dos motivos pelos quais o Rio Grande do Sul se tornou um polo de atração para os senegaleses. Segundo Rossa (2018, p. 32), inclusive, a chegada dos senegaleses a Caxias do Sul está relacionada a um proprietário de frigorífero que convidou migrantes que viviam em Passo Fundo, na época, para trabalharem em sua empresa, em Caxias.

Falando da relação entre migração e trabalho, Zanini, Barbosa e Cesário (2017, p. 86) destacam que “a emigração senegalesa é majoritariamente projetada como um empreendimento coletivo em termos de família e nacionalidade”, o que se reflete no fato de grande parte desses migrantes trabalharem como vendedores ambulantes, isso os aproxima da realidade de seu país e permite manter-se redes de contato com senegaleses em outros locais do Brasil, “além de [ser] mais próxima da realidade de baixa qualificação no Senegal” (Zanini *et al.*, 2017, p. 86). Assim, os autores mencionam a interface entre religião e trabalho, ambos aspectos fundamentais para

³¹ Em árabe, palavra que significa o que é “permitido” para muçulmanos. “*Halal*” se refere a tudo que muçulmanos podem comer, consumir ou fazer. A carne *halal* é aquela que segue uma série de exigências para que eles possam consumir segundo os preceitos da religião.

os senegaleses tanto vivendo em seu país quanto na diáspora. Sobre esta conexão e a importância do trabalho ambulante para os senegaleses, Mocellin (2017) resume:

Em meio à esfera mercantil, os senegaleses estabelecem relações que extrapolam a troca nessa esfera, como são as relações de amizade, trabalho e convívio diário na rua [...]. Trabalham, trocam informações, conhecem pessoas, se deslocam por diferentes cidades do Brasil e de países vizinhos, como é o caso da Argentina. Enfim, se inserem em uma rede de trocas baseada em valores de reciprocidade. Os deslocamentos que o comércio ambulante lhes proporciona estão diretamente ligados ao que buscam no projeto migratório: sustentar a si e às suas famílias, viajar e conhecer lugares e pessoas, adquirir experiências de vida que os tornem homens de maior prestígio nos seus países de origem (Mocellin, 2017 p. 350).

O comércio informal, então, está diretamente ligado às redes de solidariedade e ajuda que os senegaleses estabelecem na diáspora. Guilherme (2017) coloca a atividade de ambulante como uma das exercidas pelos senegaleses em diversos países para onde migram, não sendo, portanto, uma surpresa que eles passem a exercer esse trabalho no Brasil. Isso não significa, porém, que o comércio informal seja a primeira opção de trabalho e nem que seja considerado o emprego ideal por parte dos senegaleses. Pelo contrário, a autora afirma que seus interlocutores de pesquisa em geral demonstraram uma preferência por empregos formais, de “carteira assinada”, mas muitas vezes acabavam como ambulantes por falta de oportunidades ou necessidade financeira. Uma das dificuldades constatadas por ela, a partir das entrevistas com alguns senegaleses que trabalhavam nas ruas de Porto Alegre, foi a fiscalização por parte do poder público: “[...] as más condições do comércio ambulante também não estimulam os senegaleses a continuarem aqui, uma vez que a apreensão tira toda a renda que o imigrante poderia ter e seu dinheiro investido para as compras das mercadorias”, coloca (Guilherme, 2017, p. 65).

O comércio ambulante, embora seja realizado principalmente por homens, é também uma atividade à qual algumas mulheres aderem. Dentre as entrevistadas na pesquisa, quatro tinham essa como atividade principal ou secundária, de maneiras variadas. Enquanto duas vendiam os artefatos que geralmente são associados ao comércio de rua – roupas, aparelhos eletrônicos, acessórios - outra vendia peças artísticas, muitas trazidas do Senegal, enquanto a quarta trabalhava com café e lanches. Como descreve Guilherme (2017), na grande maioria das vezes os produtos vendidos pelos senegaleses são comprados em São Paulo, por um deles que então distribui para o restante, e não trazidos do país. Segundo levantamento da Unicamp, a principal ocupação registrada dentre os senegaleses que obtiveram vistos no Brasil é a de

vendedor, categoria que engloba vendedores ambulantes, com 2.730 registros, o que representa cerca de 1/3 de todos os imigrantes vindos deste país.

O ofício das vendas informais, como coloca Uebel (2017, p. 198), a partir de Golub e Mbaye (2009), é uma das “práticas mais comuns na economia senegalesa”, a qual passa a ser incorporada pelos imigrantes nos países para os quais migram. Sendo assim, o autor coloca que o fato dos senegaleses se firmarem como vendedores no Brasil “permite então a inferência de que o Brasil se reafirmara na agenda internacional das migrações laborais, ao passo em que as práticas daqui se assemelham aos tradicionais países receptores” (Uebel, 2017, p. 198). Já Mocellin (2017, p. 347), coloca que o comércio ambulante muitas vezes serve para complementar a renda, conferindo distinção social entre os senegaleses imigrantes.

3.4 GÊNERO, IDADE E TRABALHO: DADOS SOBRE AS MULHERES SENEGALESAS IMIGRANTES NO RS

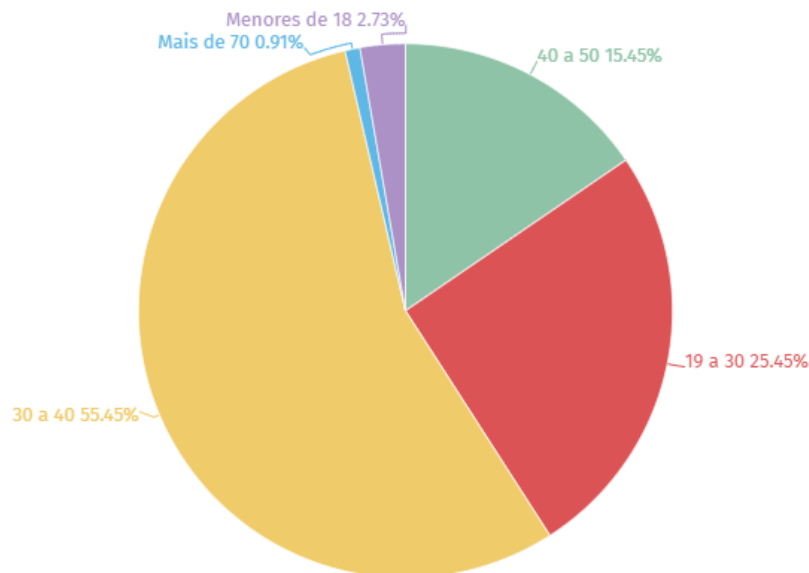
Apesar de haver uma quantidade razoável de dados a respeito dos migrantes senegaleses, o que pode ser percebido pelos elementos já aqui citados, ao realizar a pesquisa bibliográfica passou-se a ter a necessidade de se buscar mais informações concretas a respeito da relação entre mulheres senegalesas e trabalho. Dados dos relatórios do OBMigra, por exemplo, trazem informações por nacionalidade, por gênero e por trabalho, mas não trazem um cruzamento destas três questões. Entendendo a importância de se traçar um panorama a respeito dessas mulheres, inclusive em consonância com o paradigma interseccional previamente citado, realizou-se então um levantamento nas bases de dados do Sistema de Registro Nacional Migratório – Sismigra (a partir de 2018) - e do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – Sincre (até 2017) -, que contêm detalhes sobre os imigrantes que obtiveram vistos de residência, permanência ou temporários no Brasil. Esta busca por dados tornou possível, também, constatar o número total de mulheres senegalesas com visto residentes no Rio Grande do Sul.

O levantamento a partir dos dados do Sismigra e do Sincre, então, foi feito com início no ano de 2016 até 2020, tendo como critério abranger os últimos cinco anos, dentro dos quais a maioria dos imigrantes senegaleses foram regularizados e, no caso das mulheres, quando a maior parte delas chegaram. O levantamento foi feito de forma mais detalhada acerca, especificamente, das mulheres senegalesas no Rio Grande do Sul, que são o foco da pesquisa. A partir dessa análise, alguns elementos foram percebidos, como a tendência das mulheres de

virem depois de os homens já estarem estabelecidos no país de destino. Isso pode ser observado ao se perceber que, das 59 imigrantes senegalesas que obtiveram vistos no Rio Grande do Sul entre 2018 e agosto de 2020, 40 delas conseguiram vistos de reunião familiar, das quais uma era criança (nos anos de 2016 e 2017 não havia essa especificação de registro nos dados). Entre 2016 e 2017, levantou-se que das 70 imigrantes, apenas 14 eram solteiras, das quais duas eram crianças. Nos cinco anos abrangidos, foram localizadas 109 imigrantes senegalesas que obtiveram vistos para residir no Rio Grande do Sul. O levantamento também mostrou a relevância da porcentagem de imigrantes senegaleses de ambos os sexos que vêm para o Estado: em todos os anos pesquisados, mais de 25% de todos os senegaleses que obtiveram vistos para o Brasil vieram para o RS. Sendo que, dentre as mulheres, destaca-se o ano de 2017, no qual 54,24% das que obtiveram visto no Brasil residiam no RS.

Em termos de faixa etária, os dados levantados indicam que as idades das mulheres presentes acompanham aquelas da maioria dos homens senegaleses, já levantados por pesquisas anteriores a respeito destes imigrantes. São 60 mulheres entre 30 e 40 anos; 28 entre 19 e 30 anos; 17 entre 40 e 50 anos; e uma de 72 anos, a única acima dos 50. Dentre os registros, há ainda três crianças.

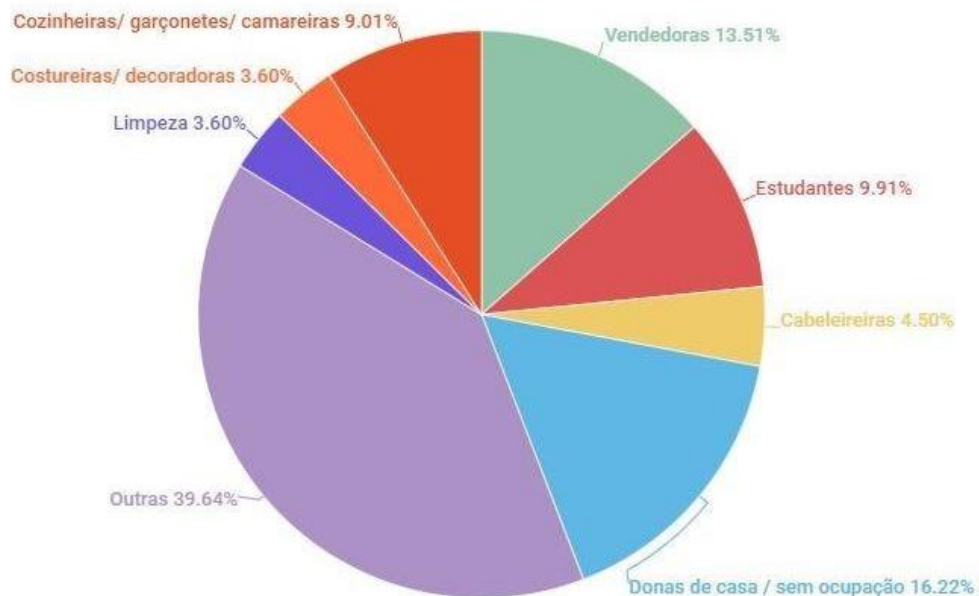
Gráfico 1 – Mulheres senegalesas no RS por idade



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Sismigra e Sincre.

Como já observado longamente em seções anteriores, a motivação inicial destes imigrantes ao saírem de seu país é a busca por trabalho. No caso das mulheres, isso é observado também, embora de forma menos acentuada que no dos homens, visto que há situações em que seu principal objetivo é acompanhar ou reencontrar seus maridos que já vieram anteriormente, podendo elas então encontrar emprego ou ficar em casa para cuidar dos filhos. Porém, como apontam Mejía e Scapin (2019, p. 101), essa realidade já começou a mudar, com o envolvimento das mulheres sendo crescente nas atividades econômicas no país e na diáspora. Elaborou-se, a partir dos dados obtidos, a tabela abaixo em que constam as principais ocupações das mulheres senegalesas no Rio Grande do Sul no momento em que obtiveram seu visto de residência:

Gráfico 2 – Mulheres senegalesas no RS: principais ocupações



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Sismigra e Sincre.

Os dados apontam que, das 109 senegalesas que obtiveram seu registro migratório entre 2017 e agosto de 2020, 15 trabalham como vendedoras (categoria que inclui vendedores ambulantes); 11 obtiveram o visto como estudantes; 10 se encaixam na categoria que abrange cozinheiras/garçonetes/camareiras; outras 10 são donas de casa (categoria chamada “prendas domésticas”); 8 foram registradas como sem ocupação (na tabela, uniu-se as duas para se obter uma categoria de mulheres registradas sem emprego fora do lar); 5 são cabeleireiras/trabalhadoras de salão de beleza; 5 trabalham no setor de limpeza; e outras 4 são

registradas na categoria que abrange costureiras e decoradoras. O restante está em outras ocupações não classificadas e ocupações com menor número de registros. Já se pode perceber que, além de vendedoras e estudantes, a maior parte delas realiza ofícios considerados “femininos” e que a maioria está em empregos que exigem baixo nível de formação escolar.

Em comparação, há registro de 3.208 homens senegaleses que obtiveram visto no mesmo período, totalizando 3.317 imigrantes, em uma proporção de 3,28% de mulheres e 96,72% de homens. Dentre eles, aparece uma diversidade maior de profissões, embora também a categoria de vendedor se destaque, e notou-se que, assim como elas, a maior parte das profissões são aquelas que não exigem ensino superior. Algumas das que se destacam entre os homens são as categorias que abrangem os ofícios de pedreiro, mecânico, motorista, porteiro, industriário, eletricitista. Resgata-se ainda o dado citado anteriormente do levantamento feito pela Unicamp, que constatou a presença de 3.548 imigrantes senegaleses (de ambos os sexos) no Rio Grande do Sul entre os anos de 2000 e 2020, o que significa que, comparando os dados, apenas 231 deles obtiveram seu registro migratório antes de 2016, indicando que o período escolhido para se realizar o levantamento de dados é suficiente para se medir os números reais desta população.

Dentre as senegalesas entrevistadas para esta pesquisa, a maior parte chegou a Caxias do Sul nos últimos cinco anos, mas há também interlocutoras que estão há mais tempo na cidade. No próximo capítulo, as entrevistadas serão apresentadas, assim como a trajetória da pesquisa, e por fim será feita a análise do que foi coletado, buscando responder à pergunta de pesquisa.

4 "ISSO É BRASIL? VOU VOLTAR PRO SENEGAL!": TRAJETÓRIAS DE MULHERES SENEGALESAS EM CAXIAS DO SUL

Neste capítulo, será realizada a análise propriamente dita dos dados coletados nas entrevistas com sete mulheres senegalesas que vivem em Caxias do Sul. A partir das entrevistas realizadas, serão explanadas as quatro dimensões de análise apontadas no Quadro 2 para se pensar nas formas como as experiências migratórias das mulheres senegalesas migrantes em Caxias do Sul são atravessadas por questões de raça, gênero e nacionalidade desde a sua chegada ao Brasil até o momento em que as entrevistas foram realizadas.

Em um primeiro momento, será apresentada a trajetória do trabalho da pesquisa, com foco no trabalho de campo e nas formas como ele foi modificado pela pandemia do coronavírus, acontecimento que causou grande impacto no Brasil e no mundo entre os anos de 2020 e 2021, período em que o trabalho de campo foi realizado. Em seguida, serão abordados os métodos de pesquisa que foram empregados ao longo de todo o trabalho, para então ser realizada a análise dos dados coletados.

A pesquisa tem como aporte teórico e bibliográfico questões referentes à relação entre raça e migração no Brasil e à interseccionalidade, as quais guiam a análise a ser feita. Leva-se em conta, durante a análise, os fatores: a) a formação do Brasil e de Caxias do Sul em relação à raça e migrações; b) as especificidades das migrações femininas e as formas como as mulheres imigrantes africanas são permeadas pelas diversas classificações de “outro” na nossa sociedade; c) o conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1989), o qual defende que os sujeitos sejam analisados a partir do cruzamento de elementos como gênero, raça e sexualidade, ao invés de apenas por uma dessas características.

4.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Para entrar em contato com as imigrantes especificamente para esta pesquisa, a primeira etapa foi voltar à Caxias do Sul para um campo exploratório, o que ocorreu em outubro de 2019, durante o *Grand Magal de Touba*, a festa mais importante da cultura *wolof*, para um campo exploratório. O *Grand Magal de Touba* (Grande Festa-Celebração de Touba) é comemorado no dia 18 do mês de Safar do calendário muçulmano, devido a um pedido do fundador do muridismo, Chekh Amadou Bamba a seus discípulos, “em comemoração ao aniversário de sua

primeira partida para o exílio no Gabão” (Rossa, 2018, p. 44), ocorrida em 1895. Touba é uma cidade no centro do Senegal, que é considerada sagrada, tendo sido fundada pelo próprio Bamba, para onde os murides realizam uma peregrinação na data. O líder foi exilado duas vezes pelo governo francês, que não apreciava a sua força na região, mas isso apenas o fez ganhar ainda mais admiração no Senegal. A celebração é um momento “de exaltação coletiva a que Bamba imbui a história sagrada, memória, interesse individual e maravilha. Mais do que uma comemoração, é um ato global de capturar o poder sacral da irmandade muride por meio da *baraka*³²” (Rossa, 2018, p. 44). A festa, sempre caracterizada por comida farta para os convidados, também tem um valor político que lembra a luta de Bamba que levou a seu exílio.

Não podemos esquecer que o *Magal* se configura como uma festa de ato de caridade, mas também política. A imagem de Cheikh Ahmadou Bamba é de um líder religioso e de luta anticolonial. Na festa, louva-se a dádiva de Bamba através da frase constantemente evocada pelos senegaleses: *Jerëjef Serigne Touba* (obrigada, Senhor de Touba!), que traz em si mais do que uma expressão de gratidão, mas um grito de resistência e a questão da luta anticolonial que faz eco nas transitoriedades migrantes (Moreira, 2019, p. 113).

Para os senegaleses em diáspora, que não têm como participar da peregrinação no seu país, a data costuma ser celebrada como um dia de festa e exaltação de suas origens, com comidas típicas, danças e rezas. Os imigrantes fazem uma grande festa e convidam a população local com quem eles têm alguma relação de amizade ou profissional para participar, servindo almoço, bebidas e sobremesa de forma gratuita para os convidados. As comidas são feitas pelas próprias senegalesas e senegaleses no local. Em 2013, minha primeira ida a Caxias do Sul também ocorreu durante um *Magal*. Esse tipo de integração com a sociedade local, apresentando seus costumes e cultura, é algo que os senegaleses no Rio Grande do Sul valorizam muito.

Para o campo exploratório, o dia foi escolhido por ser uma data em que toda a comunidade, assim como apoiadores, estaria reunida em um só lugar. O convite me foi feito por uma pesquisadora caxiense que eu havia conhecido em 2013, quando estive na cidade, e mantive contato pelas redes sociais, conversando acerca do meu projeto de pesquisa. Ela me passou o endereço do local da festa – realizada no Clube Gaúcho – e eu fui de ônibus intermunicipal até a cidade realizar o campo exploratório, saindo de Porto Alegre. Na ocasião, graças à mediação desta pesquisadora, foi possível estreitar laços com outros pesquisadores que moram na cidade, assim como conhecer alguns imigrantes, tanto homens quanto mulheres.

³² A palavra *baraka* remete a um dom divino, benção, poder divino (Rossa, 2019).

Havia entre sete e 10 mulheres presentes na ocasião, em comparação com dezenas de homens, o que já chamou a minha atenção e mostrou, na prática, a realidade dos dados que pesquisas anteriores vêm mostrando a respeito desta população. Havia ainda a presença de pelo menos cinco crianças, todas as quais interagiam entre si em português, em contraste com os adultos, que falavam principalmente o *wolof*, idioma predominante no Senegal. Enquanto as mulheres ficaram principalmente na cozinha, os homens estavam mais no espaço público, e as crianças circulavam entre ambos os locais.

Em conversa com uma das lideranças da comunidade, chegou-se à estimativa de cerca de 20 mulheres senegalesas moradoras em Caxias do Sul naquele momento. Dados posteriormente levantados indicaram que 27 senegalesas obtiveram visto para residir na cidade gaúcha nos últimos cinco anos. Também em 2019, estabeleci contato com a Associação de Imigrantes Senegaleses em Porto Alegre a partir da página no Facebook e participei de uma reunião do grupo, para ter uma ideia da dinâmica da comunidade e estabelecer contatos. No entanto, os contatos com a Associação porto alegreense se mostraram mais difíceis do que os estabelecidos em Caxias do Sul, possivelmente pela falta de um mediador brasileiro que já tivesse a confiança da comunidade para me apresentar.

Na visita à Caxias do Sul, fui informada a respeito de encontros quinzenais realizados pelas mulheres senegalesas da cidade, que reunia entre 10 e 15 das imigrantes que lá vivem, na casa de uma delas, durante os quais elas tiveram a ideia de formar uma associação específica de mulheres senegalesas. A associação acabou não se concretizando formalmente, mas foi possível descobrir que havia encontros informais entre as senegalesas moradoras da cidade nos quais elas conversavam sobre suas vivências e demandas, o que poderia facilitar minha inserção no campo. Combinei com uma das lideranças de contatá-la no início de 2020 para acertar uma ida à cidade, na qual iria participar de uma dessas reuniões para conhecê-las melhor e convidá-las para a pesquisa. Isso seria realizado no final de março ou início de abril. A partir daí, o plano era ir à cidade conforme a demanda e disponibilidade das mulheres senegalesas que concordassem em participar da pesquisa para realizar as entrevistas.

Assim, a pesquisa foi organizada de forma a conter uma amostra intencional, ou seja, entrevistar aquelas pessoas que poderiam responder à pergunta de pesquisa: neste caso, mulheres senegalesas imigrantes moradoras de Caxias do Sul. Entendia-se também que algumas destas pessoas poderiam não querer ou não se sentir à vontade participando da pesquisa, e estimou-se inicialmente um número entre sete e 15 pessoas a serem entrevistadas, pensando na quantidade de mulheres senegalesas moradoras da cidade e contando com a possível falta de

interesse de algumas delas. Este número poderia vir a variar quando o campo fosse viabilizado. Por fim, foi possível realizar sete entrevistas, das quais três foram mais curtas por terem sido feitas em uma ocasião menos propícia.

4.2 RELATO DE CAMPO: A PESQUISA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O período de isolamento social necessário devido à pandemia do coronavírus teve início duas semanas antes da data que eu planejava realizar minha primeira ida a Caxias do Sul para entrevistar senegalesas. Devido ao início do isolamento, optei por não entrar em contato com as mulheres senegalesas para combinar a visita naquele momento, mas sim aguardar um período mais adequado, visto que a viagem ocorreria de ônibus intermunicipal e na época não se sabia muito sobre as medidas de cuidado adequadas além do distanciamento. Essa decisão foi tomada tanto pensando em minha própria segurança quanto na delas e na comunidade em geral, levando em conta também que Caxias do Sul foi afetada pela pandemia apenas algum tempo depois de Porto Alegre, onde resido. Inicialmente, pensava-se que o período de isolamento duraria poucos meses e logo seria possível voltar ao normal, o que, como se sabe, não se provou verdade nos meses seguintes.

A pandemia também mudou a rotina dos próprios imigrantes senegaleses, tanto em termos de emprego quanto no dia a dia, tendo em vista que a vida comunitária é de extrema importância para eles. O *Grand Magal de Touba* é realizado anualmente, mas há ainda outros momentos em que eles se reúnem para celebrar a cultura e, em Porto Alegre e Caxias do Sul, já foram realizados também eventos de integração entre a comunidade senegalesa e a população local, como um festival ocorrido na capital gaúcha em 2018 que promoveu a cultura e a gastronomia do país africano, e no qual eu também estive presente como observadora. Por isso, para os senegaleses, a pandemia foi especialmente complicada, pois não era mais possível se reunir em grandes grupos durante o período de isolamento.

Da mesma forma, como já observado anteriormente, as vendas ambulantes e os negócios próprios são algumas das principais fontes de renda dessa comunidade. Ou seja, com o isolamento, financeiramente a situação também se tornou complicada para eles, o que foi posteriormente confirmado em entrevistas durante a pesquisa de campo. Para a minha pesquisa, a pandemia também foi extremamente prejudicial, pois esses momentos de confraternização e reunião da comunidade seriam oportunidades fundamentais de se aproximar e criar laços com as migrantes. As reuniões entre as senegalesas que ocorriam em Caxias do Sul também

deixaram de acontecer, e como pesquisadora não senti que seria ético buscar me reunir com elas neste período. De forma *online*, a comunicação torna-se mais complicada, tendo em vista que eles se comunicam entre si na língua *wolof*, nativa do país, a qual eu não falo, e muitas não dominam inteiramente o português escrito, tendo aprendido o idioma apenas nas interações sociais, sem realizar aulas formais.

Diante da falta de perspectiva de quando seria possível me encontrar com as senegalesas, uma das alternativas encontradas para tentar agilizar o campo foi a realização de formulários online, feitos em português e francês. O questionário conteve perguntas acerca do tempo em que as imigrantes estão no Brasil, como é composta a sua família, os motivos pelos quais vieram, com o que trabalham e com quem vivem. Fazer o formulário chegar a senegalesas, porém, também se mostrou difícil. Mesmo acionando contatos do CAM de Caxias do Sul, da Associação de Senegaleses de Porto Alegre e pesquisadoras que eu conhecia anteriormente, foi possível contar com apenas quatro respostas. Isso porque, conforme foi observado também na pesquisa presencial de forma posterior, as imigrantes, mesmo que concordem em responder as questões, não se sentem confortáveis indicando outras senegalesas para participar. Ou seja, cada senegalesa para quem eu enviei diretamente o questionário por *WhatsApp* o respondeu, mas não o repassou para outras, como eu inicialmente acreditei que elas fariam. O plano inicial era conseguir indicações entre elas, realizando as entrevistas pelo método de bola de neve, porém, isso acabou não sendo possível. Tanto com os formulários quanto presencialmente, as mulheres me informaram que acreditavam que as outras senegalesas com quem elas mantinham contato mais próximo poderiam não querer ou não conseguir responder as perguntas – no caso da entrevista presencial, por falta de domínio do português.

Outra possibilidade considerada foi a realização das entrevistas a partir de chamadas de vídeo, o que também se mostrou bastante complicado. Como eu não havia conseguido ainda estabelecer um vínculo mais profundo com as senegalesas, combinar um horário para que elas, enquanto estivessem em casa com seus filhos, parassem seus afazeres domésticos para conversar com uma desconhecida por vídeo não era uma alternativa viável. A possibilidade foi mencionada para algumas das com quem eu dialoguei por *WhatsApp*, que confirmaram preferir que a conversa fosse feita de forma presencial ou, em alguns casos, não responderam sobre a possibilidade da conversa por vídeo. Concluí que o melhor caminho, pelo menos de forma inicial, era ir até elas para me apresentar pessoalmente e conversar de forma mais descontraída. O formato de responder um formulário para participar de uma pesquisa não interessava tanto

para elas quanto uma conversa partindo de uma pessoa brasileira que queria ouvir sobre as suas experiências.

4.2.1 A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Após adiar o campo em um ano devido à pandemia, em fevereiro de 2021 eu decidi que iria a Caxias do Sul, com a maior segurança possível: de carro, ficando hospedada em um apartamento, realizando as entrevistas ao ar livre e com uso de máscara facial. Em março de 2021 eu fui pela primeira vez à cidade, onde iniciei o trabalho de campo, conversando com três imigrantes senegalesas. A articulação para as entrevistas foi possível através de contato inicial com uma delas, que fala português fluente, a qual eu conheci em visita anteriormente mencionada à cidade, durante a *Grand Magal de Touba* de 2019. As primeiras entrevistas foram realizadas na Praça Dante Alighieri, ponto importante do centro de Caxias, alternativa escolhida para não encontrar as mulheres em ambiente fechado e por ser um local com o qual elas estão acostumadas – a maior parte dos senegaleses vive no Centro da cidade e muitos trabalham lá como vendedores ambulantes.

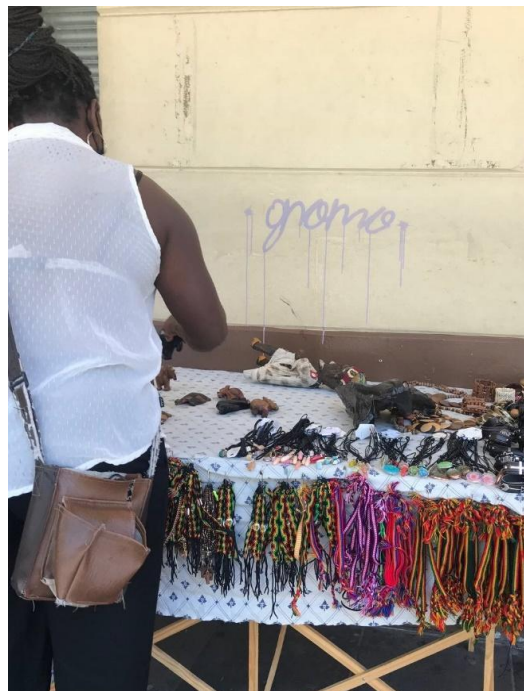
Em formulações iniciais, a pesquisa tinha como objetivo focar mais nos aspectos de gênero entre os senegaleses, ou seja, nas diferenças entre as experiências dos homens e das mulheres, assim como nos papéis de gênero dentro das famílias e da sociedade – quem cuidava da casa, quem exercia a paternidade/maternidade, se as mulheres trabalhavam, entre outras questões. No entanto, conforme a intimidade que se planejava ter com as interlocutoras não se mostrou possível, essas questões foram sendo deixadas de lado nas perguntas das entrevistas. Não parecia apropriado questionar alguém que eu mal conhecia sobre sua relação com o seu marido, ainda mais considerando que as senegalesas são bastante reservadas. Ao mesmo tempo, a partir da entrevista inicial, outras questões foram aparecendo que se tornaram mais interessantes, e o foco da pesquisa passou a ser efetivamente as formas como as experiências destas mulheres enquanto migrantes são moldadas pela sua posição social enquanto mulheres africanas, negras e imigrantes. Para investigar o problema e os objetivos propostos, as questões de diferenças de gêneros entre os senegaleses tornou-se menos relevante.

Nesta dissertação, todos os nomes das interlocutoras foram trocados. Entende-se que algumas das mulheres podem ser facilmente reconhecidas por quem conhece a comunidade senegalesa, e estas inclusive demonstraram tranquilidade com isso, concordando em serem

identificadas. Mesmo assim, optei por não usar seus nomes para que não houvessem situações diferentes dentre as entrevistadas.

A entrevista inicial foi realizada com a senegalesa Mariama, de 33 anos, que reside em Caxias do Sul desde 2015. Seu marido migrou sozinho em 2013, primeiramente para a Argentina, mas em poucos meses se mudou para Caxias do Sul. Dois anos depois, ela foi encontrá-lo, deixando o filho mais velho, do qual ela estava grávida quando ele migrou, no Senegal sob os cuidados de sua mãe e seu pai. Desde então, o casal teve mais um filho no Brasil, que atualmente tem 4 anos. A primeira criança tinha 1 ano e meio quando Mariama deixou o Senegal, e o casal já visitou o país uma vez desde que migraram. O marido dela é artista, já tendo realizado exposições no Brasil, e Mariama trabalha como vendedora ambulante comercializando principalmente objetos artísticos trazidos do Senegal, além de colares e pulseiras. Ela vende sempre em frente a uma loja específica, bem no Centro de Caxias do Sul. Em comparação ao ofício que realizava no Senegal, onde trabalhava em um banco, Mariama se sente desvalorizada em termos laborais, e demonstra vontade de revalidar seu diploma universitário em Administração e passar a trabalhar em uma instituição financeira também no Brasil.

Fotografia 1 – Mariama organizando produtos para venda



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora, março de 2021.

A outra entrevista foi feita com uma migrante que demonstrou comportamento mais reservado. Possivelmente por não ter sido estabelecido contato anterior, como havia sido feito com Mariama, que me foi apresentada meses antes, ela se mostrava mais desconfiada com meus objetivos. Diarra, de 29 anos, é solteira e veio sozinha para o Brasil, chegando a Caxias do Sul há dois anos. Ela trabalha numa fábrica de móveis local, a Sular, a qual emprega outros imigrantes senegaleses também. No mesmo dia, houve ainda outras duas mulheres com quem tentei contato. Uma delas tem 22 anos, é vendedora ambulante e respondeu apenas poucas perguntas, alegando não saber falar português. Já a quarta mulher, indicada por Mariama como sua amiga, no momento das entrevistas estava circulando pelo Centro para vender café aos outros comerciantes. Por isso, não foi possível conversar com ela no mesmo momento que com as outras, mas Mariama me disse que eu poderia encontrá-la se caminhasse pela região, o que decidi fazer. Quando a abordei, ela conversava com dois homens senegaleses que trabalhavam como ambulantes, e apontou para um deles quando eu perguntei se ela aceitaria conversar comigo. Ele então fez várias perguntas sobre a pesquisa e por fim disse que ela não poderia falar comigo por estar trabalhando naquele momento.

Pouco tempo depois das primeiras três entrevistas, entrei em contato com Abdoulat Ndiaye³³, imigrante senegalês que foi um dos primeiros a chegar a Caxias do Sul e com quem eu havia criado uma boa relação nas ocasiões anteriores em que estive na cidade. Proprietário de uma loja no centro de Caxias do Sul, ele me convidou para ir até o local e conversar com uma senegalesa que era próxima dele e que, antes da pandemia, administrava um restaurante na mesma galeria. A experiência se mostrou muito frutífera, tanto pela entrevista quanto pela dinâmica que foi possível observar na loja, que vende roupas africanas típicas e itens que se encontram também em comércios brasileiros em geral, como bonés, camisetas de times, relógios, tênis - muitos dos quais os senegaleses costumam vender nas ruas também. Mas o local também realiza envio de dinheiro e ligações para o exterior, motivo que faz com que tenha um grande fluxo de imigrantes senegaleses e haitianos. A dinâmica é semelhante à que Mejía e Scapin (2019, p. 144) observaram na loja de Mohamed, em Lajeado, e classificaram como um “espaço transnacional”, devido ao fato de que “nela são consolidadas dinâmicas de redes sociais através da mediação tecnológica, das quais participam as comunidades migrantes, familiares e amigos”.

³³ O nome de Abdoulat foi preservado pois ele foi um colaborador para a pesquisa, mas não foi ele próprio um sujeito da pesquisa.

A loja descrita por Mejía e Scapin (2019) em sua pesquisa também conta com um grande fluxo de imigrantes, que se sentem à vontade no local, assim como o comércio de produtos de diversas partes do mundo, venda de cartões de telefone internacionais e envio de remessas internacionais. A loja de Abdoulat, de forma semelhante, reúne senegaleses que buscam auxílio dele – e até mesmo pediram o meu, enquanto eu realizava a pesquisa, para escrever e entender documentos em português - e imigrantes haitianos que querem enviar dinheiro para suas famílias. As músicas escolhidas para trilha sonora do ambiente são senegalesas, as quais Abdoulat, conhecido como Billy, me apresentou com muito orgulho. Outra característica percebida no local foi a das formas como estes imigrantes se comunicam com diversas pessoas, em diversas mídias, ao mesmo tempo. Tanto Billy quanto a maioria dos clientes conversava comigo em português, entre eles em *wolof* e respondiam a áudios e mensagens de texto em *wolof* paralelamente. Billy ainda conversava em português com os clientes haitianos e trabalhava no computador ao mesmo tempo.

Fotografia 2 – A loja de Billy, com roupas típicas africanas sendo vendidas ao lado de tênis de marca



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora, março de 2021.

Foi neste contexto, então, que se realizou a terceira entrevista, com a senegalesa Khary, a qual até a pandemia era proprietária do restaurante ao lado da loja de Billy, que no momento estava fechado e ela não sabia se seria possível reabrir. Aos 35 anos, ela mora no Brasil há seis e veio com o marido, que agora está morando em outra cidade a trabalho. Khary permaneceu em Caxias do Sul com seus dois filhos, um de quatro anos e uma menina de dois e meio. Mesmo com o restaurante fechado, ela trabalha com comida, vendendo marmitas. Ao longo da entrevista, nos casos em que ela não entendia alguma pergunta – ela mencionou que o português era a parte mais difícil de morar no Brasil – Billy ajudava traduzindo. Ou, quando ela queria dizer algo que não sabia expressar, falava para ele em *wolof* e ele me dizia em português. Billy, que chegou na cidade da Serra gaúcha há 13 anos, foi o fundador da Associação de Senegaleses de Caxias do Sul. Referência na comunidade, é conhecido por todos os imigrantes, que confiam nele e no seu trabalho. Por isso, tê-lo como mediador do encontro com Khary fez com que ela rapidamente confiasse em mim, diferenciando-se de outras experiências com interlocutoras senegalesas às quais cheguei por outras formas.

De março a maio, a situação da pandemia atingiu seu pico de mortes e casos, novamente fazendo com que fosse necessário um isolamento social mais restrito, inclusive a partir dos decretos estaduais e municipais que assim determinavam. Por isso, a quinta entrevista foi realizada apenas em maio, após contato direto com a interlocutora, cujo telefone me foi passado pelo Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul. Arame, de 36 anos, relatou ter sido a primeira mulher senegalesa a chegar à cidade, há nove anos. Ela é também a mais estabelecida em termos profissionais de todas as com quem conversei: é proprietária de um salão de beleza e barbearia, juntamente com seu irmão. Ele é responsável pelos cabelos masculinos enquanto ela é trancista, lidando principalmente com cabelos de mulheres negras brasileiras. A entrevista foi realizada no próprio espaço do salão, também no Centro de Caxias do Sul, e foi iniciada enquanto ela terminava um penteado em uma cliente fiel, que relatou ter descoberto os serviços de Arame há três anos e que, anteriormente, não conhecia um espaço para cabelos afro na cidade.

A situação de Arame é distinta das outras também por seu marido ter retornado ao Senegal e ela ter permanecido no Brasil. Assim como a maioria das outras senegalesas, ela veio ao país após ele, quando este já havia se estabelecido, e também deixou um filho no país de origem num primeiro momento. Agora, o menino de 9 anos vive com ela, assim como o segundo filho, de 7. Ambos falam português perfeitamente e estudam, um deles em uma escola particular com uma bolsa de estudos e o outro em escola pública. Antes de começar a atuar como trancista,

Arame fez curso de padaria e confeitaria e trabalhou com isso no Brasil. No Senegal, ela é formada em Administração e inicialmente pretendia trabalhar na área aqui também, o que se mostrou complicado na prática pela falta de oportunidades que ela encontrou.

Pela fluência dela em português, consegui manter um contato mais próximo com Arame pelo *WhatsApp*. Ela me informou sobre a realização do *Grand Magal de Touba* deste ano, no final de setembro. Mesmo que a pesquisa já estivesse mais avançada naquele momento, achei que seria frutífero participar, e a experiência se mostrou bastante rica. Na ocasião, foi possível constatar de perto a hospitalidade dos senegaleses, que eu já havia percebido nos eventos anteriores, mas ficou ainda mais evidente nesta oportunidade em que eu não fui acompanhada de outros brasileiros. Assim que eu cheguei ao local, um salão alugado pela comunidade, imediatamente um prato de comida me foi oferecido, e durante o evento também havia frutas, bebidas (não alcoólicas) à vontade e, de sobremesa, sorvete.

A partir da ajuda de Mariama, que encontrei no local e me levou até a mesa onde estavam sentadas cerca de cinco senegalesas, foi possível conversar com mais três delas. Inicialmente, elas se mostraram tímidas e uma apontava para a outra dizendo “entrevista ela, eu não sei português”, não chegando a um consenso. Após alguns minutos em que aguardei na mesa, Coudou se ofereceu para falar comigo. A interação referente a seu filho, um menino de dois anos, foi facilitadora para que ela decidisse ser entrevistada. Naturalmente, o ambiente do *Magal* não foi o ideal para a realização das entrevistas, visto que era uma festa com toda a comunidade. Mesmo que as conversas não tenham sido ouvidas por terceiros, ainda assim é mais difícil estabelecer uma conexão mais pessoal sem estar num ambiente reservado, motivo pelo qual estas três entrevistas finais foram mais curtas.

Coudou tem 33 anos e vive em Caxias do Sul há dois, trabalhando como trancista e cabeleireira, assim como Arame. Ela, porém, não tem negócio próprio, mas trabalha em um salão da cidade. Coudou veio para o Brasil com o marido e sua filha, que atualmente tem oito anos, e o filho mais novo nasceu aqui. Após conversar com ela, outras mulheres se mostraram mais abertas a participar. Mame, de 30 anos, está no país há quatro e veio com o marido, mas ainda não tem filhos. Ela trabalha em uma fábrica de móveis como marceneira, que não é a mesma onde Diarra trabalha, e demonstrou vontade de voltar para o Senegal. Absa, de 33 anos, falou comigo em seguida. Vendedora, ela vive no Brasil há quatro anos e tem um filho de três. O menino era uma das crianças que corria e brincava por todo o salão onde aconteceu o *Magal*.

A tabela abaixo foi elaborada com as informações básicas de cada interlocutora, para facilitar o entendimento e identificação de suas características básicas, na ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas:

Quadro 1 – Síntese dos perfis das entrevistadas

Nome	Idade	Tempo no Brasil	Profissão	Família no Brasil	Filhos
Mariama	33	6 anos	Vendedora ambulante	Marido e filhos	Um de 7 anos, no Senegal, e um de 5, no Brasil
Diarra	29	2 anos	Marceneira	Sozinha	Não
Khary	35	6 anos	Proprietária de restaurante/cozinheira	Marido e filhos	Dois (2 e 4 anos) no Brasil, uma de 10 no Senegal
Arame	36	9 anos	Proprietária de salão/trancista	Irmão e filhos	Dois (9 e 7 anos), no Brasil
Coudou	32	2 anos	Trancista/cabeleireira	Marido e filhos	Dois (8 anos e 1 ano), no Brasil
Mame	30	4 anos	Marceneira	Marido	Não
Absa	33	4 anos	Vendedora	Marido e filho	Um, de 3 anos, no Brasil

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora com base nos dados coletados em entrevistas.

Outra senegalesa que estava no *Magal* se mostrou receptiva, me relatando ter 42 anos e morar no Brasil há quase três. O caso me chamou atenção pois ela, mais velha que a média de migrantes senegaleses que chega no país, deixou sete filhos no Senegal, com idades variando entre 27 e 10 anos. O mais novo ficou sob a tutela dos irmãos. No entanto, devido a limitações linguísticas, por eu não falar *wolof* e ela não conseguir se expressar em português, não foi possível estabelecer um diálogo mais frutífero, sendo necessária a ajuda de um senegalês que estava na mesma mesa para trocar algumas palavras.

Na ocasião do *Grand Magal de Touba*, chamou a atenção também que as crianças, especialmente os menores, muitas vezes eram cuidados por pessoas que não os seus pais, demonstrando o senso de comunidade na criação dos filhos por parte dos senegaleses. Esse papel era desempenhado tanto por homens quanto mulheres. As próprias crianças senegalesas demonstraram ser muito sociáveis, facilmente ficando no colo de qualquer pessoa, incluindo convidados brasileiros. Até mesmo eu acabei cuidando de uma menina, mas a mãe dela não conseguiu conversar comigo, também por barreiras linguísticas. Já os pequenos falavam entre si em português e brincavam com algumas crianças brasileiras. A comida foi feita no local

principalmente por mulheres, mas eram homens que cumpriam a função de servir nas mesas e depois recolher os pratos e lixos. A maioria dos migrantes usavam roupas de festa, as mulheres com vestidos compridos e rebuscados, os homens com roupas típicas.

Fotografia 3 – Mulheres senegalesas durante o *Grand Magal de Touba*



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora, setembro de 2021.

Para realizar a análise, as respostas às entrevistas foram transformadas em categorias, as quais então foram agrupadas até chegarmos nas dimensões da observação, que são as quatro principais dimensões trazidas nas experiências migratórias das mulheres senegalesas: familiar, laboral, social e cultural. A tabela abaixo expõe de que forma as experiências migratórias das senegalesas podem ser entendidas em dimensões, as quais podem ser traduzidas nos indicadores observados nas entrevistas:

Quadro 2 – As dimensões de análise e indicadores

Conceito	Dimensões	Indicadores
Experiências Migratórias	Familiar	Papel da família na migração; Diferenças entre gerações de migrantes; Diferenças de gênero na migração de homens e mulheres;
	Laboral	Racismo e xenofobia enfrentados ao procurar trabalho; Frustração com as possibilidades de emprego e renda; Dificuldades para enviar dinheiro para a família; Diferenças de trabalho entre homens e mulheres senegaleses;
	Social	Fluência na língua portuguesa; Contato com população local; Sentimento de “solidão”; Experiências de racismo e xenofobia em geral;
	Cultural	Diferenças entre a sociedade senegalesa e brasileira; Vestimentas senegalesas e brasileiras; Sentimento de pertencimento à sociedade de Caxias; Festividades da cultura senegalesa na diáspora.

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora com base nos dados coletados.

Inicialmente, tinha-se como objetivo analisar de forma mais aprofundada também as questões referentes à pré-migração, para pensar nas relações de gênero no Senegal e entre os senegaleses. No entanto, quando a pesquisa de campo começou a ser realizada, pude perceber que, para abordar questões mais íntimas, como a relação entre os casais e os papéis de gênero na sociedade de origem, seria necessário um nível de intimidade com as interlocutoras que dificilmente seria obtido em tempo hábil ao longo da pesquisa, em especial a partir das dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus para o campo. A partir do quadro elaborado, será verificado como os atravessamentos de gênero, raça e nacionalidade, de forma interseccional, atravessam as experiências migratórias das mulheres senegalesas entrevistadas, residentes em Caxias do Sul.

4.3 “É UMA CULTURA, O MARIDO TÁ LÁ, TU VAI LÁ”: QUESTÕES DE GÊNERO E FAMÍLIA

Das 109 mulheres senegalesas que obtiveram visto para residir no Rio Grande do Sul entre 2016 e 2020, 40 regularizaram sua situação migratória por vistos de reunião familiar (entre 2018 e 2020, pois anteriormente não havia essa especificação no registro dos dados) e mais 70 constam no registro como sendo casadas. Estes dados, já explanados no capítulo anterior, reiteram o caráter da migração feminina como posterior à masculina, como mencionado. Como apontam Assis e Kosminsky (2007, p. 695), a migração internacional em geral foi

historicamente tratada como um fenômeno masculino. No caso da migração senegalesa, composta majoritariamente por homens, isso segue sendo realidade, mesmo que essa migração ocorra no século XXI. Isso, no entanto, não indica que as mulheres têm menos autonomia ou que suas trajetórias são secundárias em relação às de seus maridos. As diferentes regras, costumes e deveres associados a homens e mulheres, porém, fazem com que as experiências destes dois grupos sejam distintas nos diversos aspectos, incluindo a migração. Para pensar nas questões de gênero em termos migratórios, faremos uma breve recapitulação sobre o assunto nas ciências sociais.

As questões de gênero passaram a ser estudadas como categoria analítica dentro das ciências sociais no século XX (Scott, 1995) e desde então a temática vem se consolidando como um emergente campo de estudo, perpassando diversos outros assuntos relacionados às sociedades humanas. Em um texto já clássico para se pensar em gênero enquanto parte relevante de estudos teóricos, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995), Joan Scott menciona que para responder a questões referentes às diferenças atribuídas a homens e mulheres no mundo moderno é preciso prestar “atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado de experiência” (Scott, 1995, p. 82).

A autora define gênero de duas formas: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. A autora utiliza a definição foucaultiana de poder, “entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais” (Scott, 1995, p. 86). Neste sentido, Louro (1995), ao interpretar o texto de Scott, complementa:

Scott lembra que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes - e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder, o que vai significar que o gênero está implicado na concepção e na construção do poder. (Louro, 1995, p. 106).

Scott utiliza-se também da abordagem lacaniana relativa às diferenças de gênero referentes ao falo, o qual deve ser entendido de maneira metafórica, para se pensar que a “imposição de regras de interação social é inerente e especificamente gentrificada [...]. Mas a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável.” (Scott, 1995, p. 82). Louro (1995, p. 107) destaca ainda que, segundo a autora, as

próprias concepções de gênero podem ser “reorganizadas” ou “revisadas” a partir de certas transformações, que podem vir a “revisar os termos” sob os quais os gêneros estão inseridos, ou, ao contrário, servir para reafirmar as mesmas disposições sobre eles (Louro, 1995, p 160).

Nesta linha, Connell e Pearse (2015, p. 39) defendem que não é possível pensar o “ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza”, mas sim que estas posições são construídas tanto social quanto pessoalmente, dentro da ordem de gênero, a qual é constantemente produzida e reproduzida.

A manutenção dos padrões amplamente difundidos entre relações sociais é o que a teoria social chama de 'estrutura'. Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão (Connell e Pearse, 2015, p. 47).

Enquanto Connell e Pearse definem gênero como uma “estrutura social”, outra grande pensadora do tema, Judith Butler (1990), apresenta o conceito de gênero como uma performance, ou seja, a própria construção daquilo que ele supõe ser. “Neste sentido, gênero é sempre algo que é feito, embora não seja algo que é feito por alguém que existe antes de fazê-lo”, define (Butler, 1990, p. 34, tradução nossa). Ou seja, para Butler, a própria performatividade do gênero é a expressão primeira deste, não há uma identidade pré-formada por trás destas expressões geralmente tomadas como o resultado do gênero. Por não haver uma essência de gênero, ela define que gênero é uma construção sustentada por um “acordo coletivo de se performar, produzir e sustentar”, de forma discreta, gênero como uma ficção cultural (Butler, 1990, p. 190, tradução nossa).

No caso dos migrantes senegaleses, algumas questões referentes à estrutura de gênero foram possíveis de serem observadas, a iniciar pelo fato mencionado da maioria das mulheres migrarem após os homens, o que expõe as diferenças de gênero na migração de homens e mulheres. No entanto, ao contrário do que eu esperava devido a experiências anteriores, os maridos das senegalesas com quem eu conversei no *Grand Magal de Touba* não apareceram durante as entrevistas e nem ao menos tomaram conhecimento de que elas estavam conversando comigo. Antes de iniciar a pesquisa de campo, pesquisadoras com experiências anteriores com a comunidade senegalesa me aconselharam inclusive a buscar falar com os homens antes de com as mulheres, mas a experiência do campo acabou mostrando maior facilidade para abordar as mulheres sem a presença deles. Ou seja, o estereótipo de que as mulheres senegalesas precisam de algum aval masculino para serem entrevistadas não se mostrou realidade na maior

parte dos casos, embora tenha havido uma situação específica em que isso atrapalhou a entrevista, já citada no capítulo anterior.

A ideia de que as mulheres senegalesas acompanham seus maridos pode ser exemplificada pela fala da senegalesa Mariama, que consta no título deste subcapítulo. Indagada sobre se ela teve suporte dos pais e irmãos para tomar a decisão de migrar, ela explicou que a mãe a ajudou financeiramente e que, para a família, era natural que ela migrasse também. “É uma cultura, é uma ideia que tem lá. Se o marido tá lá, tu vai lá. Então, eu decidi vir aqui acompanhar ele” (informação verbal³⁴). No entanto, há mulheres senegalesas que rompem com essa expectativa, ao migrarem sozinhas ou reconfigurando os papéis de gênero que são esperados com a migração. Esses dois exemplos foram observados no caso de Diarra, que veio sozinha para o Brasil, e Arame, que segue em Caxias do Sul com os filhos após seu marido ter voltado para o Senegal, quatro anos atrás. Diarra demonstrou tranquilidade sobre ter vindo sozinha e afirmou que a família a incentivou a vir, mesmo sem conhecer ninguém no país ao chegar. Sobre se pretende casar, afirmou que “agora não pensa” nisso. “Brasileiro adora casar, namorar. Não tenho namorado agora e não precisa agora” (informação verbal³⁵). A ideia de que o casamento é algo que “brasileiros adoram” também chama a atenção, considerando que a maioria das próprias senegalesas que estão aqui são casadas. Pode-se observar, então, que as mulheres senegalesas migrantes, conforme já apontavam Gonçalves (2019, p. 198) “romperam com os limites traçados pelo local”. Ao viver no exterior, as autoras apontam que elas negociam “esse novo modo de participação nas decisões familiares e comunitárias que são tomadas em conjunto com os homens”³⁶.

Já Arame, embora tenha relatado que veio depois do marido (“Meu marido foi primeiro, daí eu falei ‘ele já foi, então eu vou junto, vou atrás’”), contou com tranquilidade que ele havia retornado ao Senegal quatro anos atrás e ela permaneceu em Caxias do Sul com os dois filhos, um nascido na cidade e o outro no país de origem, que veio algum tempo depois dela.

Eu vou voltar pra visitar, mas depois eu volto [para o Brasil]. Aqui não é fácil de morar não, mas eu tenho que pensar bem na minha volta com as crianças. No começo, minha família estranhou, mas depois não. A maioria me fala: ‘como tu tem coragem de ficar aí sozinha?’ (informação verbal³⁷).

³⁴ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem, p. 197.

³⁷ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

Essa fala indica que, para ela, o bem-estar dos filhos, acostumados com o Brasil, é mais importante do que seguir o estereótipo de esposa que deve estar ao lado do marido. Ou seja, as mulheres senegalesas, mesmo que em certa medida cumpram papéis de gênero pré-estabelecidos socialmente, também têm espaço para alterá-los e até mesmo rompê-los. A questão das diferenças entre as vivências das mulheres e seus filhos será abordada a seguir.

4.3.1 QUESTÕES GERACIONAIS NAS MIGRAÇÕES DE MULHERES SENEGALESAS

Todas as mulheres entrevistadas que têm filhos que cresceram no Brasil mencionaram que as crianças são “plenamente brasileiras”. Pela fala de Arame, fica implícito que, para as crianças, que têm nove e sete anos, Caxias do Sul é seu lar. A relação e a própria noção de lar, assim, é diferente para as mulheres senegalesas e para seus filhos, os quais passaram a maior parte da vida – ou a vida inteira até agora – no Brasil. Para elas, esse pertencimento ao Brasil é representado pelo fato de os filhos falarem português fluentemente, melhor do que elas próprias, na sua avaliação.

Ele nasceu aqui e não conhece lá ainda. Mas eles falam as duas línguas. (Arame, 36 anos, informação verbal³⁸).

Ele fala o português direitinho. O meu idioma ele fala pouco, o português dominou. Ele passa o dia inteiro como brasileiro. Ele se acha brasileiro, e é mesmo brasileiro, gaúcho (Mariama, 33 anos, informação verbal³⁹).

Criança fala bem o português. Eles falam *wolof*, português e inglês (Khary, 35 anos, informação verbal⁴⁰).

Dentre essas três mulheres com filhos entrevistadas, a relação destes com a língua materna do Senegal é diferente, mas todas associam o pertencimento a um país com a questão da língua falada. Essas falas expõem as diferenças entre gerações de migrantes. Em sua pesquisa com imigrantes filipinos nos Estados Unidos, Espiritu (2003, p. 194-195) constatou que, mesmo que a comunidade mantivesse diversos traços culturais das Filipinas, grande parte das crianças que cresceram nos EUA falavam apenas inglês, abdicando das línguas de seus pais. Em muitos casos, os próprios pais acabavam permitindo que elas fossem mais adaptadas ao inglês para evitar que sofressem preconceitos por falarem com sotaque ou terem dificuldade para serem alfabetizadas no idioma do país. No caso das crianças filhas de senegalesas, ainda que algumas vezes as mães tenham relatado que falam *wolof*, foi possível observar que as crianças

³⁸ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

conversam em português entre si, mesmo quando estão apenas entre outros senegaleses e descendentes. Por ainda não haver um número significativo de filhos de senegaleses adultos nascidos e/ou criados no Brasil, é difícil prever de que forma essas crianças irão se sentir em casa ou se sentir estrangeiras no país.

A senegalesa Absa, de 33 anos, associa o pertencimento à cidade de Caxias do Sul ao fato de ser onde seu filho de três anos nasceu. Ela chegou com o marido há quatro anos e avalia voltar para o Senegal apenas para visitar, passar “uns três meses” e voltar. Absa foi uma das senegalesas que mais demonstrou empolgação com a possibilidade de permanecer no Brasil, explicando com animação que já entende bem o português e, conforme aprende, a situação dela no país melhora. Ela, assim como as outras migrantes, também demonstrou que o fato do filho falar português está relacionado a esse pertencimento ao país:

Ele vai à escola, faz tudo. Acho que vou no Senegal ficar tempo lá, mas aqui vai trabalhar. Lá vai visitar família, fica lá uns três meses e vai voltar. Eu gosto de Brasil, eu tenho aqui filho brasileiro. Ele vai pra escola, fala português, entende português e só entende pouco da minha língua⁴¹ (informação verbal⁴²).

Absa vive com o marido e o filho e trabalha como vendedora. Ela demonstrou também vontade de expandir a família, dizendo que quando o filho tiver cinco anos, gostaria de uma menina. Ao mesmo tempo, avalia que as condições econômicas atuais do casal não permitiriam mais uma criança no momento. “Outro [filho] vai esperar um pouco, ter aqui bastante filho vai gastar muito. Roupa pra criança, fralda, leite muito caro” (informação verbal⁴³), colocou. O pequeno filho de Absa brincava correndo com crianças brasileiras e senegalesas durante o *Grand Magal de Touba*, onde a entrevista foi realizada. Da mesma forma, a filha de Coudou também socializava com facilidade com as outras crianças, conversando em português. A menina de oito anos é nascida no Senegal e veio para o Brasil há apenas dois anos, com os pais. Coudou também tem um filho menor, de pouco mais de um ano, já nascido no Brasil. Ambos vão para a escola e têm amigos brasileiros, segundo a mãe.

Dentre as interlocutoras da pesquisa, há ainda dois casos de mulheres entrevistadas que deixaram um de seus filhos no Senegal ao migrar, o que aumenta a responsabilidade de enviar

⁴¹ Foi mantida, dentro do possível, a forma de falar das senegalesas ao citá-las, mesmo quando havia erros de português. Entende-se que esse aspecto da comunicação também é significativo para a pesquisa. Observa-se que grande parte dos erros é com o gênero das palavras, colocando no feminino palavras que são masculinas e vice-versa. Isso, inclusive, tornou difícil saber o gênero dos filhos delas em algumas ocasiões. Em certos momentos, elas poderiam dizer “tenho uma menina” e depois se referir ao mesmo filho no masculino.

⁴² Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁴³ Ibidem.

dinheiro para o país. Estes filhos que cresceram no Senegal terão experiências necessariamente distintas de seus irmãos nascidos e criados no Brasil. Mariama tem um filho de sete anos no Senegal e um de cinco no Brasil, enquanto Khary tem uma filha de dez anos no Senegal e dois mais novos no Brasil. Mariama demonstra que trazer a criança é sua principal prioridade:

Eu vim quando ele tinha um ano e seis meses... Ele nasceu em novembro de 2013, com um ano e seis meses eu consegui vir, mas não consegui trazer ele. Até agora estou batalhando para conseguir trazer ele por causa do visto lá no Senegal, é muito difícil. Ele ficou com a minha mãe e meus irmãos. [Trazer ele] é o mais importante. Tentei muitas vezes o visto, mas não consegui. Tô tentando até agora (Mariama, 33 anos, informação verbal⁴⁴).

Já Khary, que se comunicava com mais dificuldade em português, respondeu tristemente que, devido à falta de dinheiro, agora seria impossível trazer a filha mais velha. O fato de terem deixado um filho no país por vezes demonstra o caráter provisório da migração, ou seja, a intenção de retornar ao país de origem, como se a migração fosse um projeto que ocorreria num período limitado. Dentre a comunidade senegalesa em Caxias do Sul, há relatos de que muitas pessoas já voltaram ou foram para outras cidades e países, mas não foram encontrados dados para corroborar essas afirmações. Sayad (1998, p. 45), sobre as características fundamentais do processo imigratório, fala desse paradoxo da provisoriedade, apontando que por vezes “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”.

Ainda, também é possível observar o caráter transnacional dessa migração, no momento em que elas mantêm laços extremamente próximos com seus familiares que ficaram no país de origem, o que é facilmente perceptível na convivência com as migrantes, que estão de forma constante falando no celular, enviando mensagens e áudios em grupos e conversas individuais com familiares e amigos. O fato de terem deixado filhos no país e de enviarem dinheiro para sustentar estes filhos e outros parentes também revela que suas próprias famílias são transnacionais, em consonância também com o que apontava Sayad (1998) ao referir-se à “vida dupla” daqueles que migram.

As mulheres entrevistadas têm vontades distintas em relação a retornar ao Senegal ou permanecer no Brasil. Três delas (Binctu, Khary e Mame) demonstraram vontade de ir embora caso tivessem chance, ideias que são explicitadas em suas falas:

⁴⁴Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

Se fosse o que eu desejo, amanhã eu volto para o Senegal. Porque tem minha mãe, minha família, minha vida. O lugar que tu nasceu, tu não esquece, tu não quer sair. Um dia eu pretendo voltar, ficar com a minha família, é melhor para mim. Eu não vou sofrer tanto. Viemos pelo emprego, porque lá muitas pessoas são desempregadas (Mariama, 33 anos, informação verbal⁴⁵).

Eu penso em voltar pra lá, eu queria ir lá. Gosto daqui, mas já fiquei quatro anos, já tá bom. Saudade minha família (Mame, 30 anos, informação verbal⁴⁶).

Pra sempre ficar no Brasil? Não. Agora Brasil muito difícil, muito trabalho e não ganha dinheiro nada. O dinheiro do Brasil muito baixo, não dá nada (Khary, 35 anos, informação verbal⁴⁷).

Nota-se que a saudade da família e a falta de oportunidades financeiras no Brasil são os motivos mais citados, fatores que demonstram a frustração com as possibilidades de emprego e renda e as dificuldades para enviar dinheiro para a família. Khary, que citou as razões econômicas, pensa em ir para a Europa, enquanto Mariama e Mame querem voltar ao Senegal. Já outras três (Diarra, Absa e Coudou) responderam, de forma mais direta, que querem ficar no país, enquanto Arame, cujo marido já retornou, disse que precisa “pensar bem para voltar com os filhos” (informação verbal⁴⁸), demonstrando que o fato de eles terem crescido no Brasil pesa para essa decisão. Ela chegou a Caxias do Sul há oito anos e as crianças têm nove e sete, ou seja, viveram toda sua vida no país de destino, como mencionado anteriormente.

Alguns aspectos dos depoimentos das senegalesas sobre as relações com os filhos remetem ao que aponta Batalha (2008, p. 27) sobre a migração cabo-verdiana para Portugal, que descreve a situação como um “limbo social”, em que “por um lado, não se identificaram com o mundo dos pais, mas, por outro, também não ganharam um espaço social satisfatório na sociedade portuguesa pós-colonial”. Essa questão está relacionada com o que falaremos a seguir, que associa o fato dessas migrantes e seus filhos serem pessoas negras vivendo em uma cidade predominantemente branca, e os desdobramentos que isso tem para suas experiências enquanto migrantes.

4.4 “PARECIA QUE SAÍ DO MATO DIRETO PRA CÁ”: RACISMO, XENOFOBIA E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE LOCAL

Caxias do Sul, segundo maior município do Rio Grande do Sul, é uma cidade com a população predominantemente branca, com uma ligação histórica muito forte à colonização italiana. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais recentes são

⁴⁵ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

de 2010, então há uma defasagem de informações neste sentido, mas o último censo apontou que 82,8% da população se declarava branca; 3,31% negra; 13,36% parda; 0,41% amarela; e 0,11% indígena. Esse é o cenário étnico e racial que os primeiros senegaleses que chegaram ao município encontraram, o que dialoga diretamente com a fala de Arame colocada como título deste subcapítulo. Atualmente, com a comunidade senegalesa já consolidada na cidade, ela aponta que a sensação de estranhamento por parte da população caxiense diminuiu. Mesmo assim, ainda há casos de racismo, relatados por praticamente todas as entrevistadas. E mesmo quando não há expressões diretas de preconceito, é possível perceber por parte da população que há uma “estrangeiridade” colocada nos senegaleses.

Como aponta Kilomba (2019, p. 113), as pessoas que são consideradas “diferentes” são aquelas que “permanecem perpetuamente incompatíveis com a nação; elas e eles nunca podem pertencer, de fato”. Almeida (2019, p. 109), por outro lado, aponta que, ao contrário da Europa, onde o racismo é associado à condição de imigrante, no Brasil, devido às particularidades da colonização, o fato de ser imigrante não cumpre um papel inicial para o racismo, “mas, sim, o pertencimento a um grupo étnico ou minoria – ainda que demograficamente a maioria –, mesmo sendo os membros destes grupos institucionalmente reconhecidos como nacionais”. Em uma cidade principalmente branca e com pouca presença de pessoas negras retintas, porém, essas duas características se misturam. Ou seja, em Caxias do Sul, ser negro e ser africano ou haitiano muitas vezes acabam sendo características que se conectam, na visão da população local.

As senegalesas entrevistadas, para minha surpresa, usaram diretamente a palavra “racismo” para descrever os episódios dessa discriminação pela qual passaram. Em experiências anteriores com homens senegaleses, percebi que havia receio em classificar atitudes de brasileiros dessa forma. Arame descreve episódios de racismo pelos quais passou em Caxias do Sul:

Antigamente me doía. No começo eu chorava bastante. Quando eu cheguei, eu chorava. Teve um dia que sentei num lugar para esperar ônibus, a mulher parou na minha frente e disse que era pra eu levantar porque ela queria sentar. Eu falei que não, que ela podia sentar lá atrás. E ela ficou me olhando. Isso faz tempo, foi em 2013. Agora as coisas mudaram, quando eu cheguei aqui as pessoas olhavam, parecia que saí do mato direto pra cá. Não acostumadas. Agora não senti mais isso. As coisas de racismo nunca senti na minha vida, só aqui. Lá no Senegal não tem isso, é todo mundo igual (informação verbal⁴⁹).

⁴⁹ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

Chama a atenção também ela descrever que no Senegal “não tem isso”, pois todos são iguais. Ou seja, percebe-se que o racismo é algo que faz parte intrinsecamente da experiência delas como imigrantes, e não esteve presente durante toda sua vida. Como coloca Pereira (2019, p. 40), esse “descobrir-se negra” por parte das migrantes está mais relacionado à experimentação do racismo do que ao caráter de “ser negra” por si próprio. Isso difere as experiências das mulheres senegalesas daquelas das mulheres negras brasileiras, que vivenciaram o racismo da sociedade desde crianças. Mesmo assim, uma vez estando no Brasil, elas enfrentam situações semelhantes, com o agravante da xenofobia. Khary também relatou um caso específico de racismo e xenofobia pelo qual vem passando com seus filhos, no prédio onde moram:

Teve caso muito complicado com a mulher do condomínio. Todo mês reclama, todo mês é multa, de 70, 80 reais, ela não gosta de criança. Disse que faz muito barulho. Mas agora criança não tá na escola, criança faz barulho. Ela não gosta. Ano passado tinha outra casa, aí mulher gosta de criança, todo dia presente. [Mas a vizinha atual] outra noite ela batia de vassoura. Muito racismo. Todo mês foi na imobiliária reclamar. Não gosta de Senegal no prédio (informação verbal⁵⁰).

Percebe-se no depoimento de Khary que o racismo e a xenofobia estão relacionados na interpretação dela do episódio de discriminação. Os casos descritos por Arame e Khary demonstram uma ideia de inferiorização, ou seja, elas não são vistas plenamente como sujeitas, mas sim como “Outras” pelas duas mulheres que cometeram os atos discriminatórios. Neste sentido, Santos (2020), a partir de Simmel (2005), aponta que, em determinadas situações, aos “estrangeiros” também é negada a individualidade, ou seja, “já não são indivíduos autodeterminados que estão em questão, mas sim generalizações que frequentemente acentuam negativamente uma dimensão da diferença cultural”. Já Diehl (2017, p. 71), baseando-se nas definições de Elias e Scotson (2000) de estabelecidos e *outsiders*, aponta que

a estigmatização torna-se um símbolo utilizado pelos estabelecidos para manterem os *outsiders* em seus respectivos lugares, ou melhor, onde os estabelecidos consideram que os *outsiders* devam ficar”, colocando-se a si mesmos como “naturalmente superiores (Elias e Scotson, 2000 *apud* Diehl, 2017, p. 71).

Mesmo as senegalesas que mais relataram ter amizades e boas relações com brasileiros descreveram ter passado por episódios explícitos de racismo. Mariama relatou um caso

⁵⁰ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

específico que a marcou, quando havia chegado no Brasil há pouco tempo. Questionada sobre se já havia sofrido preconceito, ela respondeu:

Várias vezes. Muitas vezes. Mas faz parte da vida, a gente já se preparou para isso mesmo. Mas já sente muitas vezes. Eu já consegui um emprego num posto de gasolina e tinha uma colega que a gente tava no caixa junto, mas ela não me aceitava. Fiquei um mês e eu saí de lá, ela fala muitas coisas erradas. Até que um dia eu chorei e disse ‘isso eu não mereço’, e saí. Então isso a gente já passou (informação verbal⁵¹).

A dificuldade de se expressar na mesma língua que é falada pelas pessoas que cometem os casos de racismo também pode acrescentar gravidade a esta opressão. Assis, Ribeiro e Fernandes (2016, p. 445-446) destacam que, nos casos de racismo contra migrantes, “a falta de domínio da língua pode se tornar uma ferramenta de opressão diante da qual o outro sequer pode se defender, capaz não apenas de subalternizar os diferentes, mas também de inferiorizá-los”. Mas os depoimentos das interlocutoras demonstram também uma não-conformidade por parte delas em relação aos atos de racismo que sofreram. Ou seja, elas ativamente respondem ou reagem a estes acontecimentos, não apenas aceitando o ocorrido por estarem em outro país ou por falta do domínio da língua. Ao mesmo tempo, elas fazem a ressalva de que os episódios não representam a maioria da população que conhecem em Caxias do Sul. “Pouca gente que é racista, um pouco racista. Passei por racismo. Mas é muito bom para viver” (informação verbal⁵²), colocou Coudou.

4.4.1 RACISMO E MERCADO DE TRABALHO

A maioria das mulheres senegalesas entrevistadas relatou que trabalhava em outra área no seu país de origem, em alguns casos com diploma de ensino superior, e demonstraram que preferiram ter outro ofício no Brasil, mas não conseguiram se inserir no mercado. Arame relatou ter procurado um emprego como secretária, profissão que exercia no Senegal, mas por fim ter se resignado em fazer um curso de padaria e confeitaria. “Era difícil, eu saía todo dia procurando emprego, volta pra casa e fica chorando. Porque eu queria ser secretária, mas depois pensei bem e mudei, peguei o trabalho que tem” (informação verbal⁵³), afirmou. Em geral, a maioria dos senegaleses no Rio Grande do Sul está em empregos que não têm salários altos ou passam para a informalidade (Guilherme, 2017). Como aponta Almeida (2019), o racismo faz com que a

⁵¹ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁵² Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁵³ Ibidem.

inserção de pessoas negras no mercado de trabalho ocorra, de forma recorrente, em empregos “com salários menores e condições de trabalho precárias” (Almeida, 2019, p. 71), e o fato de serem imigrantes africanos contribui para que essa condição se mantenha.

Ainda assim, atualmente Arame é proprietária do próprio salão, junto a seu irmão, que é barbeiro e cabeleireiro, e tem uma clientela consolidada, formada principalmente por mulheres brasileiras negras. Ela, que está no país há nove anos, é a mais estabelecida de todas as interlocutoras, motivo que contribui para que opte por permanecer em Caxias mesmo sem o marido. Já Khary, mesmo não sendo tão fluente em português, conseguiu também abrir o próprio negócio, um restaurante de comida senegalesa. Com a pandemia, que obrigou o estabelecimento a fechar, ela cozinhava marmitas em casa. A tradição do comércio é bastante forte dentre os senegaleses mourides (Guilherme, 2017), que são proprietários de lojas, restaurantes e salões em diversos países para onde migram. O trabalho em geral está diretamente relacionado com as redes migratórias dos senegaleses, pois eles costumam informar e indicar para outros migrantes onde é possível encontrar trabalho.

Fotografia 4 – Arame atendendo uma cliente no salão de beleza que compartilha com o irmão



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora, maio de 2021.

Da mesma forma, o comércio informal também é um ofício muito característico dessa população, tanto por motivos culturais quanto por dificuldades do mercado de trabalho formal no país de origem e na diáspora. Em sua pesquisa sobre trabalho na imigração senegalesa em Porto Alegre, Guilherme (2017) constatou vários casos em que os interlocutores afirmaram que gostariam de trabalhar “de carteira assinada”, mas devido aos baixos salários e más condições de trabalho, exerciam o comércio ambulante. Ao mesmo tempo, a autora também aponta que esse ofício é encontrado na diáspora senegalesa em diversos locais onde estes migrantes se encontram. Dentre as nossas interlocutoras, duas são vendedoras, uma delas no comércio informal, mas se caracteriza como um caso específico. Mariama vende peças de arte produzidas por seu marido, que é artista, ou trazidas do Senegal, o que a diferencia da maioria dos senegaleses no comércio informal, que vendem artigos gerais como roupas, acessórios para eletrônicos e óculos. Ela relatou, porém, que buscou outras profissões ao chegar ao Brasil antes de recorrer à informalidade, mas enfrentou obstáculos como o caso de racismo no local de trabalho descrito anteriormente.

Em termos de gênero e trabalho, embora o levantamento de dados demonstrado anteriormente tenha apontado que muitas das mulheres senegalesas no Rio Grande do Sul realizam trabalhos considerados “femininos”, dentre as entrevistadas que compuseram a amostra, isso não foi plenamente observado. Duas delas são vendedoras e duas são marceneiras, ofícios realizados tanto por mulheres quanto por homens, enquanto duas são trancistas e uma é cozinheira. Nota-se, porém, que duas destas são proprietárias de negócios comerciais, e Arame, que tem o próprio salão, o divide com seu irmão, que é barbeiro. Ou seja, as questões de gênero não aparecem tanto nos casos pesquisados quanto apareceram no levantamento de dados, em que foi possível observar um número relevante de mulheres senegalesas que exercem profissões como camareiras, trabalhadoras de salão de beleza, trabalhadoras do setor de limpeza e donas de casa. Ao mesmo tempo, observa-se que na sociedade senegalesa, como na maioria das sociedades, as mulheres realizam a maior parte dos trabalhos domésticos. Como destacam Connell e Pearse (2015):

Por trás do trabalho remunerado, há um outro tipo de trabalho - o doméstico e de cuidados, que não é pago. Em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais temos estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas de limpeza, cozinha, costura, cuidado com crianças e praticamente todo o trabalho de cuidado com bebês. Esses tipos de trabalho são frequentemente associados a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros, por exemplo, como “boas mães” (Connell e Pearse, 2015, p. 33).

No entanto, esse papel precisa ser analisado com cautela, pois, como mencionado no capítulo 3, sua relevância difere dentre as sociedades. Em países fora do Ocidente, o papel das mulheres como mães e esposas é muitas vezes considerado crucial e elas são “responsáveis pelo bem-estar espiritual da família” (Narayan, 1989). É preciso pensar nesses papéis, portanto, sem demonizá-los e, ao mesmo tempo, sem romantizá-los. Para os senegaleses que seguem o muridismo, a figura de Mame Diarra, mãe do profeta Cheikh Amadou Bamba, é também muito cultuada. Ela é o exemplo de mãe e esposa que deve ser seguido, sendo dedicada e religiosa. Mas, na sociedade senegalesa atual e na diáspora, em que o sustento das famílias é uma das principais preocupações, é esperado e plenamente aceito que as mulheres trabalhem fora de casa tanto quanto os homens, enquanto mantêm suas obrigações no lar (Rosander, 2011).

Portanto, para as mulheres senegalesas entrevistadas, mais do que a questão de gênero, a condição de migrante africana e negra pesou como obstáculo para conseguirem se inserir no mercado de trabalho. Isso porque é possível observar que os homens, mesmo realizando ocupações consideradas masculinas, como de pedreiro, mecânico, motorista, também estão em ofícios que não costumam ser bem pagos e não exigem ensino superior. Elas citam ainda a questão da língua e da dificuldade de validação do diploma como obstáculos para seguir as profissões que gostariam de exercer.

Eu tenho ensino superior em Administração. Mas aqui não consegui, *minha* diploma não vale. Então o que posso fazer é me juntar com meu marido e trabalhar com arte. Mas eu queria trabalhar, estudar. Queria muito. *Minha primeira* emprego é de limpeza, eu trabalhei dois anos *no* limpeza. Então eu já tentei vários empregos, mas eu não consegui. Eu tentei estudar também e não consegui. Meu marido gosta de ‘Caxias’, uma cidade calma, mas se eu for para outra cidade eu vou conseguir estudar, mas ele gosta de morar aqui. Aí as oportunidades não *me dá* para estudar (Mariama, 33 anos, informação verbal⁵⁴).

Eu primeiro trabalhei como padeira e confeitadeira, me formei aqui, mas depois voltei a fazer as tranças, que eu fazia desde criança. Mas lá no Senegal eu era secretária administradora numa empresa. Depois que eu vim, eu procurei nessa área, mas não achei nada. Ninguém *me* dava oportunidade para uma estrangeira. Não aceitaram, por isso eu fiz *padeira*, depois confeitaria, quando eu parei eu voltei no salão e trabalho com meu irmão agora. Lá, sou formada em Administração (Arame, 36 anos, informação verbal⁵⁵).

As duas mulheres, que são as que melhor falam português dentre as entrevistadas, mesmo assim relataram sentir a falta de oportunidades em termos de trabalho. Mesmo Arame, que tem um negócio próprio, demonstrou frustração nesse sentido. Silvio Almeida (2019)

⁵⁴ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁵⁵ Ibidem.

chama de “divisão racial do trabalho” o fenômeno que faz com que pessoas negras sejam a maioria dos trabalhadores em empregos precarizados.

A divisão racial do trabalho pode ainda ser amplamente constatada nas sociedades contemporâneas, pois mesmo em países onde o racismo não é abertamente praticado pelo Estado ou em que há leis antirracistas indivíduos pertencentes a grupos minoritários recebem salários menores e estão mais expostos a trabalhos insalubres ou precarizados (Almeida, 2019, p. 65).

O autor observa que a raça é um fator determinante para a desigualdade econômica, não sendo possível, portanto, analisar apenas classe sem levar em consideração a raça. No caso das senegalesas, o fator racial também está amplamente ligado ao fato de serem imigrantes africanas. Embora a língua represente um obstáculo para qualquer migrante que não a aprendeu em seu país de origem, é possível questionarmos se uma pessoa vinda de um país europeu também não conseguiria emprego como secretária ou administradora. O racismo, como complementa Almeida (2019, p. 105), falando da situação de pessoas negras e indígenas, naturaliza “a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias”. Como coloca Magliano (2015, p. 707), o próprio fato de serem migrantes já coloca as mulheres senegalesas em uma posição inferior na hierarquia do mercado de trabalho, a qual é combinada com outros fatores, como gênero, raça e classe.

No caso de Mariama, é interessante observar que ela associa a cidade de Caxias do Sul com um lugar que talvez teria menos oportunidades para ela estudar e trabalhar do que uma cidade maior. No Senegal, ela morava em Dakar, a capital, que tem uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes⁵⁶ e é o centro político, econômico, cultural e de turismo do país. Curiosamente, ao mesmo tempo em que considera Caxias do Sul uma cidade pequena e interiorana perto da sua cidade natal, Mariama também destaca o aspecto da proximidade com os vizinhos que tinha anteriormente, relatando que em Dakar “quando eu tô com fome, eu vou na casa do vizinho comer. Então eu me sinto em casa” (informação verbal⁵⁷), demonstrando que há, culturalmente, um senso de comunidade muito forte, mesmo em uma metrópole com uma população tão grande.

⁵⁶ Embora os dados sobre a população de Dakar sejam conflitantes, a informação mais segura que encontrei foi a do site *Population Stat*, que reúne dados do *World Bank*, Nações Unidas e outras fontes. Disponível em: <<https://populationstat.com/senegal/dakar>>. Acesso em: outubro de 2021.

⁵⁷ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

Em seu artigo sobre imigrantes haitianas em São Paulo, Pereira (2019) aponta que, por serem mulheres negras, elas automaticamente sofrem não apenas desigualdades, como também são tidas como inassimiláveis e necessariamente lidas como “Outras”:

Determinadas imigrantes-refugiadas nunca serão a Mesma (cf. Viveiros de Castro, 2018), e, ainda que falem português, tenham emprego, sejam “profissionalmente qualificadas” (um lugar comum reproduzido à exaustão para justificar o insucesso econômico de determinados grupos de imigrantes-refugiadas pressupostas como menos qualificadas) e, talvez, até aceitem sem maiores questionamentos toda sorte de ajuda humanitária disponível – mesmo que não seja exatamente a requisitada –, ainda serão a Outra não somente por nunca conseguirem derivar da categoria de imigrante-refugiada para a categoria de nacionais brasileiras, mas porque há formulações postas desde as lógicas engendradas no Brasil que determinam que o acesso a direitos e à cidadania é desigual, e temos Outras mesmo entre as Mesmas – como brasileiras negras, indígenas, pobres, mulheres, homossexuais, camponesas e outros grupos de minoria de direitos (Pereira, 2019, p. 42).

Essa lógica de “outrificação” também se aplica às imigrantes senegalesas e pode ser percebida na dificuldade de encontrarem os empregos que gostariam, mesmo quando têm ensino superior no seu país de origem e falam português, e também no sentimento de solidão, não-pertencimento e afastamento da comunidade local de Caxias do Sul, que será abordado em mais detalhes a seguir.

4.5 “AQUI É TODO MUNDO FECHADO”: DIFERENÇAS CULTURAIS E SOLIDÃO

Esse aspecto de “comer na casa do vizinho” trazido por Mariama foi reiterado por Arame. Ela é originalmente de *Saint Louis*, uma cidade-ilha histórica bem menor do que Dakar, que já foi a capital do país e desde 2000 é considerada patrimônio cultural do mundo pela Unesco⁵⁸. “É verdade, lá no Senegal se tu chegar em qualquer casa na hora do almoço, tu vai comer” (informação verbal⁵⁹), constatou Arame. Ambas as mulheres, assim como outras entrevistadas, demonstraram sentir muita falta do país de origem e, em alguns pontos da entrevista, trouxeram o sentimento de solidão pelo qual passam por estar longe de suas famílias e inseridas em um local com uma cultura tão diferente. A palavra “diferente”, inclusive, foi uma das mais repetidas pelas mulheres para definir a experiência delas em Caxias do Sul, e no Brasil em geral.

⁵⁸ Disponível em: <<https://en.unesco.org/creativity/story/saint-louis-senegal-1>>. Acesso em: outubro de 2021.

⁵⁹ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

Arame: [Sinto falta da] família, as coisas, as conversas, as falas assim. *Sente* muita falta, dia que tem a celebração lá *se sente* muito sozinha aqui. Agora estamos no Ramadã e lá no Senegal vai ter uma festa grande de cada família, mas aqui vai cair num dia em que as pessoas vão trabalhar.

Pesquisadora: Tu e tua família vão celebrar aqui?

Arame: Acho que não vamos fazer nada, só um almoço e deu (Arame, 36 anos, informação verbal⁶⁰).

Pesquisadora: Tu acha muito diferente aqui do Senegal?

Coudou: Sim, é muito diferente.

Pesquisadora: O que tu mais sente saudade de lá?

Coudou: Comida, roupa e a minha família, tudo saudade (Coudou, 32 anos, informação verbal⁶¹).

Sim, muito diferente, tudo. Alimentação muito diferente, roupas diferentes, mulher, homem, tudo diferente. Senegalês gosta de roupa brasileira, gosto de roupa brasileira (Khary, 35 anos, informação verbal⁶²).

Muito diferente. Quando eu *tava* em São Paulo, num hotel, eu ouvia os gritos das pessoas, as pessoas falando, eu via vagabundos e disse "isso é Brasil? Vou voltar para o Senegal"! Mas chegando aqui em Caxias é diferente. Só que a cultura é diferente, as pessoas são diferentes, aqui as pessoas são muito fechadas. Muito. Isso é uma decepção. Imagina tu já morar numa cidade que quase todo mundo te conhece, tu nasceu lá, não tem barreira. E aqui não tenho isso (Mariama, 33 anos, informação verbal⁶³).

Pesquisadora: E tu namoraria um brasileiro ou senegalês mesmo?

Diarra: Não, senegalês mesmo. É muito, muito, muito diferente [as culturas].

Pesquisadora: Então agora tu mora sozinha?

Diarra: Sim, moro sozinha, aqui pertinho. Lá no Senegal tu mora toda a família junto, não mora separado da tua família. E aqui é diferente (informação verbal⁶⁴).

Percebe-se que alguns dos elementos que aparecem como símbolos dessas diferenças entre o Brasil e o Senegal são roupas, comidas, as pessoas com quem se mora, as formas como as celebrações ocorrem e o sentimento de pertencimento e comunidade. Essa ideia de que as pessoas são “fechadas” em Caxias do Sul também esteve muito presente. Eu pude perceber em primeira mão a hospitalidade dos senegaleses na ocasião do último *Grand Magal de Touba*, quando uma senegalesa que eu não conhecia e com quem não consegui me comunicar de forma muito efetiva me levou até a mesa onde ela e sua família estavam sentados e me trouxe um prato de comida para comer. Apenas depois de terminar a refeição poderíamos conversar sobre a pesquisa.

Embora certamente haja aspectos culturais envolvidos, é possível analisar esse sentimento de solidão e não-pertencimento das senegalesas também a partir da lógica que as coloca como “Outras” na sociedade de destino. No clássico “O Estrangeiro”, Simmel (2005) fala deste fenômeno:

⁶⁰ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

Nos contatos possíveis ele, o estranho, é sempre considerado como alguém de fora, como um não membro do grupo, portanto, as relações se dão a partir de um certo parâmetro de distanciamento objetivo, mas partindo das características essenciais de que também ele é um membro de um outro determinado grupo. Como tal, os contatos com ele são, ao mesmo tempo, estreitos e remotos, na fragmentação das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra (Simmel, 2005, p. 270).

Ou seja, as colocações das senegalesas sobre sentirem saudades das suas famílias e as pessoas serem “fechadas” em Caxias do Sul podem estar relacionadas ao que Simmel se refere como “distanciamento objetivo”, embora, na maior parte dos casos, elas tenham afirmado ter feito amigas brasileiras. No *Grand Magal de Touba*, havia certa presença de brasileiros, cerca de 20 dentre as pessoas presentes, alguns dos quais trabalhavam em serviços como o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) e assim haviam se aproximado do grupo.

A questão religiosa também é um fator que diferencia de forma drástica o Brasil e o Senegal, visto que, como já colocado, a maior parte da população do país africano é muçulmana. Ao serem questionadas sobre preconceitos que haviam sofrido, a maioria relatou casos de racismo e xenofobia, como citado no subcapítulo anterior, mas não mencionaram nenhum tipo de ataque ligado à religião. No entanto, essa diferença religiosa pode contribuir para a sensação de não-pertencimento, pois os hábitos, feriados e celebrações de cada lugar estão intimamente ligados às características religiosas. Esse aspecto fica explícito na fala de Arame, que relatou que iria apenas almoçar com seu irmão e trabalhar normalmente no dia de encerramento do Ramadã, uma das celebrações mais importantes da cultura islâmica. O Ramadã é o mês sagrado do Islamismo, durante o qual os muçulmanos praticam o jejum e a privação de todos os prazeres materiais ao longo do dia, comendo apenas após o sol se pôr. Comemorado no nono mês do calendário lunar, que varia no calendário gregoriano, utilizado no Brasil⁶⁵, os princípios que regem as práticas durante esse período são um dos pilares da fé Islâmica, chamado *Saum* (Rossa, 2018). Como me explicou Arame, ao realizar o jejum, os muçulmanos estão purificando a alma de todos os pecados cometidos ao longo do ano.

A religião muçulmana costuma ser muito compartilhada, com uma vida comunitária bastante forte. Em Caxias do Sul, há uma mesquita, localizada em uma sala em um prédio comercial bem no centro da cidade, que já existia desde antes da chegada dos senegaleses, devido à presença de migrantes árabes, de origem palestina, que chegaram à cidade nos anos 1980 (Lia e Costa, 2018, p. 192). Mariama me relatou frequentar a mesquita, explicando que

⁶⁵ Em 2021, o Ramadã foi de 13 abril a 12 maio no calendário gregoriano. Em 2022, será ao longo de todo o mês de abril.

sexta-feira é o dia sagrado do Islamismo, no qual a comunidade religiosa costuma frequentar o espaço sagrado, da mesma forma que no Catolicismo a missa de domingo é a mais importante. Mas o Islã senegalês tem suas características particulares, já observadas em capítulos anteriores, fazendo com que os senegaleses não se encaixem “ritualisticamente com as comunidades árabes tradicionais”, além de romperem com “os estereótipos físicos” (Lia e Costa, 2018, p. 189), por serem africanos e utilizarem, pelo menos nas celebrações religiosas, vestimentas diferentes das geralmente associadas à religião muçulmana. A chegada dos senegaleses, portanto, destoa do projeto colonizador da região e chama atenção na cidade, mesmo com a presença anterior de muçulmanos já estabelecidos, segundo as autoras.

Na cidade de Caxias do Sul, a presença de muçulmanos não é uma singularidade, visto que a primeira comunidade muçulmana, de origem palestina, fixou-se na cidade há mais de 25 anos. Contudo, ao longo dos anos, esta comunidade recebeu pouca ou nenhuma atenção da sociedade caxiense, não chegando a constituir uma referência na construção de representações sobre o Islã no município. Todavia, a chegada dos senegaleses trouxe os “holofotes” da mídia sob este grupo singular de imigrantes que causaram essa impressão, pois “estes imigrantes destoam do projeto colonizador da região que, no século XIX, promoveu a matriz europeia, branca e católica. São africanos e muçulmanos portadores de uma herança cultural que descaracteriza a italianidade católica (Costa e Lia, 2016, p. 243; 2018, p. 193).

Enquanto Mariama relatou frequentar a Mesquita, Arame disse proferir a religião de forma mais individual, sem frequentar os espaços de oração. Essa forma de praticar o Islamismo é pouco comum dentre os adeptos da religião, que costumam ter hábitos bastante comunitários. Rossa (2018, p. 74) registra que os senegaleses, por vezes, realizavam a *dahira* - encontros em que rezam e recitam cantos - na Praça Dante Alighieri, no centro de Caxias do Sul, em uma prática comum aos murides imigrantes que “revela o desejo de os senegaleses mostrarem a sua fé para os moradores de Caxias do Sul, buscando maior integração por meio do compartilhamento de suas práticas religiosas”. Já as mulheres entrevistadas demonstraram bastante discrição quanto à religião. Mariama afirmou que “não conversa tanto de religião” (informação verbal⁶⁶), por acreditar que cada pessoa tem a sua, portanto, não seria algo a ser debatido.

Essa diferença de religiões entre Senegal e Caxias do Sul se mostra parte da experiência delas, portanto, mais como um fator que as faz sentir ainda mais como “estrangeiras” do que

⁶⁶ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

como algo que trouxe experiências diretamente negativas. Arame relatou o estranhamento causado nos brasileiros em relação ao jejum praticado no Ramadã:

As pessoas ficam ‘nossa, o dia inteiro sem comer!’, mas a gente tá acostumado. Eu faço desde meus nove anos, meu filho mais velho está fazendo já. A gente aprende desde criança a fazer. E purifica a alma, os pecados do ano inteiro tu fica perdoado fazendo o Ramadã. Depois tu vai nascer igual a criança, todos os pecados vão embora (Arame, 36 anos. Informação verbal⁶⁷).

Pode-se perceber que os senegaleses, mesmo quando migram para países não-muçulmanos, mantêm a religião de forma muito presente na sua vida. Por outro lado, as vestimentas que as senegalesas em Caxias do Sul utilizam no dia a dia não são as que geralmente são associadas a mulheres muçulmanas. Segundo Oliveira (2019, p. 47), elas não usam o *hijab*⁶⁸, mas sim optam por roupas características para se integrar à sociedade local, embora a autora mencione que “outras mulheres das famílias das entrevistadas usam o *hijab* no Senegal e na França”. Foi mencionado por Khary que as senegalesas gostam das roupas brasileiras e pode-se observar que no dia a dia elas usam calças jeans e blusas, mesmas vestimentas das moradoras locais. É possível perceber nas fotos 1 e 4 as roupas que Arame e Mariama utilizam no seu cotidiano de trabalho, e na foto 3 as roupas que as senegalesas vestiram no *Grand Magal de Touba*. Embora os homens senegaleses em algumas ocasiões utilizem roupas tradicionais, tanto homens quanto mulheres, em geral, utilizam essas vestimentas principalmente nos dias de celebrações.

Pereira (2019, p. 35), em sua pesquisa sobre as imigrantes haitianas no Brasil e a relação entre ser mulher, negra e imigrante, observa que elas são “automaticamente circunscritas pela categoria pela experiência compartilhada aqui que envolve, entre outras coisas, a integração pela exclusão”, ou seja, ao se tornarem “parte” da sociedade brasileira, passam a pertencer a camada mais marginalizada, enquanto mulheres negras e periféricas: “assimiladas enquanto inassimiláveis” (Pereira, 2019, p. 36). Negras e oriundas de países periféricos, as haitianas estudadas por Pereira, assim como as senegalesas aqui abordadas, sempre serão a Outra, não apenas pela questão da nacionalidade, “mas porque há formulações postas desde as lógicas engendradas no Brasil que determinam que o acesso a direitos e à cidadania é desigual” (Pereira,

⁶⁷ Informação colhida em entrevista com as sujeitas da pesquisa em trabalho de campo, Caxias do Sul, 2021.

⁶⁸ Em tradução do árabe, a palavra “*hijab*” simboliza o conjunto de regras que as mulheres muçulmanas devem seguir na sua vestimenta de acordo com as normas da religião. Mas a palavra popularmente significa o lenço que as mulheres muçulmanas usam para cobrir a cabeça, que tapa os cabelos e orelhas, deixando o rosto visível. O *hijab* se diferencia de outros tipos de vestes, como as que tapam o rosto inteiro ou deixam visíveis apenas os olhos.

2019, p. 42). Como complementa Rosário (2019, p. 18), “o acirramento de diversas barreiras sociais acaba por condicionar e modificar os projetos migratórios de mulheres migrantes”.

Nessa análise, buscamos compreender como a interseção de marcadores sociais de raça, gênero, classe e nacionalidade atravessa as experiências das mulheres senegalesas migrantes em Caxias do Sul, nas quatro dimensões aqui propostas (familiar, laboral, social e cultural). Nas considerações finais buscamos detalhar o que foi possível concluir com esta análise feita a partir dos indicadores encontrados nas entrevistas com as sete interlocutoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender as formas como a interseccionalidade entre questões de gênero, raça e nacionalidade se manifesta e afeta as experiências e trajetórias das mulheres senegalesas migrantes em Caxias do Sul. A formação migratória do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Caxias do Sul, a qual priorizou historicamente migrantes europeus e por vezes chegou a evitar a entrada de africanos, é um fator que se mostrou relevante até os dias de hoje. A ideologia do branqueamento brasileiro, promovida após o fim da escravidão, garantiu o ideal do país miscigenado, mas com o objetivo de branquear a sociedade. Estes acontecimentos históricos contribuem para que, nos dias de hoje, migrantes africanos sejam vistos como pessoas que estão muito distantes da realidade brasileira, mesmo que na formação do país, africanos de diversas nações tenham sido trazidos forçadamente para cá e tenham sido algumas das principais populações que construíram o Brasil.

Ao longo dos anos, o racismo brasileiro permaneceu como divisor da população, estabelecendo quem tem mais chances de ter maior nível de escolarização, de ascender profissionalmente, de viver em bairros mais ricos (Almeida, 2019) e, inclusive, de viver por mais tempo. Ao chegar ao país a partir do século XXI, os senegaleses, assim como africanos de outras nações, passam a se constituir como o primeiro fluxo migratório de africanos a se estabelecer no Sul do país em grande número desde a abolição da escravidão, fazendo com que sua presença seja percebida pelas populações e governos locais. Graças à chegada desses novos fluxos, acelerou-se a mudança na legislação referente aos migrantes, com o Estatuto do Imigrante sancionado em 2017. Mas, para além do aspecto formal, é possível questionar o quão bem recebidos a população local faz estes migrantes se sentirem no país.

Pensar as experiências das mulheres senegalesas a partir da interseccionalidade é uma forma de analisá-las levando em conta não apenas um dos elementos que as define enquanto sujeito, mas sim buscando chegar ao âmago da forma como esses diversos elementos que as perpassam são interpretados e significados enquanto desigualdades sociais que definem essas experiências. Embora haja estudos anteriores que tenham utilizado a teoria interseccional para abordar experiências migratórias, os quais muito contribuíram para este trabalho, creio que a maior contribuição desta dissertação seja a iniciativa de analisar dessa forma as experiências específicas de mulheres senegalesas no Sul do Brasil.

Neste estudo, embora a maior parte das entrevistadas esteja no Brasil há anos, foi possível perceber que elas mantêm uma relação muito forte com o Senegal, onde vivem suas

famílias – em alguns casos, até mesmo filhos – e que, como é característica de uma migração transnacional, vivem, de certa forma, “vidas duplas” (Espiritu, 2003) dentre os dois países. Por um lado, elas relatam ter boas relações com brasileiros e, em sua maioria, demonstram que pretendem permanecer em Caxias do Sul. Por outro, em nenhum momento se referiram à cidade ou ao Brasil como seu lar.

Em quase todas as narrativas, a razão inicial que elas utilizaram para explicar a migração foi para acompanhar seus maridos, mas, ao mesmo tempo, todas as interlocutoras trabalham e foram bastante enfáticas na importância do dinheiro que elas próprias enviam para suas famílias no Senegal. Tanto o homem quanto a mulher no casal devem estar trabalhando no país receptor, mesmo quando isso inclui dividir o tempo entre as tarefas domésticas e o trabalho fora de casa. Observa-se, porém, que as senegalesas entrevistadas têm menos filhos do que a média do país, que é de 4,2 infantes nascidos por mulher⁶⁹. Dentre as interlocutoras, apenas uma tinha três filhos, dos quais um está no Senegal, enquanto as outras tinham dois, um ou nenhum. Os filhos, para as mulheres entrevistadas, simbolizam uma ponte com o sentimento de brasilidade, representando em certa medida essa possibilidade de que o Brasil, em geral, e Caxias do Sul, em específico, possa se tornar um lugar ao qual elas se sintam efetivamente pertencentes.

Ao mesmo tempo, os casos de racismo e xenofobia pelo qual elas relatam ter passado dificultam essa sensação de pertencimento, passando também a impressão de que a população local é muito mais “fechada” do que a de seu próprio país. Certamente, há diferenças culturais na maneira como cada um dos povos lida com as fronteiras entre a vida comunitária e a vida pessoal, mas é questionável se esse sentimento de que a população é “fechada” também não é, na realidade, um sintoma do racismo e xenofobia da sociedade. No entanto, sem um estudo mais aprofundado e comparativo, não é possível responder de forma completa essa questão.

A intersecção entre raça, gênero e nacionalidade, portanto, molda as experiências das mulheres senegalesas imigrantes em Caxias do Sul nas suas diversas dimensões. Em termos familiares, tanto a relação geracional quanto as diferenças entre a migração de homens e mulheres tornam-se evidentes. Enquanto mulheres, elas também são mães e esposas que, ao chegar ao Brasil, descobrem-se mães e esposas negras, com maridos e filhos também negros. Por isso, o racismo não afeta apenas diretamente a elas, mas também toda sua família, como exemplificado no caso de Khary, que relatou que a vizinha reclama do barulho feito pelas

⁶⁹ Fonte: Banco Mundial. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN?locations=SN>>. Acesso em: outubro de 2021.

crianças, entendendo que ela tem um problema específico com seus filhos, que por sua vez são crianças filhas de migrantes africanos. O gênero e a raça, neste sentido, não são dimensões isoladas, mas sim colocadas dentre os diversos elementos que criam e mantêm desigualdades sociais na sociedade receptora, as quais afetam diretamente as trajetórias das mulheres migrantes (Magliano, 2015).

No que se refere à dimensão laboral, a maioria das mulheres entrevistadas relatou não estar trabalhando com o que gostaria ou com a sua área de formação e de empregos anteriores, que realizavam no país de origem. Elas atribuem, em geral, a dificuldade de achar empregos que exigem um maior nível de qualificação ao fato de serem “estrangeiras” ou não falarem português de forma fluente. As que conquistaram maior realização profissional, em sua maioria, o fizeram a partir de negócios próprios, e não ascendendo em empresas. Neste sentido, o fato de ser mulher também afeta as trajetórias laborais. Embora os homens não sejam beneficiados pelo gênero, a maior parte dos trabalhos realizados por eles são considerados tradicionalmente masculinos, como empregos em frigoríficos, ofícios de pedreiro, motorista e porteiro. Em ambos os casos, porém, os trabalhos encontrados pelos migrantes, em sua maioria, são ofícios que não exigem alta qualificação profissional.

Culturalmente, as diferenças relatadas pelas mulheres são muitas, em diversos momentos resumidas simplesmente na palavra “diferente”. A religião aparece aqui como um elemento que representa essa sensação, estando presente tanto em termos de hábitos quanto de vestimentas e celebrações. A questão religiosa, embora de forma isolada não represente necessariamente um obstáculo à sensação de pertencimento, soma-se aos outros elementos já apontados e se torna mais um atravessamento a ser pensado de forma interseccional. Ou seja, o fato de serem muçulmanas se soma às outras características aqui mencionadas como um marcador de diferença e “estrangeiridade”.

Em geral, a intersecção entre raça, gênero e nacionalidade contribui para que elas tenham um permanente sentimento de “outridade”, mesmo que vivam há anos em Caxias do Sul. Questões que permanecem em aberto para estudos posteriores são as possíveis formas como esses elementos interferem na trajetória de seus filhos e filhas, brasileiros filhos de senegaleses, além das maneiras como a própria relação entre homens e mulheres nas famílias senegalesas é afetada ou não pela migração para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. Viajantes e migrantes: pessoas e teorias num mundo pós-colonial. In: MISKOLCI, Richard. **Discursos Fora da Ordem: Sexualidade, Saberes e Direitos**. 1. ed. São Paulo: Anablume, 2012. p. 29-57. ISBN 8539103869.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The Danger of a Single Story. **TEDGlobal**, 2009. Disponível em:
<https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=en>.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Táli Pires. **As imigrantes sul-americanas em São Paulo: o trabalho feminino na construção de trajetórias transnacionais**. Dissertação (Mestrado em Integração em América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ÁLVAREZ, Cristián Carrère; ÁLVAREZ, Michelle Carrère. Inmigración femenina en Chile y mercado de trabajos sexualizados: la articulación entre racismo y sexismo a partir de la interseccionalidad. **Polis**, Santiago, v. 14, n. 42, p. 33-52, 2015.

ANDREOLA, Neuri José; SOARES, Claudete Gomes. Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense. **Temáticas**, Campinas, v. 25, p. 85-114, fev/dez. 2017.

ANDREWS, George Reid. **América afro-latina 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. “De Criciúma para o Mundo”: gênero, família e migração. **Revista Campos**, Curitiba, v. 3, p. 33-49, 2003. Disponível em:
<<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1586/1334>>. Acesso em: 05/11/2019.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Gênero e trânsitos contemporâneos de mulheres brasileiras emigrantes no século XXI. In: SIQUEIRA, S. (Org.) **Ligações migratórias contemporâneas: Brasil, Estados Unidos e Portugal: Governador Valadares: UNIVALE**, 2018.

_____, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.

_____, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.

_____, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Teorias das migrações internacionais. **Anais do XII Encontro Nacional da ABEP 2000**, Caxambu, 2000.

ASSIS, Washington Luiz dos Santos; RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich; FERNANDES, Estevão Rafael. Migração, “raça”, gênero e a produção de desigualdades na Amazônia brasileira: reflexões a partir da presença de haitianos em Porto Velho, Rondônia. **Amazônica**, Rev. Antropol. (Online) 8 (2): 434 - 454, 2016.

BABOU, Cheikh Anta. Migration and cultural change: Money, “caste”, gender, and social status among senegalese female hair braiders in the United States. **Africa Today**, v. 55, n. 2, p. 3-22, 2008.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2020. 28(3): e75304.

BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. **Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation States**. Londres: Routledge, 1994.

BATALHA, Luís. Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade. In: GÓIS, Pedro. **Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana – (Comunidades ; 2)**. Lisboa: ACIDI, I.P. 2008.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Originalmente publicado em 1949.

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida S; CARONE, Iray (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan/jul. 2005. p. 68-80.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory. **Migration Policy Institute**, Washington, 2003. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>>. Acesso em: 15/09/2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, jan/jun. 2006.

BRASIL. **Lei da Migração**. Decreto-Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.

_____. **Estatuto do Estrangeiro**. Decreto-Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a

situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília: Diário Oficial da União, 1980.

BRIGNOL, Liliane Dutra. Senegaleses na mídia: representações de novos fluxos de migratórios para o Rio Grande Do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 12, n. 22, jan/jun. 2015.

BUTLER, Judith P. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

CARBY, Hazel. White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood. In: **The Empire Strikes Back: Race and Racism in Seventies Britain**. London: Hutchinson, 1982. 212–235.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de. **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2018. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>>. Acessado em: 05/11/2021.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha; MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. As mulheres imigrantes na família transnacional haitiana no Brasil. **Repocs**, v. 14, n. 27, jan/jun. 2017.

CESCHI, Sebastiano; MEZZETTI, Petra. **The Senegalese Transnational Diaspora and its role back Home**. 2014. In: ITPCM International Commentary. **Senegal Between Migrations to Europe and Returns**, Pisa, v. 10, n. 35, 2014.

CHRISTIANSEN, Jette; MANENTE, Livia. Switching Perspectives: South-south Migration and Human Development in Senegal. In: ITPCM International Commentary. **Senegal Between Migrations to Europe and Returns**, Pisa, v. 10, n. 35, 2014.

CISSÉ, Amadou Lamine; ROBERTS, Jo-Lind. The Local-to Local Dimension of the Migration and Development Nexus. In: ITPCM International Commentary. **Senegal Between Migrations to Europe and Returns**, Pisa, v. 10, n. 35, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado**, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge, UK; Maiden, MA: Polity Press, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPOMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. Migração Por Sobrevivência: Soluções Brasileiras. **REMHU: Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.

CREEVEY, Lucy E. The Impact of Islam on Women in Senegal. **The Journal of Developing Areas**. v. 25, n. 3, p. 347-368, abr. 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, n. 8, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: 05/11/2021.

CRUZ, Thales Speroni Pereira da. **Desencajes y bricolajes de la protección social: las familias transnacionales bolivianas en Barcelona y São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DELGADO, Manuel. Seres de otro mundo: Sobre la función simbólica del inmigrante. IN: VV.AA. Yago Mellado (coord.). **La dinámica del contacto**. Movilidad, encuentro y conflicto em las relaciones interculturales. Barceola, Cidob, 2009.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DIEHL, Fernando. **Estrangeiro em uma terra estranha: Racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPIRITU, Yen Li. **Homebound: Filipino American lives across cultures, communities, and countries**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

FALL, Papa Demba. Imagining Europe: Being willing to go does not necessarily result in taking the necessary steps. 2014. In: ITPCM International Commentary. **Senegal Between Migrations to Europe and Returns**, Pisa, v. 10, n. 35, 2014.

FERNANDES, Duval; PATARRA, Neide Lopes. Brasil: país de imigração? **RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa**. Lisboa, n. 24, p. 65-96, 2011.

FUSARO, Karin de Peci e; MARTINS, Cristian; ASPIAZU, Cesar; MATOS, Ana Carolina Siqueira; MUGURUZA, Manuela; CAVALCANTI, Leonardo. O Fenômeno Migratório Brasileiro à Luz das Teorias Migratórias Internacionais: Uma Análise da Produção Científica Nacional de 2010 a 2015. **Anais do Congresso Alas Uruguay XXXI**, Montevideú, 2017.

GOLUB, Stephen S.; MBAYE, Ahmadou Aly. National Trade Policies and Smuggling in Africa: The Case of The Gambia and Senegal. **World Development**, Michigan, v. 37, n. 3, p.595-606, mar. 2009.

GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. Participação feminina nos fluxos migratórios de senegaleses para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (ORG). **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. 2. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GUILHERME, Ana Júlia. **Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil**: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre – RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. Deslocamentos populacionais no Sul do Brasil: o caso dos senegaleses. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**: múltiplos olhares. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 1, n. 26, p. 61-73, 2014.

HOULI FILHO, Michel. **Da expectativa à realidade**: dinâmicas e relações vividas no projeto migratório de senegaleses em Caxias do Sul/RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

IFEKWUNIGWE, Jayne O. Reframing Senegalese Youth and Clandestine Migration to a Utopian Europe. In: ITPCM International Commentary. **Senegal Between Migrations to Europe and Returns**, Pisa, v. 10, n. 35, 2014.

JARDIM, Denise. “As mulheres voam com seus maridos”: a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. **Horiz. Antropol**, Porto Alegre, v. 15 n. 31, jan./jun. 2009.

JUNG, Philipp Roman. Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. 2. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

JUNG, Philipp Romann; ASSIS, Glaucia de Oliveira; CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. Aqui para ficar ou só de passagem? Experiências migratórias de senegaleses e ganeses no Brasil. **Cadernos De Estudos Sociais**, v. 33, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181771>>. Acesso em: 06. nov. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEIDERMACHER, Gisele. Entre confradías y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, n.38, 2013.

KLEIDERMACHER, Gisele. De Sur a Sur: movimientos transmigratorios de senegaleses hacia Argentina. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, v. 114, 2016.

KOSMINSKY, Ethel V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.

LIA, Cristina Fortes; COSTA, Jessica Pereira da. Imigrantes senegaleses: a presença muçulmana na serra gaúcha. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 155, p. 185-209, dez. 2018.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 14, n. p. 26/27, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2. 1995.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MACEDO, Janaina Santos. Poéticas e políticas de transformação do mundo social: Migrações recentes de haitianos e senegaleses na região da Grande Florianópolis (SC). **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, 2017.

MACHADO, Igor José de Renó (Org). **Valadares em família: Experiências etnográficas e deslocamentos**. Brasília - DF: ABA, 2014.

MAGLIANO, María José. **Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015

MANÉ, Djiby. Gênero e sociedade patriarcal no Senegal: uma análise da obra Riwan, de Ken Bugul. **Revista Alpha**, Patos de Minas, v. 18, n. 1, p. 147-163, jan./jul. 2017.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações? **REMHU**, v.15, n.29, 2007.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **“NOU LED, NOU LA!” “ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!”**: Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MASSEY, D. *et al.* **Theories of international migration: a review and appraisal**. En NI, v. 19, n. 3, pp.431-466. 1993.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; AREND, Candida. A representatividade das mulheres senegalesas nas famílias transnacionais. **Anais de artigos do II Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos**, 28 a 30 de maio de 2018, Lajeado, 2018.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; SCAPIN, Marcele. A loja de Mohamed. Espaços transnacionais, práticas muçulmanas e relações de gênero entre migrantes senegaleses numa pequena cidade do Rio Grande Do Sul. **REMHU**, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, p. 139-158 1.

MELLO, Luciana Garcia de. **A luta do rochedo contra o mar**: integração e racialização nos mercados de trabalho brasileiro e francês. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOCELLIN, Maria Clara. Deslocamentos e trabalho ambulante entre jovens senegaleses no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (Org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**: múltiplos olhares. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo. Amnésia social e representações de imigrantes: consequências do esquecimento histórico e colonial na Europa e na América. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 70-108, set/dez. 2018.

MOREIRA, Evelize Cristina. **Comida de teranga**: A migração senegalesa à mesa. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MOYA, José. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 49, set/dez 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/82717>>. Acesso em: 07/11/2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NARAYAN, Uma. The project of feminist epistemology: Perspectives from a nonwestern feminist. In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan (eds.), **Gender/Body/Knowledge**: Feminist Reconstructions of Being and Knowing. Rutgers University Press. pp. 256--69. 1989.

NDIAYE, Ndioro. Senegalese Values and Other Cultural Push Pull Factors Behind Migration and Return. In: ITPCM International Commentary. **Senegal Between Migrations to Europe and Returns**, Pisa, v. 10, n. 35, 2014.

OLIVEIRA, Franciele de Almeida de. As senegalesas: a trajetória de mulheres africanas muçulmanas na serra gaúcha. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias Do Sul, 2019.

OYÈWUMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **Filosofia Africana**. 2004. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 07/11/2021.

PENNINX, Rinus. Integration of Migrants: Economic, Social, Cultural and Political Dimensions. In: MACURA, M; MACDONALD, A. L.; HAUG, W. (Eds.). **The New Demographic Regime: Population Challenges and Policy Responses**. New York; Geneva, United Nations, 2005. p. 137-151.

PEREIRA, Alexandre Branco. **Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

PETROZZIELLO, Allison J. **Gênero em marcha: trabalhando el nexu migración – desarrollo desde una perspectiva de género**. República Dominicana: Onu Mujeres, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263 a 274, jul/dez. 2008.

Portes, Alejandro; Guarnizo, Luis y Landolt, Patricia (coords.). **La globalización desde abajo: Transnacionalismo inmigrante y desarrollo**. La experiencia de Estados Unidos y América Latina. México: FLACSO México, 2003.

QUEIROZ, Claudia de Oliveira Carvalho. **A feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil-Guiana**. Dissertação (Mestrado Profissional em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMOS, Natália. Gênero, identidade e maternidade na diáspora. VI Congresso Internacional, Anais: “**A Vez e a Voz da Mulher**”, Neves Sima (coord). Ponta Delgada, Portugal: 2014, p: 285.

RICCI, Carla. **Novos caminhos de uma velha diáspora: seguindo os rastros da experiência migratória das mulheres haitianas em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROSA, Rita de Cassia Quadros da; HILLESHEIM, Betina; WEBER, Douglas Luís; HOLDERBAUN, Leticia Silva. Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. **Rev. Elet. Cient. da UERGS**. v. 5, n. especial, p. 138-146, 2019.

ROSANDER, Eva Evers. Gender relations and female autonomy among Senegalese migrants in Spain: three cases from Tenerife. **African and Black Diaspora: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 91-107, jan. 2010.

_____, Eva Evers. **In Pursuit of Paradise**. Senegalese Women, Muridism and Migration. Upsala: The Nordic Africa Institute. 2011.

ROSÁRIO, Livia Verena Cunha do. **Interseccionalidade e fronteira**: mulheres negras migrantes na Amazônia franco-amapaense. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

ROSSA, Juliana. **Cantos religiosos de senegaleses murides**: escrita, leitura, poética vocal e performance. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Patrícia da Silva. Figuras párias em Georg Simmel: a mulher, o pobre, o estrangeiro. **Civitas** 20 (2): 259-269, maio-ago. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio. 2002.

SIMMEL, George. O Estrangeiro. **RBSE**, v. 4, n. 12, dez. 2005.

SINATTI, Giulia. Masculinities and Intersectionality in Migration: Transnational Wolof Migrants Negotiating Manhood and Gendered Family Roles. In: TRUONG, Thanh-Dam; GASPER, Des; HANDMAKER, Jeff; BERGH, Sylvia (Org). **Migration, Gender and Social Justice: Perspectives on Human Security**. New York: Springer, 2014. p. 215-226.

SOW, Fatou. **The Representation of Women and Claims to Citizens' Rights in Africa: Beyond a Political Debate**. Translated from French by Raphael Jacquet. SOAS, University of London, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Originalmente publicado em 1985.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 317-324, jan./jun. 2013.

TEDESCO, João Carlos. Apresentação da Parte II. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America: Monograph of an immigrant group**. Chicago: University of Chicago Press, 1918.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1. 2008.

UEBEL, Roberto. Senegaleses no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do novo fluxo migratório “África-Sul do Brasil”. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

_____, Roberto. Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do século XXI. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, set. 2016.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Migraciones y género. Cuando el continente africano se hace pequeño. **Revista española de desarrollo y cooperación**, n. 16, p. 81-97, 2005.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Imigrantes senegaleses no Brasil e direitos humanos: vivências e oralidade. **Revista África(s)**, v. 03, n. 05, p. 100-115, jan./jun. 2016.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço**. Os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ZANINI, Maria Catarina C; BARBOSA, Lorena Salete; CESÁRIO, Filipe de. Um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil: haitianos e senegaleses em movimento. In: ZIMERMAN, Artur (Org). **Impacto dos fluxos migratórios recentes no Brasil**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2017.

_____, Maria Catarina C.; SANTOS, de Oliveira Santos, Miriam. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 17, n. 33, jul./dez. 2009, p. 175-197.